

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ROSILDA FERNANDO DA PAZ

Texturas da violência: as trajetórias de vida de duas ex-abrigadas na Casa-Abrigo
Edna Rodrigues de Souza, em Maringá-PR

Maringá
2021

ROSILDA FERNANDO DA PAZ

Texturas da violência: as trajetórias de vida de duas ex-abrigadas na Casa-Abrigo
Edna Rodrigues de Souza, em Maringá-PR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Sociedade e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Fagner Carniel

Maringá
2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

P348t

Paz, Rosilda Fernando da

Texturas da violência : as trajetórias de vida de duas ex-abrigadas na Casa-Abrigo Edna Rodrigues de Souza, em Maringá-PR / Rosilda Fernando da Paz. – Maringá, PR, 2021.

112 f.

Orientador: Prof. Dr. Fagner Carniel.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2021.

1. Violência de gênero. 2. Mulheres - Trajetória de vida - Violência. 3. Casa abrigo - Mulheres. 4. Mulheres - Políticas públicas. I. Carniel, Fagner, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDD 23.ed. 364.374

ROSILDA FERNANDO DA PAZ

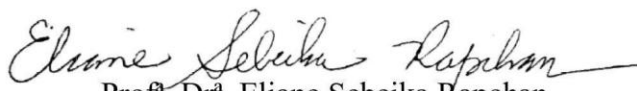
**Texturas da violência: as trajetórias de vida de duas ex abrigadas da Casa-
Abrigo Edna Rodrigues de Souza de Maringá, no Paraná**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. Fagner Carniel
Universidade Estadual de Maringá (Presidente)



Prof.ª. Dr.ª. Eliane Sebeika Rapchan
Universidade Estadual de Maringá (UEM)



Prof.ª. Dr.ª. Andréa Barbosa Osório Sarandy
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Aprovada em 31 de março de 2021

Realizada por videoconferência conforme Resolução nº 026/2020 – PGC

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar à Vida, amo viver! A graça da vida é um privilégio que não posso mensurar em palavras, mas, a mim, basta senti-la.

À minha família, pelo apoio, incentivo, cooperação e compreensão, em especial ao meu leal e amado companheiro, Kleber, às minhas preciosas filhas, Laura e Ester, à minha mãe Maria de Lourdes e ao meu Pai, José, minhas amadas irmãs, Maria Lucia, Rozeli e Rosineide e meu amado irmão, Fernando, sem vocês, eu nada seria.

A todos os professores e professoras deste programa, que contribuíram nesta jornada de superações, em especial Zuleika Bueno, Meire Mathias, Eder Gimenes, que me apoiaram em momentos específicos e difíceis desta jornada.

Ao meu orientador, Professor Dr. Fagner Carniel, pela paciência, sensibilidade, compreensão e principalmente por acreditar em mim. Não esquecerei nunca de agradecer a oportunidade. Obrigada!

Meus sinceros agradecimentos à banca de qualificação e defesa, composta por pessoas/ profissionais que admiro imensamente, Professora Dra. Eliane Sebeika Rapchan e Professora Dra. Andréa Barbosa Osório Sarandy. Vocês são inspirações, além de referências.

Aos novos e verdadeiros amigos e amigas que conquistei dentro deste programa. Amigos e amigas de minha turma do ano de 2019, como também os das turmas anteriores e posteriores que compartilharam alegrias, sensibilidades, acompanharam-me, deram força e apoio antes e durante todo o percurso do mestrado.

Às pessoas que, direta ou indiretamente contribuíram para o meu crescimento pessoal, bem como intelectual, Andrea Luiza Alves Silveira, Kátia Bergamasco, Vânia Lúcia Sant`Ana, Maurício Silva Júnior, e aos preciosos membros da Casa Assistencial Eurípedes Barsanulfo (CAEB).

A todos aqueles que não citei, mas que estão no meu coração.

Obrigada a todos!

Texturas da violência: as trajetórias de vida de duas ex-abrigadas na Casa-Abrigo Edna Rodrigues de Souza, em Maringá-PR

RESUMO

Trata-se da trajetória de vida de duas mulheres que vivenciaram a violência machista em uma intensidade que as obrigou a buscar abrigo institucional na Casa-Abrigo Edna Rodrigues de Souza, no ano de 2018. A instituição, situada em Maringá-PR, abriga mulheres em situação de risco iminente de morte em virtude da violência de gênero, praticada por homens sobre mulheres. Com base nas narrativas das personagens, Marcela e Beatriz, busca-se compreender como elas sobreviveram à violência e se reconstruíram a partir dos processos violentos. Para tanto, foram empreendidas longas conversas, coletivas e individuais. Os relatos coletados foram utilizados em formato de narrativas que dão sustentação para a problematização das múltiplas e contraditórias formas de violência experimentadas por essas mulheres. Ao analisar suas trajetórias, foi possível perceber como elas foram capazes de elaborar, no cotidiano, maneiras sutis de enfrentar a violência opressora, como o ato de silenciar, por exemplo. Sem estardalhaço, elas concentraram energias em encontrar alternativas para melhorar suas vidas, com vistas a se reconstruírem como mulheres autônomas, financeira e emocionalmente. Suas histórias oferecem subsídios para pensar nas táticas e práticas que elas utilizaram como novas formas de enfrentamento das desigualdades de gênero, o que torna possível considerar que outras mulheres tenham inventado novas perspectivas de subversão à ordem machista vigente há tanto tempo em nossa sociedade.

Palavras-chave: Gênero. Violência. História de vida. Casa-Abrigo. Políticas públicas para mulheres.

Violence textures: the life trajectories of two former shelters at Shelter-house Edna Rodrigues de Souza, in Maringá-PR

ABSTRACT

It is the life trajectory of two women who experienced male violence in an intensity that forced them to seek institutional shelter at Casa-Abrigo Edna Rodrigues de Souza, in the year 2018. The institution, located in Maringá-PR, Shelters women at imminent risk of death due to gender violence, practiced by men over women. Based on the narratives of the characters, Marcela and Beatriz, we seek to understand how they survived the violence and reconstruct from the violent processes. To this end, long conversations were carried out, collective and individual. The collected reports were used in the form of narratives that support the problematization of the multiple and contradictory forms of violence experienced by these women. When analyzing their trajectories, it was possible to see how they were competent to develop, in their daily lives, ways to face oppressive violence, such as the act of silence, for example. Without fuss, they concentrated their energies on finding alternatives to improve their lives, with a view to rebuilding themselves as autonomous women, financially and emotionally. Their stories offer subsidies for thinking about the tactics and practices they used as new ways of tackling gender inequalities, which makes it possible to consider that other women have invented new perspectives of subversion to the macho order that has been in force for so long in our society.

Keywords: Genre. Violence. Life's history. Shelter-house. Public Policies for women.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	8
1.1 Os meios e os caminhos.....	13
2 CAPÍTULO I: A CASA DOS NOVOS COMEÇOS.....	17
2.1 Políticas de combate à violência de gênero no Brasil.....	20
2.2 Entre muros: Casa-Abrigo, um espaço simbólico e identitário.....	24
2.3 Imersão do Pró-Mulher na Casa-Abrigo Edna Rodrigues de Souza de Maringá..	31
2.4 A infância no contexto da Casa-Abrigo Edna Rodrigues de Souza de Maringá...35	
2.5 Casa-Abrigo: controle disciplinar no serviço de proteção.....	37
3 CAPÍTULO II: SENSÍVEL RESISTÊNCIA.....	42
3.1 O lugar da memória: narrativas e ressignificações do vivido.....	44
3.2 O canto da sereia.....	52
3.3 O cuidado coletivo: um olhar feminino.....	54
3.4 Na insegurança do lar.....	58
3.5 Casa-Abrigo: rotina e adaptação.....	61
3.6 Marcela diante da aridez da vida decidiu florescer.....	63
3.7 Campo de pesquisa e as (re) relações da violência machista.....	66
4 CAPÍTULO III: BEATRIZ – NARRATIVAS E RECONSTRUÇÃO DE SI.....	69
4.1 A história.....	69
4.2 Representações do corpo, saúde e doença.....	74
4.3 Violência, sexualidade e HIV.....	77
4.4 A primeira passagem pela Casa-Abrigo Edna Rodrigues de Souza de Maringá...81	
4.5 Os caminhos para o retorno a Casa-Abrigo Edna Rodrigues de Souza de Maringá.....	89
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
6 REFERENCIAL TEÓRICO.....	104

1 APRESENTAÇÃO

De novembro de 2015 a dezembro de 2016, fui gerente do setor de Auditoria, Controle e Avaliação, da Secretaria de Saúde do Município de Maringá-PR. Muito embora a repartição tratasse de assuntos burocráticos, não era incomum que usuários(as) insatisfeitos(as) com os atendimentos recebidos nos serviços públicos de saúde na cidade, procurassem o setor a fim de encontrar soluções para suas demandas. Para uma administradora de formação, lidar diretamente com pessoas socialmente vulneráveis, fez-me considerar que para compreender melhor suas realidades, era preciso conhecer, com mais profundidade, as relações de poder e desigualdades sociais presentes em nossa sociedade. Esta inquietação me levou ao curso de Serviço Social e esse, em boa parte, fez-me querer se aproximar das Ciências Sociais, como um lugar acadêmico para refletir minhas experiências profissionais. Isso, orientada por leituras de trabalhos de intelectuais como Yolanda Guerra (2009, p. 1), por exemplo, quando ela afirma que “o Serviço Social (...) busca conceitos filosóficos nas Ciências Sociais”.

Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social, Yolanda Guerra enfatiza que “o conhecimento é a compreensão inteligível da realidade, que o sujeito humano adquire através de sua confrontação com essa mesma realidade”. A autora também defende que:

A pesquisa científica (...) assume um papel decisivo na conquista de um estatuto acadêmico que possibilita aliar formação com capacitação, condições indispensáveis tanto a uma intervenção profissional qualificada, quanto à ampliação do patrimônio intelectual e bibliográfico da profissão (GUERRA, 2009, p. 5).

Nesse sentido, arrisco-me a afirmar que além de base epistemológica para o desenvolvimento da pesquisa acadêmica, as Ciências Sociais também indicam elementos que observam a complexidade das relações sociais em âmbito micro e macrosociais, tão necessários ao fazer profissional.

De todas as contribuições das Ciências Sociais para minha formação e atuação como Assistente Social, talvez a principal delas tenha sido a mudança no modo como compreendo a noção de pessoa vulnerável. Habitualmente, a vulnerabilidade social é definida pelo Serviço Social como pobreza/privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou, fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência etc.). Estas categorias operam como dispositivos de identificação, classificação e agenciamento fundamentais para o exercício profissional do Serviço Social. A partir do diálogo com perspectivas feministas, comecei a

visualizar as dimensões políticas, relacionais e existenciais da vulnerabilidade, como um tipo de experiência social que participa da constituição de subjetividades e moralidades e é incorporada pelas pessoas ao longo de suas trajetórias de vida. Em grande medida, foi esta reviravolta em minhas formas de conceber o cotidiano social das populações que atendo, que me levou a esta pesquisa sobre violência de gênero.

Durante essa minha breve passagem pela área da saúde (2015/2016), deparei-me com várias mulheres que relataram casos de violência sofrida, principalmente por parceiros íntimos. Um caso marcante foi de uma mulher, que chamarei de Maria. Ela foi queimada pelo companheiro com água fervente e trazia sequelas na pele, principalmente no rosto, colo e braços. Nestas regiões mais afetadas de seu corpo se formavam novas lesões que, segundo ela, mesmo após a cicatrização das feridas, provocavam dor e sofrimento. Realizados os encaminhamentos necessários, Maria se foi e não tive mais notícias suas. Porém, sua história ficou comigo e talvez fique por muito tempo. Tocada pelos relatos de experiências com a violência, ouvidos daquelas mulheres que tive contato na Secretaria de Saúde, interessei-me por estudar o fenômeno da violência contra as mulheres, praticada por homens, que é o tema central deste trabalho dissertativo.

No intuito de me aproximar de mulheres que vivenciaram a violência machista, em 2018 me candidatei para compor a equipe do Projeto Pró-Mulher¹, como membro da comunidade externa. Contudo, devo observar que minha participação no Projeto se restringiu apenas às atividades realizadas dentro da Casa-Abrigo Edna Rodrigues de Souza, em Maringá, no período de julho a agosto de 2018.

Para os trabalhos na Casa-Abrigo, havia um grupo composto por nove membros: uma coordenadora, seis pessoas da área da Psicologia, uma assistente social e eu, que na época era acadêmica do curso de Serviço Social. Iniciadas as atividades, na primeira quinzena de julho daquele ano, passamos a frequentar o serviço de abrigo semanalmente, pelos dois meses consecutivos. As visitas eram realizadas em grupos de três membros (não fixos), e o primeiro contato com mulheres acontecia por meio de entrevista. Eram realizados acolhimentos psicológicos com as mulheres e crianças. Também, para as crianças, eram realizadas brincadeiras lúdicas diversificadas, dirigidas à promoção do desenvolvimento cognitivo e momentos de descontração. Tratarei das atividades com as crianças, bem como as demais ações do Pró-Mulher dentro do serviço de abrigo, no Capítulo 2 desta dissertação.

¹ O Pró-Mulher é um dos projetos de extensão, sob responsabilidade do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), que realiza atendimento psicológico para mulheres vítimas de violência doméstica, seus familiares e agressores. Disponível em: <<https://www.facebook.com/projetopromulher>>. Acesso em: 9 de nov. de 2020.

A Casa-Abrigo é um dos serviços disponibilizados pelo Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM)². Trata-se de um local seguro onde é oferecido abrigo protegido e atendimento integral a mulheres em situação de risco de morte iminente, em razão de violência doméstica. Conforme preconiza o Termo de Referência das Casas-Abrigo³ (2007), trata-se de um serviço de caráter sigiloso e temporário, onde as usuárias poderão permanecer por um período determinado, durante o qual deverão reunir condições necessárias para retomar o curso de suas vidas. O serviço de abrigamento compõe a rede de atendimento especializado de atenção às mulheres em situação de ameaça e risco iminente de morte, previsto na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em consonância com a Lei 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha⁴. Em seu texto, a Lei 11.340/2006, ressalta que nos casos de risco de morte, uma das questões fundamentais para garantir a integridade física e moral da mulher diz respeito ao abrigamento (BRASIL, 2006).

Assim que passei a ter acesso à Casa-Abrigo Edna, iniciei os trabalhos de elaboração do pré-projeto de pesquisa, a fim de participar do processo de seleção de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UEM, em 2018. A princípio, o objetivo da pesquisa seria analisar, com base nas informações fornecidas pelas usuárias, se o serviço prestado pela referida Casa-Abrigo contribui efetivamente com a implementação e eficácia da Política Pública de enfrentamento da violência contra a mulher. Além disso, verificar sua relevância no contexto das ações de combate à violência contra a mulher, na área de abrangência do município de Maringá-PR e, caso as respostas fossem afirmativas, quais seriam as contribuições. Hoje, percebo que não ambiciosas eram minhas intenções.

Ao rememorar meus propósitos iniciais, percebo que o foco da minha pesquisa foi se alterando a cada uma das onze mulheres que conheci na Casa-Abrigo Edna. Relato por relato de violência vivida, a cada história e situação que as levaram até ali, num serviço de abrigamento de mulheres sob risco iminente de morte, em virtude da violência praticada por homens. Naquela ocasião desejei conhecer com maior profundidade suas trajetórias de vida. En-

² O Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) é um espaço municipalizado, destinado a prestar acolhimento e atendimento humanizado às mulheres em situação de violência, proporcionando atendimento psicológico e social e orientação e encaminhamentos jurídicos necessários à superação da situação de violência, contribuindo para o fortalecimento da mulher.

³ O Termo de Referência visa o fortalecimento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que tem por pressuposto a formação, articulação e manutenção de uma Rede de Atendimento à Mulher. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC0047-3-TERMOS%20DE%20REFER%20C3%8ANCIA%202007.pdf>>. Acesso em: 29 de jul. de 2020.

⁴ A Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, foi inovadora em muitos sentidos, pois, criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, algo que ainda não existia no ordenamento jurídico brasileiro. Apenas era prevista a criação de uma lei desse tipo no parágrafo 8.º do artigo 226 da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 9 de jul. de 2020.

tão, propus às mulheres que mantivéssemos contato no pós abrigo e, das tentativas realizadas, oito delas aceitaram. Na medida em que essas oito mulheres iniciavam o processo de desabrigo, trocamos números de telefone e passamos a manter contato (via grupo de *WhatsApp*⁵) até o ponto de estabelecermos alguns encontros pessoalmente, que foram realizados entre os meses de outubro e novembro de 2018, na casa onde viviam Marcela e Beatriz⁶, as quais conheci também no serviço de abrigo.

Dito isso, esclareço que quando propus à Marcela e Beatriz que participassem desta pesquisa como voz depoente, senti que seria justo expor-lhes, de forma simples e objetiva, algumas nuances acerca da construção de um trabalho científico, sob o método de história de vida, que entrelaçam a linguagem, vida e a mútua implicação entre narração e experiência do vivido. Por esse turno, ative-me às explicações dadas a elas sobre a definição dos nomes, justifiquei que são pseudônimos utilizados para manter o anonimato dos(as) atores(as) depoentes. Sobre o nome “Marcela”, em verdade, revelo que a escolha não foi minha, mas sim dela própria. Quanto ao nome “Beatriz”, entre um riso e outro, ela optou por deixar que eu escolhesse como se chamaria em sua história contada e significada por suas palavras e concepções do vivido até ali. Aproveito para esclarecer que utilizei nomes fictícios a todas as pessoas citadas no texto.

Marcela e Beatriz se tornaram bastante próximas ainda quando estavam na Casa-Abri- go Edna. Algumas ações dirigidas no sentido de promoverem apoio mútuo, contribuíram para estreitar a relação entre elas, até que firmassem uma aliança que beneficiou ambas as famílias no processo de isolamento que durou por meses. Após o desabrigo, as duas famílias mantiveram a parceria e decidiram unir forças (financeira, emocional e social), com o propósito de alcançar maior autonomia e protagonismo. Desse modo, optaram por juntar as famílias numa mesma casa e assim dividir o ônus da manutenção da sobrevivência e poderem gozar de melhores condições.

No último encontro com todo o grupo, em novembro de 2018, fiz o pedido às mulheres, para que participassem da minha pesquisa sobre violência contra a mulher, mas, somente Marcela e Beatriz aceitaram. Ao serem informadas que precisariam relatar suas vivências, suas histórias de vida, as outras seis mulheres declinaram, basicamente sob a explicação de que desejavam esquecer o que tinham vivido de ruim. Naquele momento, entendi que enquan-

⁵ O *WhatsApp* é um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para *smartphones*. Além de mensagens de texto, os usuários podem enviar imagens, vídeos e documentos em PDF, além de fazer ligações grátis por meio de uma conexão com a internet. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/WhatsApp>>. Acesso em: 2 de jul. de 2020.

⁶ Com o intuito de preservar a identidade das minhas interlocutoras, alterei todos os nomes e suprimi aspectos de suas narrativas que permitissem sua localização.

to algumas pessoas falam sobre momentos dolorosos vividos sem maiores dificuldades ou constrangimentos, outras, sentem-se como se estivessem revivendo o sofrimento. Então, me pus à disposição para continuarmos em contato, afinal, falamos sobre assuntos muito profundos no período em que mantivemos contato, como espancamentos, humilhações e tentativas de feminicídio praticados por seus ex-companheiros, por exemplo. Porém, as notícias que tive de algumas delas depois disso, vieram de Marcela e Beatriz e as informações davam conta de que elas estavam se refazendo, trabalhando, namorando etc.

Mantive contato com Marcela e Beatriz por mais de um ano. Embora eu tivesse minhas intenções acadêmicas definidas, não consegui prever os entrelaçamentos de emoção e razão que o campo desvelaria, pois, além de suas trajetórias de vida serem impactantes para mim, existia um tom de afetividade em nossa convivência, o que tornava nossos diálogos bastante informais. Essa cumplicidade construída ao longo dos meses permitiu que a pesquisa se direcionasse para o cotidiano daquelas mulheres e se concentrasse nas múltiplas camadas de práticas e significados com as quais elas conseguiram lidar com suas dores e recomeçar suas vidas apesar, com e para além da violência que sofreram. Meu objetivo, portanto, passou a ser o de ouvi-las e tentar levar a sério o que elas tinham a me dizer a respeito de suas experiências.

A violência é um fenômeno complexo e múltiplo, que compreende elementos históricos e culturais, sendo necessário empreender reflexões mais profundas no sentido de compreender o quanto a violência é marcada na subjetividade de quem a vive. Desse modo, é importante conduzir a discussão da experiência violenta a partir das perspectivas daquelas que estão envolvidas nessa situação violenta, dado que a forma como uma experiência é percebida se relaciona à maneira com que é sentida, identificada e sobrevivida. Assim, tanto para as formulações de políticas de enfrentamento da violência contra a mulher, bem como para a formação de profissionais, como assistentes sociais, por exemplo, é importante considerar a perspectiva das pessoas que vivem a violência.

Ainda sobre o campo de pesquisa, a Casa-Abrigo Edna figurou como palco inicial e, a partir do estabelecimento das famílias de Beatriz e Marcela juntas na Rua Caxambú, o local assumiu a posição principal onde inúmeros relatos de histórias de vida viriam à tona. Lá, foram abordados assuntos marcantes de alegria e de tristezas, dos quais não saí ilesa. Os encontros frequentes criaram oportunidades para que eu pudesse conhecer um pouco mais das trajetórias de vida das duas personagens, contadas a partir de suas próprias elaborações do vivido, ou seja, a partir de suas próprias interpretações e significações de suas experiências com a violência machista, sob o risco iminente de morte. O que me proponho a fazer nesta dissertação

não é contar as histórias de Marcela e Beatriz, mas sim refletir, com base em suas próprias narrativas, sobre como elas vivenciaram subjetivamente a violência, entender como sobreviveram a esse processo e como se reconstruíram a partir dele.

1.1 Os meios e os caminhos

A perspectiva de ouvir suas histórias, a meu ver, permitiu que minhas interlocutoras elaborassem suas trajetórias e destacassem momentos significativos destas, enfatizando elementos, processos vividos que ainda hoje fazem parte de quem elas são. Também explicitaram de alguma maneira, os conflitos, angústias e os horizontes de significados com os quais essas mulheres dialogam. Apoio-me no pensamento de Mariza Peirano (1995), no sentido de que o trabalho de campo é uma forma de fazer, onde o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, suas ações mais corriqueiras, não para atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível, numa verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não antecipada. Num estudo antropológico, ainda segundo a autora, “o resultado fundamental da pesquisa de campo: é o despertar de realidades/agências desconhecidas no senso comum (...)” (PEIRANO, 2014, p. 382).

Assim, a elaboração de uma escrita com o uso de narrativas foi surgindo na medida em que fui rememorando os relatos que minhas interlocutoras confiaram a mim durante nossa convivência, trabalhando com uma mescla de suas falas diretas e descrições interpretadas por mim do que foi dito em nossos diálogos. Tudo isso subsidiou a construção de um texto com o uso do método de histórias de vida, que é um processo de construção de conhecimento a partir da relação específica entre dois atores: pesquisador e sujeito pesquisado. Isso pressupõe a existência de vínculo do participante da pesquisa que narra sua história, num dado momento de sua vida e o pesquisador (NOGUEIRA *et al.*, 2017). André Lévy (2001, p. 93) descreve o método como “[...] um encontro único entre um pesquisador e uma pessoa que aceita se confiar a ele – encontro que, também ele, tem sua história própria”. Ao se contarem, no sentido proposto por Margareth Rago (2013), Marcela e Beatriz falam sobre si e também produzem narrativas sobre a violência, que conduzem a outras narrativas sobre violência. Ecoam outras vozes, dão pistas de contextos, provavelmente mais amplos da violência contra a mulher.

Para a historiadora Vasconcelos (2014, p. 27), “a fonte oral é essencial para a construção de histórias de vida, especialmente se a personagem estiver viva, como são os casos anali-

sados aqui. Ao trabalhar com história de vida na construção de sua tese de doutorado, a historiadora concorda com Alessandro Portelli (1991), ao afirmar que:

[...] se pode compreender uma história de vida de várias formas, no entanto prefere supor que está trabalhando com artefatos verbais, nos quais está presente a autopercepção do narrador, o encontro deste com o pesquisador e as interpretações e percepções do último quando se dispõe a fazê-lo (VASCONCELOS, 2014, p. 27).

Nesse sentido, para mim, quando minhas interlocutoras contam suas histórias, emergem com suas palavras, suas próprias percepções do vivido. Isso me faz pensar que cada pessoa sente, reage (ou não) e exprime algum acontecimento (de violência, por exemplo) de maneiras singulares, de acordo com suas experiências e aprendizados ao longo da vida. Foi justamente essa percepção do vivido que tentei esboçar nos Capítulos 3 e 4, de Marcela e Beatriz, respectivamente. Ao transcrever os diálogos, fiz algumas alterações, apenas para torná-las legíveis e procurei manter a linguagem original.

No tocante ao vivido, faço constar que, objetivamente iniciei o processo de escrita desta dissertação alguns meses depois de encerrado o meu trabalho de campo, em dezembro de 2019. Desse modo, ressalto que o trabalho dissertativo foi construído em contexto da pandemia provocada pelo COVID 19⁷, o qual exigiu que entrássemos em quarentena, iniciada em março de 2020. Microscópico no tamanho e gigante nos efeitos, o coronavírus fez centenas de milhares de vítimas mundo afora no período de março a março (2020/2021), fase de elaboração e defesa desta dissertação de mestrado. Findou a Pós-Graduação, porém, a pandemia persiste e sem previsão de dissipar-se, época de temor e incertezas. Para alguém que ouviu inúmeros relatos de vida no campo de pesquisa, nos quais constam variadas facetas da vulnerabilidade entre mulheres pobres, negras (dentre outros fatores hierarquizantes), entender que “os efeitos da COVID 19 se mostram mais devastadores em relação às parcelas mais frágeis e desprotegidas da população, revelando desigualdades históricas profundas e ativas na atualidade” (Carniel e Rapchan, p. 291, 2020), me causa imensa tristeza.

Retomando a pesquisa, para análise e interpretação dos dados coletados a partir das narrativas das personagens, bem como das minhas próprias experiências dentro da Casa-Abrigo Edna em 2018, dialoguei com diversos autores e autoras, porém, não haverá uma seção específica para a discussão teórica, pois esta irá sendo apresentada ao longo desta dissertação. No entanto, antecipo, já nesta apresentação, algumas categorias teóricas que contribuíram decisivamente para a formulação mais geral do desenho desta pesquisa e da própria organização do texto.

⁷ A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2).

De Erving Goffman (1974), usei a definição de espaço total. Local onde indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável, levam uma vida fechada e formalmente administrada, a qual deu sustentação para discutir o aspecto fechado da Casa-Abrigo. Ainda, trabalhei com a teoria de estigma, que segundo o autor é a situação do indivíduo que está inabilitado para aceitação social plena, para tratar de algumas categorias inscritas no ideário preconceituoso coletivo, a raça e (não) saúde (GOFFMAN, 2008).

Apoiei-me no conceito do mandato da masculinidade, defendido pela antropóloga e feminista, Rita Laura Segato (2003), para debater como a mulher é engendrada num tipo de guerra entre masculinidades que precarizam vidas femininas, mas, também, destrói os homens, é um mandato corporativo hierárquico que exige atos que os destroem moral e fisicamente. Para a antropóloga, o mandato da masculinidade se caracteriza por ter que se demonstrar constantemente homem e não ter meios de fazê-lo. Dialoguei também com o que Segato chama de pedagogia da crueldade, que engloba todos os atos e práticas que ensinam e habituam as pessoas em alterar a vida em coisas.

Considerando que os relatos de trajetórias de vida trazem em si elementos do cotidiano do sujeito narrador(a), as labutas e confrontos, por vezes corporais, de Marcela e Beatriz para sobreviverem às violências vividas, dialogam com as ideias forjadas pela antropóloga indiana, Veena Das (2020), sobre o narrado e o vivido, que se entrecruzam constantemente e ensejam uma reflexão sobre um modo de fazer antropologia capaz de expressar e comunicar o sofrimento do outro. Segundo a autora, “do mesmo modo que penso no evento ligado ao cotidiano, penso no cotidiano como pleno de eventos em si mesmo” (DAS, 2020, p. 30).

Assim sendo, este trabalho está organizado em cinco capítulos, alguns deles subdivididos em seções. Além da Apresentação (Capítulo 1) e das Considerações Finais (Capítulo 5), o segundo Capítulo, intitulado A Casa dos Novos Começos, traz relatos de experiências das mulheres que tive contato na Casa-Abrigo Edna e minha própria vivência dentro do serviço. Nele discuti os aspectos de fechamento e disciplina do abrigo, bem como seu caráter isolador social. Abordei as atividades realizadas pelo Projeto Pró-Mulher na Casa-Abrigo, direcionadas às mulheres abrigadas e suas famílias e fiz uma descrição física do local, especificando cada ambiente e o seu funcionamento cotidiano, apontando como é estruturada a rotina imposta às usuárias. Por fim, descrevi a composição da equipe técnica administrativa do serviço e as atividades desempenhadas por cada membro.

No Capítulo 3, Sensível Resistência, apresentei a trajetória de vida da personagem Marcela. Busquei compreender sua história de vida, a partir das memórias sobre a infância e

juventude e os conflitos familiares vividos por ela. O enfoque foi dado nas questões ligadas à violência e domínio impostas pelas figuras masculinas presentes em sua vida: a começar pelo pai, em seguida o irmão mais velho e depois duas figuras masculinas com quem ela se relacionou forçadamente, sendo que o primeiro foi o assassino da mãe dela. Expus como ela subverteu a ordem violência/medo e aceitou participar de uma articulação policial para pôr seu agressor, estuprador e assassino da mãe na prisão. Abordei também, sua experiência e sobrevivência a um casamento forçado, como ela lidou com as situações de humilhação, privação de liberdade, abuso sexual e como as condições básicas de sobrevivência foram negligenciadas, tais como alimentação adequada e assistência à saúde dela de suas três filhas, fruto da relação. Discuti os acontecimentos que levaram Marcela à Casa-Abrigo Edna e, estando no serviço, analisei como ela procurou se relacionar com as outras abrigadas, com sua capacidade de formar alianças para aliviar a tensão do confinamento, bem como, o ônus da sobrevivência no pós abrigamento. Por fim, trato de como ela buscou se reconstruir amorosamente, desafiou o controle social familiar e assumiu um romance homossexual.

No quarto capítulo, *Beatriz: Narrativas e Reconstrução de Si*, realizei uma análise da trajetória de vida da personagem Beatriz, contextualizando suas experiências com o vírus da imunodeficiência humana (HIV) e as implicações causadas por tal condição de saúde, na sua corporalidade, no âmbito social, educacional e amoroso. Discuti as táticas utilizadas por ela para sobreviver à discriminação e violência sofridas por ser conhecida uma pessoa com HIV, inclusive por parceiros íntimos e familiares. Tratei da sua relação turbulenta com o pai de seus dois filhos, das duas passagens pelo serviço de abrigamento e as maneiras que Beatriz encontrou para se reconstruir a partir de ações que promovessem sua autonomia financeira.

Por fim, nas últimas páginas desta dissertação, revisei as histórias de vida de minhas personagens, Marcela e Beatriz, percorri suas vivências e seus modos de agir num mundo afetado pelo machismo estruturado que impõe ao feminino um status de humanidade menor, portanto, passível de estupros, mutilações e morte. Vi que ao se debaterem com essa realidade doentia, minhas interlocutoras desafiaram a ordem machista, sob a tática/prática do que chamei de a arte da sobrevivência por métodos sutis, que consiste em operar no silêncio, evitando confrontos diretos com os agressores, com foco em alternativas de reconstrução de si, como adquirir fonte de renda estável, por exemplo. Em contraponto à ordem máscula, onde homens se matam entre si, Marcela e Beatriz se uniram no intuito mútuo de se reconstruírem enquanto mulheres autônomas e, na maioria das situações, alcançaram sucesso.

2 A CASA DOS NOVOS COMEÇOS

“Fui queimada com fogo como castigo por não aceitar aquela vida”, revelou Margherita (2018), sem levantar o olhar. Esta frase, faz parte dos relatos de uma mulher que foi espancada dentro de casa, onde foi deixada presa enquanto as paredes de madeira estavam em chamas. Num golpe de sorte, que beira à magicalidade, ela escapou com vida. Talvez seja por causa disso que optei por chamá-la de Margherita neste trabalho, em homenagem à mulher que não teve a mesma sorte e foi queimada pela Inquisição na região de Trento, por volta do ano de 1330, “porque se negou a retratar-se” (FEDERICI, 2017, p. 88).

Contudo, a história de nossa Margherita não faz parte da história das inúmeras mulheres perseguidas e acusadas de saberes e práticas populares considerados como maléficos e satânicos, as quais eram levadas à execução pública na fogueira, como forma de castigo, entre os séculos IV ao XVIII. Margherita, de 35 anos, é uma mulher que conheci enquanto realizava trabalho de campo na Casa-Abrigo Edna, em Maringá-PR, no ano de 2018, em pleno século XXI.

Sua “falha”? Tentar exercer seu direito à autonomia e independência. Segundo seu breve e contundente relato, que ouvi durante conversa que travamos em um único encontro, ela revelou: “eu disse pra ele que queria trabalhar fora, que não queria passar a vida toda como dona de casa, dependendo do dinheiro dele. Mas ele disse que não, que estava bom daquele jeito. Quando insisti, ele disse que eu estava desafiando ele” (MARGUERITA, 2018). A partir desse momento, continuou Margherita (2018): “ele começou a me xingar e com o tempo, passou a me bater.” Os atos perversos do marido culminaram no evento do incêndio, confidenciado por Margherita de forma rápida e sintética.

Esperar submissão do outro, especialmente se esse outro estiver sendo imaginado como uma pessoa inferior, pareceu-me tão introjetado quanto sua imposição, daí as relações conflituosas. A frustração do projeto de dominação e hierarquização do corpo de Margherita, talvez tenha sido demais para seu agressor digerir.

Ainda na fala de Margherita (2018): “ele me dizia que o natural é a mulher obedecer o homem, que sempre foi assim”. Termos como natural são caros às Ciências Sociais, pois ao recorrer ao signo da naturalização das relações humanas, atores sociais de diferentes épocas, lugares e posições sociais atribuem qualidades essenciais ou inatas – portanto fixas, necessárias e universais – a fenômenos que na verdade são fruto de atividades e interesses humanos historicamente situados (Jesús, 2011). Quando deixamos de naturalizar as relações sociais, podemos perceber que a violência de gênero costuma ser praticada por inúmeros agressores a

partir da crença de que as mulheres fazem parte de uma humanidade menor. Trata-se de um imaginário patriarcal que produziu e segue reproduzindo a dominação masculina enquanto uma forma de opressão, por meio do controle e da coerção sobre os corpos femininos, relegando as mulheres aos domínios do doméstico, da fragilidade, da dependência, da inferioridade, do particular, do privado, da sexualidade, dos sentimentos.

Pioneiras no acolhimento de mulheres que sofrem violência doméstica no Brasil, as Casas-Abrigo existem desde 1986. As implementações do serviço em nosso país são tratadas mais adiante neste texto. Por ora, saliento que além de proteção da mulher, são objetivos previstos nas diretrizes da política de abrigamento: promover condições de inserção social das abrigadas, conjugando as ações da Casa-Abrigo com programas de saúde, emprego e renda, moradia, creches, profissionalização, dentre outros. Desse modo, ao refletir sobre os anseios de Margherita, por autonomia e independência, os quais serviram de gatilho para as ações violentas do seu ex-companheiro e a proposta da política de abrigamento, percebi o engajamento desta última no enfrentamento da desigualdade de gênero no Brasil, pelo menos em teoria. A fim de discutir alguns elementos do referido serviço de proteção a mulher, no decurso deste capítulo, realizei uma abordagem dos aspectos físico, organizativo/regimental e identitário da Casa-Abrigo Edna Rodrigues de Souza, em Maringá-PR.

Nesta etapa da pesquisa, o objetivo é explicitar o modo como são produzidas e reproduzidas as relações de poder no interior da Casa-Abrigo Edna e apontar alguns princípios opressores presentes na política de abrigamento, percebidos durante o trabalho de campo realizado no interior da instituição, nos meses de julho e agosto de 2018. Minha inserção no serviço, enquanto membro do Projeto Pró-Mulher, viabilizou a realização de entrevistas formais e informais com onze mulheres abrigadas no período (com destaque para Marcela e Beatriz, com quem realizei trabalho de campo no pós abrigamento) e com membros da equipe administrativa da Casa-Abrigo.

Cabe dizer que minha relação com Marcela e Beatriz, iniciada dentro da instituição se estendeu ao convívio social, fato que me proporcionou conhecer melhor suas histórias e vivências, bem como suas impressões relativas à política de proteção a mulher, na figura da Casa-Abrigo Edna. A partir de setembro de 2018, logo após o desabrigamento de ambas, visitei-as com relativa assiduidade no endereço comum (Rua Caxambú, 503), até a separação domiciliar delas em outubro de 2019. No último bimestre deste mesmo ano, os encontros aconteceram somente entre mim e a família de Beatriz, na Estrada da Granja, devido à separação das ex-abrigadas, momento em que Marcela decidiu viver em outra região situada no norte do Paraná, quando nosso contato passou a ser mediado por mensagens de *WhatsApp*.

A isso, poderia nomear de observação participante, porém, considero que nossas vivências nesse curto, porém, intenso período, ultrapassou a linha do acadêmico. Digo isso, pois, em muitas interações que tivemos, esqueci-me da pesquisa e me entreguei ao que estava sendo dito, revelado, compartilhado. A energia que emana desse tipo de troca, parece-me fazer com que entremos numa espécie de transe de afeição ao outro. Marcela e Beatriz estavam cientes do propósito inicial da minha presença em suas vidas, mas, assim como eu, perceberam o deslocamento ocorrido em nossa relação, antes delimitada pelas fronteiras de um trabalho acadêmico e que progrediu para uma prazerosa relação de afeto e respeito mútuo. “Às vezes esqueço que você quer nos pesquisar”, afirmou certa vez Marcela, com seu riso fácil. Esse deslocamento do acadêmico para o afetivo talvez as tenha deixado mais à vontade para falar sobre pontos sensíveis, tanto de suas vidas, quanto da referida política.

Para além das minhas próprias vivências dentro da Casa-Abrigo Edna, as falas de Marcela e Beatriz, bem como dos demais interlocutores que interagi, dentro e fora do serviço de abrigo, aparecerão como voz depoente neste capítulo, que está dividido em cinco seções.

Na primeira seção, destacamos a publicização e politização da violência de gênero que culminou na criação da política de combate à violência a mulher no Brasil, com enfoque na criação e implementação das Casas-Abrigo como medida protetiva para mulheres sob risco de morte em razão da violência. Na sequência, tratamos do funcionamento da Casa-Abrigo Edna Rodrigues de Souza de Maringá, com seus elementos organizacionais e normativos, a partir da ótica de quem esteve no interior do abrigo, bem como pela voz de algumas usuárias do serviço. Na terceira seção abordamos algumas ações do Projeto Pró-Mulher na instituição, no período de julho a agosto de 2018, seguido da quarta parte, com uma breve contextualização das atividades realizadas junto aos filhos(as) das abrigadas. Por fim, trouxemos alguns pontos de reflexão acerca das características disciplinares da política de abrigo, pondo em relevo os diversos modos como o poder disciplinar se organiza no serviço, produzindo realidade social, na qual envolve atores sociais, discursos e técnicas políticas de gerenciamento institucional humano.

2.1 Políticas de combate à violência de gênero no Brasil

A luta pelo fim da violência contra as mulheres ganhou força no Brasil a partir dos anos 1980⁸, culminando na criação, em 1985, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)⁹. Segundo Prates (2007, p. 14), a luta feminista deu um passo a diante pois, “na década de 1980 a violência contra a mulher passou a ser tratada como uma questão de justiça e de segurança pública”. Vista como crime, foi possível retirá-la da esfera privada, projetando-a para a esfera pública, onde “já se mete a colher em briga de marido e mulher” (SAFFIOTI, 1999). Nas palavras de Costa (1998, p. 52), “o pessoal é político”. Nesse sentido, a politização da violência contra a mulher busca romper com dicotomias entre o público e o privado, com vistas a cobrar responsabilidades do Estado e da sociedade em assegurar a todas o respeito à dignidade humana e a uma vida livre de violência.

Desse modo, o reconhecimento de que a violência contra a mulher se caracteriza como violação dos direitos humanos femininos, resultou na elaboração de políticas e na criação de serviços públicos voltados à prevenção desse fenômeno. Essas ações também visam oferecer apoio e proteção às mulheres afetadas.

No Brasil, em 2003, as ações de enfrentamento à violência aos corpos femininos ganharam nova envergadura. Isso, devido à formulação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência as Mulheres, que lançou diretrizes nacionais para uma atuação coordenada dos organismos governamentais nas três esferas da federação (BRASIL, 2011).

⁸ Em de 1983 o Brasil assinou, com reservas, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, conhecida como CEDAW, adotada pela ONU em 1979. Em 1984, a CEDAW foi ratificada pelo Congresso Nacional, mantendo as reservas do governo brasileiro. Passados mais de dez anos, em 1994, o governo brasileiro retirou as reservas e ratificou plenamente a Convenção (FREIRE, 2007, p. 9). Em 1992, o Brasil também ratificou a Convenção Americana dos Direitos Humanos, o que possibilitou o encaminhamento, por parte de ONGs e vítimas, de maior número de denúncias de violação de direitos humanos no Brasil (FREIRE, 2007). Nos primeiros anos após consolidada a redemocratização, nos anos 1990, o Brasil ratificou importantes convenções, protocolos e planos internacionais relativos aos direitos das mulheres, além de outros instrumentos internacionais de direitos humanos. Entre eles, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Eradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994), validada pelo Brasil em 1995. Ainda no ano 1995, o Brasil aderiu a Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, adotada pela ONU. Em 2001, o governo brasileiro assinou o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (criado em 1999 pela ONU), sendo ratificado posteriormente pelo Congresso Nacional, em 2002. O Decreto n.º 23.769, de 6 de agosto de 1985 (São Paulo, 1985), criou a primeira delegacia da mulher e estabeleceu que esta deveria investigar determinados “delitos contra a pessoa do sexo

feminino”, previstos no Código Penal (DEBERT; GREGORI, 2008).

⁹ A criação do CNDM deu outra perspectiva às mulheres, sobretudo nas classes menos privilegiadas. A maior vitória do CNDM foi a criação das Delegacias da Mulher. Nessa mesma época eu visitava diferentes bairros da periferia para estimular as mulheres a denunciar todo e qualquer tipo de repressão e violência”, disse Ruth Escobar na época da criação do CNDM.

Além disso, o Pacto Nacional Pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, firmado em 2007, reconhece a necessidade da adoção de políticas públicas, de caráter universal, acessíveis a todas as mulheres. Em articulação com o Pacto Nacional, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, defende ações que englobem as diferentes modalidades nas quais a violência se expressa, considerando que são muito frequentes situações de violação de direito e de violência contra mulheres (DIRETRIZES NACIONAIS, 2011).

Aliados, a Lei 11.340/2006 (conhecida como Lei Maria da Penha¹⁰), o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e o Pacto Nacional Pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, trouxeram alterações significativas no âmbito da justiça criminal, enrijecendo o sistema punitivo para o agressor e adotando mecanismos de proteção e autonomia da mulher. Também deram mais consistência para a elaboração de políticas públicas voltadas para as demandas femininas.

De acordo com o Mapa de Violência (2019) o Brasil ocupa a quinta posição no ranking de países com maiores índices de violência contra a mulher. Neste panorama nebuloso, dentre as medidas e estruturas previstas, as casas-abrigo, destinadas ao acolhimento a essas mulheres que se encontram em situação de extremo risco e urgência, se mostram como importantes instrumentos de proteção a esse público (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2019).

As palavras de Coutinho e Sani (2010) corroboram com essa premissa quando enfatizam que:

As casas-abrigo constituem um equipamento fundamental na resposta às mulheres e crianças vítimas de violência, nomeadamente as que, perante a situação de maus tratos, se veem obrigadas a abandonar a casa de morada de família, na maioria dos casos sem recursos de qualquer natureza. Assim, as casas-abrigo constituem um contexto essencial na promoção da segurança, assim como de competências e recursos necessários à reorganização do novo projecto de vida (COUTINHO; SANI, 2010, p. 633).

Historicamente, a primeira casa-abrigo de que se tem registro foi criada em 1971, na cidade de Chiswick, em Londres, na Inglaterra (KRENKEL; MORÉ, 2017, p. 771). No Brasil, a implementação da primeira casa-abrigo foi em 1986, no estado de São Paulo, pela Secretaria de Segurança Pública, com suporte da Secretaria de Promoção Social, denominada Comvida –

¹⁰ A Lei 11.340/2006, tipifica os tipos de violência contra a mulher como: violência física: é qualquer ato contra a integridade ou saúde corporal da vítima; violência psicológica: é qualquer ação que cause prejuízo psicológico, como humilhação, chantagem, insulto, isolamento, ridicularização. São também considerados dano emocional e controle de comportamento da mulher. Violência sexual: é aquela que força a mulher presenciar, manter ou participar de relação sexual indesejada. Impedir o uso de método contraceptivo ou forçá-la à gravidez, aborto ou prostituição mediante força ou ameaça, também se enquadram neste tipo. Violência patrimonial: são situações quando o agressor destrói bens, documentos pessoais e instrumentos de trabalho. Violência moral: Caluniar, difamar ou cometer injúria contra a mulher.

Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica. Porém, o equipamento de proteção converteu-se numa experiência pouco duradoura devido à falta de recursos e de estrutura (CORDEIRO, 2017).

Na segunda metade da década de 1990, ocorreu uma multiplicação de casas-abrigo em nosso país, financiadas pelo Ministério da Justiça em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (SILVEIRA, 2006). Nesse processo de reconhecimento das demandas femininas, Cordeiro afirmou que:

[...] a inclusão das mulheres como público-alvo de políticas públicas sob a perspectiva de gênero indica um avanço na ampliação da democracia, uma vez que reconhece que as mulheres e os homens têm os mesmos direitos, mas, no entanto, necessidades específicas que devem ser consideradas pelo Estado (CORDEIRO, 2017, p. 261).

Porém, embora previsto na Lei Maria da Penha, criada há 14 anos, o acolhimento em casas-abrigo para mulheres ameaçadas de morte só é realidade em 2,4 % das cidades brasileiras. Ao todo, são 153 casas-abrigos, presentes em maior número nas capitais (principalmente na cidade de São Paulo/SP). Os municípios de pequeno porte são os mais débeis na oferta do serviço. Segundo o Relatório de Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE, datado de 2018, nos últimos cinco anos que antecederam a publicação do Relatório, não houve avanço no desenvolvimento e implantação de serviços de abrigamento para mulheres em situação de extrema violência no país (IBGE, 2018).

Ao menos desde 2016, com o processo de difamação social que levaria ao *impeachment*¹¹ de Dilma Rousseff e a própria deslegitimação da atuação de mulheres na política brasileira (Carniel; Ruggi; Ruggi, 2018) e a ascensão de discursos conservadores, notadamente pouco sensível às demandas de mulheres, o medo de retrocessos das políticas públicas de combate à violência de gênero se tornou real. Nesse sentido, sobre a política de proteção à mulher, se antes a presença do serviço de abrigamento na agenda pública era parca, com o novo cenário governamental, a expectativa de abandono se tornou mais perturbadora para as mulheres em situação de violência extrema.

Em novembro de 2018, o então Presidente do Brasil, Michel Temer, assinou o Decreto n.º 9.586, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres – Sinapom¹² e o Pla-

¹¹ Impugnação de mandato; processo de cassação feito a partir de uma denúncia crime contra uma autoridade, geralmente um presidente, sendo a sentença proferida pelo poder legislativo. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/impeachment/>>. Acesso em: 10 de mar. de 2021.

¹² O Art. 1º do Decreto 9.536, de 27 de novembro de 2018, traz que: fica instituído o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres - Sinapom, vinculado à Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres do Ministério dos Direitos Humanos, com o objetivo de ampliar e fortalecer a formulação e a execução de políticas públicas de di-

no Nacional de Combate à Violência Doméstica (PNaViD)¹³ (Brasil, 2018). O compromisso seria o de atualizar e fortalecer o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), em conjunto com os estados, municípios, Distrito Federal e a sociedade civil, com a participação prioritária de mulheres em todas as etapas dos processos. Porém, a criação e implementação do Sinapom ocorreu sem diálogo com a sociedade civil, especialmente com os movimentos feministas e de mulheres (LARA, 2018). Contudo, mesmo com indícios de pouco vigor efetivo, o Decreto trouxe esperanças de que as conquistas femininas não se percam no jogo de ego e ambições políticas, onde quem dão as cartas, em sua maioria, são aqueles que fazem parte do grupo opressor: os homens!

Em referência ao serviço de abrigo, palco de parte do trabalho de campo para a construção desta pesquisa científica, saliento que, em resposta à Política Nacional, em 2006, a cidade de Maringá-PR, passou a disponibilizar abrigo municipalizado¹⁴ para mulheres em situação de risco iminente de morte. Nesse ano, portanto, foi estabelecida a Casa-Abrigo Edna Rodrigues de Souza.

Compreensivelmente, o referido serviço é um recurso que exerce expressiva contribuição na batalha contra a violência. Não obstante, tendo em vista que historicamente a política é monopolizada pelo masculino, essa premissa, suscita um olhar mais atento. Realizado esse exercício, percebe-se fissuras no serviço de abrigo e nelas, escondem-se partículas do ranço machista estruturado e reproduzido. Falo do caráter opressor que permeia a política de proteção, observado tanto nas falas das mulheres abrigadas, quanto no modelo administrativo do serviço operado cotidianamente. Sobre isso, elenco o caráter disciplinar e fechado da Casa-Abrigo, que põe a mulher em situação análoga à de prisioneira, por exemplo.

Nessa altura da explanação, penso ser preciso destacar que a intenção aqui não é a desqualificação do serviço de abrigo, tampouco sua desmoralização ou manifesto à sua destituição. Ao contrário disso, o elemento perseguido é o debate a respeito da propositura da política, que é a promoção do fortalecimento da mulher usuária, tanto emocional como financeiro e social. Isso, no entendimento de que:

reitos das mulheres, de enfrentamento a todos os tipos de violência e da inclusão das mulheres nos processos de desenvolvimento social, econômico, político e cultural do país.

¹³ O Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica (PNaViD) é o conjunto de princípios, diretrizes e objetivos que condicionará a estratégia de combate à violência doméstica a ser implementada pelos três níveis de governo, de forma integrada e coordenada. Conforme o decreto, “o PNaViD deve integrar-se às demais políticas em curso, especialmente aquelas cujos desenvolvimentos impactarão nas ações de segurança pública, de saúde, de educação, Justiça, assistência social, assim como as demais políticas setoriais que tangenciam a equidade de gênero, tendo em vista a promoção de um ambiente sem discriminação e seguro para todos”.

¹⁴ Na década de 1990 surgiram as primeiras casas-abrigo reivindicadas pelo movimento de mulheres e apoiadas pelas Delegacias da Mulher, uma vez que as providências policiais e jurídicas eram burladas pelos agressores e, muitas vezes, as denunciadas sofriam violência maior como castigo por sua iniciativa. (CAMARGO; AQUINO, 2003, p. 41).

[...] as políticas voltadas para o enfrentamento da violência contra as mulheres fundamentam-se na visão de que a ação governamental deve objetivar o fortalecimento das mulheres e a expansão da cidadania delas, contribuindo, assim, para a construção da igualdade e a ampliação do caráter democrático do Estado (CORDEIRO, 2017, p. 259).

Ademais, caso fosse possível mapear a política de abrigo nas margens desse trabalho científico, seria pela ótica e voz das mulheres usuárias do serviço em tela.

Para melhor compreensão do leitor, a seguir, dirijo esforço no sentido de detalhar, sem ultrapassar o marco do anonimato que impera no serviço prestado, a estrutura física e dinâmica cotidiana de um local sigiloso da natureza das casas-abrigo para mulheres sob risco de morte, vista de dentro, na intimidade do abrigo. Isso, representado na figura da Casa-Abrigo Edna Rodrigues de Souza, em Maringá. Antecipadamente, alerto que não há o que romantizar, pois a realidade é desafiadora.

2.2 Entre muros: Casa-Abrigo, um espaço simbólico e identitário

Para discutir a característica intramuros observada na Casa-Abrigo Edna, me inspirei nas reflexões de Goffman (1974) acerca das instituições totais¹⁵. Particularmente, ao modo como ele procurou caracterizá-las a partir das tendências ao isolamento e dos efeitos dos processos disciplinares e de controle da institucionalização (que serão discutidos na última seção desse capítulo) e sobre o enfraquecimento da autoestima e da redução dos papéis sociais das pessoas internadas.

Ao pesquisar instituições fechadas, Goffman pontuou que o “fechamento ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado” (GOFFMAN, 1974, p. 16).

¹⁵ Goffman (original 1961) realizou uma pesquisa de campo no Sta. Elizabeths Hospital, em Washington D.C, Estados Unidos, em 1955-1956, cujo objetivo era tentar conhecer o mundo social do internado em hospital, procurando captar a perspectiva subjetiva do internado. Ele passava os dias com os pacientes e a direção do hospital sabia dos seus objetivos. Partindo dessa pesquisa de campo e utilizando uma ampla bibliografia, o autor elaborou o conceito de instituição total, caracterizando-a pelo seu “fechamento” mediante barreiras que são levantadas para segregar os internados do contato social com o mundo exterior. As proibições à saída estão muitas vezes incluídas no plano físico e arquitetônico do local. Seu traço principal é que a instituição total concentra todos os diferentes aspectos da vida de uma pessoa (trabalho, lazer, descanso) no mesmo local e está sob a autoridade de uma equipe dirigente.

Quando iniciei este trabalho de campo, minhas referências sobre as práticas de abrigamento para mulheres em situação de violência extrema eram somente teóricas. Até então, para mim, era insuspeita a possibilidade de fazer parte de algum tipo de evento ou projeto que me levasse a conhecer intimamente um local reservado e sigiloso dessa natureza. Chegado o dia da primeira visita à Casa-Abrigo Edna, naquela primeira segunda-feira de julho de 2018, estranhamente, meu foco principal era o local em si. Durante o trajeto até o serviço de abrigamento, segui me perguntando como seria a referida Casa-Abrigo, se acaso seria como uma residência, no modelo ao qual estamos acostumados na nossa região. No retorno, o silêncio imperou sem concorrência entre os cinco viajantes do veículo (carro oficial do Município de Maringá), que nos deu acesso ao local. Nem o ombro a ombro servia de incentivo para vocalizações. O motivo? Tínhamos estado face-a-face com quem vivenciou a brutalização da violência machista e nos apresentado à devastação que ela provoca.

No que concerne a mim, na ocasião do primeiro contato com o campo, fui impactada pela diferença entre pensar a Casa-Abrigo e estar nela, que é justamente a experimentação da realidade de quem está no sistema. Ou seja, expor a mim mesma nele, mesmo que na condição de visitante/pesquisadora, resultou em condições úteis para intuir, com maior profundidade, o que é estar sob medida protetiva dessa magnitude, pois percebi, que não se deseja estar ali se a razão não for bastante convincente. Isso ficou claro para mim, ao observar, nas falas de algumas abrigadas ouvidas naquele dia, quão doloroso é para elas abdicarem da gerência de suas próprias decisões e se engendram num ambiente estranho e controlado para se manterem a salvo de alguém, em quem um dia elas acreditaram ser seus leais companheiros. Não bastasse a dor e frustração causadas pelo abuso sofrido, o confinamento lhes furta o domínio de suas ações. “Deixei o curso de cuidadora. Tinha planos para o ano que vem. Agora estou aqui, como você está vendo”, disse-me Cristiana, uma das mulheres que ouvi nessa primeira visita a Casa-Abrigo Edna.

Durante as atividades de campo, comecei a descobrir que o abrigamento de mulheres vítimas de violência possui uma materialidade incontornável que reúne experiências, memórias, sentimentos e trajetórias de pessoas muito diversas em um mesmo território geográfico. De algum modo, as vivências dessas mulheres as levaram ao mesmo lugar. Cada qual com sua subjetividade identitária, passaram a usufruir do mesmo ambiente, regidas pelas mesmas regras. Quanto a mim, que por via diversa também experimentei o ambiente, ao avistar pela primeira vez o prédio onde é instalada a Casa-Abrigo Edna, chamou-me atenção a alta e imponente cumeeira e as largas pilastras que sustentam seus enormes paredões. Senti, naquele momento, que imergir no território da Casa-Abrigo é entrar, imediatamente, num modo de priva-

ção da liberdade, pois, cerrado o portão de acesso, nada se pode ver para além do muro escalável que cerca o prédio corpulento. Salvo pelas árvores frondosas que arejam o local, a atmosfera da Casa-Abrigo Edna é um tanto melancólica e artificialmente silenciosa. Sem ânimo para reverberações.

De aparência incógnita, trata-se de uma arquitetura projetada para funcionar como abrigo coletivo temporário para mulheres em situação de violência e suas famílias. A Casa-Abrigo em questão, dispõe de um amplo rol quadrangular, onde, nos dois primeiros vértices à frente constam: à esquerda, uma sala de estar, com uma televisão presa à parede, um sofá médio (que talvez um dia fora azul) e um grande tapete, que, por sua aspereza, provavelmente serve como artefato de decoração; à direita, existe uma parca brinquedoteca. Ao fundo, a esquerda contém um espaço de leitura e a direita, consta uma grande mesa improvisada, rodeada por cadeiras abatidas pelo uso, onde são feitas as refeições das famílias abrigadas. Desse ponto, pode-se avistar a cozinha (semi-industrial), onde são preparadas as alimentações, descritas mais adiante. Ultrapassado esse espaço, através de uma pequena porta, depara-se com um longo e penumbroso corredor, com acessos laterais às salas da coordenação e aos sete pequenos quartos compostos por beliches, guarda-roupas e um singelo banheiro.

Para o funcionamento da Casa-Abrigo, atua uma equipe de profissionais formada por três Educadoras de Base (Alda, Marta e Selma) e uma Coordenadora (Patrícia). Constam também, duas profissionais dos serviços gerais (Josiane e Helena) e vigilantes (homens) que atuam em forma de revezamento por turno.

Uma vez dentro da Casa-Abrigo Edna e agora, ciente de sua disposição física, a possibilidade de confirmar se havia a correspondência de uma casa, no sentido de lar, a dúvida suscitada quando da iminência de conhecê-la, foi frustrada. Aqui digo casa no sentido de *locus* habitacional e sua capacidade de interferir, negativa ou positivamente em seu morador. Sobre isso, Norberg-Schulz (1980 *apud* Reis, 2017, p. 111) nos revela que "o ambiente influencia os seres humanos e isso implica que o propósito da arquitetura transcende a definição dada pelo primeiro funcionalismo". Desse modo, considerando as características já observadas da Casa-Abrigo Edna, suscita pensar as possíveis implicações que o desvio dessa idealização ocidentalizada de casa, pode causar em suas habitantes, o que discutiremos um pouco mais a diante.

Em termos de subjetividade, Savi, Dischinger e Hespanhol (2015) discutem as impressões que cada pessoa tem sobre cada realidade objetiva. De acordo com os autores, seria preciso perceber a "diferença entre considerar o ambiente construído apenas como representação material [...], analisá-lo como elemento maior, inserido no contexto, assumindo a influência das diferenças e experiências individuais" (SAVI; DISCHINGER; HESPANHOL, 2015, p.

6). Ou seja, um prédio em si mesmo, é só um lugar/espço, já um ambiente constituído para ser uma casa, traz em si uma carga imensurável de energia pessoal e subjetividade dos que o habitam. Desse modo, tendo em vista que a Casa-Abrigo Edna foi criada para abrigar pessoas, sua existência e composição física deixam de ser apenas uma representação material e passam a configurar-se, entre outras coisas, como uma expressão de cuidado.

Sem intenção de me aprofundar no tema, creio poder considerar que bem-estar é um dos reflexos do cuidado. Nesse sentido, se pensarmos no que foi descrito acima, dentre outros elementos, a aspereza arquitetônica do prédio, a mobília parca e abatida somado à característica de fechamento e isolamento do serviço, fazem-me duvidar da efetividade do cuidado para com as mulheres e suas famílias na Casa-Abrigo. Para além da materialidade, outro fator que percebi ao observar a dinâmica relacional entre as agentes institucionais (Educadoras de Base e Coordenadora) e as abrigadas, é o distanciamento que as profissionais propositalmente impunham nessa relação com as mulheres, hierarquizando-as numa posição submissa, portanto, possivelmente desconfortável.

Assim, dada as vivências em comum na política de abrigamento que tive com Amanda, integrante do Pró-Mulher e membro da minha equipe nas atividades realizadas dentro da Casa-Abrigo (as quais serão abordadas em profundidade na próxima seção), considerei que seria produtivo – também muito agradável, devido a sua sensibilidade às questões relacionadas aos direitos femininos – compartilhar com ela minhas inquietações, a fim de discutirmos nossas percepções acerca do serviço.

Assim, contactei-a via *WhatsApp* expondo-lhe minhas intenções e rapidamente combinamos de nos encontrar em sua clínica de psicologia, situada no coração da cidade de Maringá. Na manhã de 3 de dezembro de 2019, estive com Amanda e, na “companhia” de um café, rememoramos nossa passagem pela Casa-Abrigo Edna e trocamos confidências acerca das impressões que tivemos a partir da experimentação do local. Assim, ela iniciou sua fala elencando seus vislumbres sobre a fisicalidade do prédio que, em seu ponto de vista:

Não tem características físicas de uma casa, parece mais um galpão com acomodações. Embora tenha os recursos padrões [quartos com camas, banheiros etc]) com cozinha e sala de estar coletivas, traz em si algo muito impessoal. Não que eu esteja defendendo que tenha que ter algo específico (uma decoração) para cada mulher, mas estou convencida que existem formas de proporcionar um ambiente mais acolhedor. No meu entendimento, não teria problemas em ser um ambiente mais compartimentado, talvez como um condomínio, por exemplo. Se pensarmos a casa como um local de segurança, mas também de aconchego, os efeitos psicológicos que esses sentimentos trariam, poderiam refletir em equilíbrio emocional e por sua vez, em autoestima. A frieza que eu percebi no local, na minha visão de técnica da área da Psicoló-

gia, contribui com a vulnerabilidade da mulher. No meu campo de trabalho, para ajudar é preciso primeiro estabelecer uma conexão. O que percebi na Casa-Abrigo Edna, está mais para uma desconexão (Trecho de entrevista concedida por Amanda em 2019).

De acordo com a fala de Amanda, o ponto sensível do debate gira em torno do fato da coletividade e frieza do local produzir impessoalidade, possível reforço da vulnerabilidade e consequente queda da autoestima da mulher já fragilizada. Sobre isso, ao esmiuçar os trabalhos de Goffman acerca dos resultados produzidos pelas instituições totais, Benelli (2014) argumenta que esses espaços estão longe de cumprir os objetivos descritos em seus estatutos e regimentos oficiais. Segundo o autor, o local “parece, normalmente, produzir efeitos contrários aos prometidos” (BENELLI, p. 113-114).

A fala de Marcela, com quem tive facilidade de diálogo desde o primeiro dia na Casa-Abrigo, corrobora com as conclusões do autor, quando ela diz que “se sentia um entulho num depósito de gente”, referindo-se a sua estadia na Casa-Abrigo Edna. Nessa fala, visualizei os contornos de um processo de coisificação (corpo-matéria-objeto) da mulher abrigada.

Ao escrutinar as palavras de Marcela, pode-se entender que não se trata unicamente de um processo que fere a dignidade e os direitos humanos femininos, mas também endossa a suspeição de acentuamento do estado de fragilidade das abrigadas. Ou seja, a violência institucional, em muitos casos não experimentada por elas, é repetida. O modelo de “depósito de gente”, nos termos de Marcela, sugere às mulheres uma posição periférica na sociedade. Dá-lhes um status de não pertencimento, de não lugar no mundo, nada condizente com a proposta da política de abrigamento, que tem como um dos principais eixos a promoção da autoestima da mulher abrigada. Em uma de nossas conversas na Casa-Abrigo Edna, Marcela se referiu a si como: “sou uma João ninguém, se eu fosse filha de bacana seria diferente.” O que se identifica nesta fala é a permanência de uma política que estabelece uma divisão entre vidas qualificadas e vidas a abandonar ou esquecer (MAGALDI, 2019).

Em relação ao caso de Marcela, mulher e pobre, percebe-se que ela vivencia uma dupla discriminação, ou seja, experimenta formas múltiplas de opressão. Segundo Crenshaw (2002), essas variáveis ou o entrecruzamento desses eixos discriminatórios não estão alheios a sua percepção, conforme indica sua queixa destacada mais acima. Em síntese, Marcela, que é branca, percebe que a opressão sofrida por mulheres brancas e pobres, difere da sofrida por mulheres economicamente privilegiadas, por exemplo. Sobre isso, Biroli e Miguel (2015) argumentam que “a dissociação dessas variáveis pode levar a análises parciais, mas principalmente a distorções na compreensão da dinâmica de dominação e dos padrões das desigualda-

des” (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 29). Nesse caso em particular, fica inteligível que o fator que inclina a balança para baixo (em termos de agravamento da opressão sofrida por Marcela), é a classe.

A fim de problematizar ainda mais os entrecruzamentos, acrescenta-se mais um marcador social de diferença, capaz de produzir discriminação e opressão a mulher: a raça. Os dados do Atlas da Violência 2019, publicado pelo Instituto de Pesquisas Aplicada (IPEA, 2019), servem de exemplo. Eles mostram que entre os anos de 2007-2017, ocorreram 49.607 feminicídios no Brasil, sendo que 60,42 % desse total eram mulheres negras, somados 29.973 casos. Isso mostra que muitos dos problemas de justiça social, como racismo e sexismo, frequentemente se sobrepõem, criando múltiplos níveis de injustiça social. Os desafios enfrentados ao envolver gênero, raça e classe produzem conjuntamente as hierarquias que colocam mulheres negras e pobres em posição de maior desvantagem.

Das onze mulheres que tive oportunidade de travar contato na Casa-Abrigo Edna, apenas três eram brancas. Dentre as negras, chamou-me a atenção o relato de Beatriz, acerca da situação dramática que vivenciou ao retornar a Casa-Abrigo. Segundo ela, transcorrido pouco mais de um ano de sua última passagem pelo local, retornou ao serviço e, desta vez, trouxe consigo mais um filho. Haverá um capítulo dedicado à trajetória de vida de Beatriz mais a diante, porém, adianto aqui sua declaração de que, mesmo sem verbalizações incisivas, era perceptível a reprova da equipe administrativa em relação ao seu regresso ao local. “Mais um filho?”, perguntou-lhe uma das agentes. Mesmo com tom de casualidade, a indagação indica culpabilização de Beatriz. Imputa a ela a condição de mãe, negra e pobre, tida como relapsa. Sobre isso, de acordo com Fernandes (2019, p. 746), “a eugenia marcou o processo de formação das cidades brasileiras, sendo ponto central na construção do imaginário da nação civilizada”, onde a branquitude se configura como padrão de normatividade. Desse modo, aos negros, suscita-se serem sujeitos de moral vulnerável, da vida desviante, de excessos, entregues à promiscuidade.

Sinto-me confortável para inferir que, das mulheres que tive contato na Casa-Abrigo Edna, nenhuma delas demonstrou conformidade sobre as condições em que se encontravam. Algumas chegavam a expressar objetivamente: “não somos cordeiras”. Senão todas, a maioria era filha e/ou neta da violência machista estruturada. É uma sina que elas não querem mais carregar, mas que as persegue sem cessar, pois a sede de domínio dos homens que conheceram não esmorece. Diante desse cenário, sempre me pareceu urgente lutar pela excelência das poucas políticas públicas que atuam para atenuar as marcas das desigualdades históricas entre

homens e mulheres. Trata-se de uma tentativa de contribuir com um tipo de fortalecimento pessoal e coletivo que produza novos horizontes de igualdade.

Devido ao meu envolvimento com o campo de pesquisa, bem como a eminente conclusão da graduação em Serviço Social, desejei conhecer melhor o trabalho das Assistentes Sociais que atuam no CRAM¹⁶, em parte para agregar conhecimento a minha construção profissional e, em maior medida, convencida de que contribuiria com meu trabalho científico. Para chegar a esse propósito, entrei em contato via telefone institucional, com Roberta (Assistente Social) e após consultar Alice (Assistente Social), gentilmente aceitaram me receber para uma conversa informal, onde falaríamos do serviço de abrigamento na Casa-Abrigo Edna. Devido ao já mencionado rigoroso sigilo do serviço, não foram concedidas informações pessoais das mulheres abrigadas. Assim, a abordagem da conversa situou-se no modelo de abrigamento, mais especificamente no que concerne ao seu aspecto fechado e as ações realizadas pelo serviço, no sentido de contribuir para a independência (emocional, financeira, social etc.) das mulheres.

A respeito do estado de privação da liberdade das mulheres sob medida protetiva de abrigamento, Roberta o nomeia de prisão inversa. Ela explica que esse é um ponto de excessiva controvérsia, pois a mulher fica fechada (suas saídas da Casa-Abrigo são restritas) e o seu agressor fica livre para conduzir a vida ao seu gosto e prazer. Ademais, em condições de soltura, estão aptos a realizar novas práticas de igual natureza. Segundo Roberta, nas entrevistas iniciais, necessárias para o ingresso da mulher no abrigamento, a prisão inversa é um elemento que causa desconforto e desestabilidade emocional nas mulheres atendidas, pois elas considerarem essa condição injusta.

Com base nos relatos das mulheres que estabeleci contato na Casa-Abrigo Edna, a fala de Roberta reforçou minhas suspeitas de que o apartamento social é um fantasma que assombra a todas. Mesmo as que não mantinham contato pessoal frequente com sua rede social (composta por parentes e amigos), devido às privações impostas por seus agressores, ainda assim, sofriam com o isolamento, pois esse cessa praticamente todas as conexões que mantinham com seus mundos de origem. Assim, o isolamento social amplo, pode ser concebido como barreiras que, impostas entre a mulher abrigada e o mundo externo, apresentam-se como uma mutilação do eu, pois ela é despida de seu papel social na vida externa, civil e cotidiana (GOFFMAN, 2002).

¹⁶ Entrevista concedida por Roberta e Alice, Assistentes Sociais do Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), que é responsável pela Casa-Abrigo Edna, em Maringá. Entrevista I. [mar. 2020]. Entrevistadora: Rosilda Fernando da Paz. Maringá, 2020. 1 arquivo de voz celular (17,26 min/seg.)

Quando o assunto são as práticas de empoderamento das mulheres, Roberta deixa claro que a Casa-Abrigo é uma política necessária, com muitos atributos qualitativos, embora reconheça que se trata de um modelo emergencial de curto alcance. Por exemplo, quando perguntada sobre a disponibilidade de cursos profissionalizantes para as abrigadas, ela revelou que eles são inexistentes e justificou isso pela curta permanência das mulheres no serviço. Em relação ao caráter sigiloso e fechado da Casa-Abrigo, reforçou Alice que “elas não podem se deslocar da Casa-Abrigo com frequência em virtude do sigilo”. Desse modo, com a sutileza de quem conhece profundamente o potencial e os limites dessa política pública, Roberta e Alice demonstram os paradoxos vividos diariamente na Casa-Abrigo, onde o resguardo ou a privação de liberdade das mulheres abrigadas, entra em contradição com a impossibilidade de acesso a práticas que contribuiriam para as tirar da situação de violência. Um contrassenso.

Cumprir ressaltar que não é objetivo deste texto criar e nem sugerir novas estruturas/modelos de proteção às mulheres em situação de violência e sob risco de morte. Até mesmo porque tal propositura não consta em minha alçada, tampouco caberia nos limites desta escrita. Bem menos ambicioso, o sentido aqui é pôr em contexto, por meio das vivências/experiências das usuárias e operadoras do serviço, a atualização da política de abrigamento no Município de Maringá-PR e oferecê-la como subsídio para reflexão acerca do modelo disponível.

Feitas essas observações e, na intenção de dar continuidade à narrativa, passo à descrição da próxima seção, esperançosa de que a equipe do Pró-Mulher tenha contribuído, mesmo que minimamente, para o bem-estar e por que não dizer, para a promoção da autoestima das mulheres e suas famílias que mantivemos contato na Casa-Abrigo Edna, em 2018.

2.3 Imersão do Pró-Mulher na Casa-Abrigo Edna Rodrigues de Souza de Maringá

Criado no ano de 2017, o projeto de extensão Pró-Mulher: programa de prevenção à violência e apoio à mulher vítima de agressão e seus familiares, é desenvolvido nas dependências da Unidade de Psicologia Aplicada (UPA) – Clínica Escola de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Seu objetivo era “oferecer às mulheres atendidas alguns instrumentos que lhes possibilitem lutar pela consolidação dos seus direitos, incluindo o gênero como categoria orientadora de políticas públicas locais” (SANTOS *et al.*, 2018, p. 2). As mulheres atendidas pelo projeto são majoritariamente encaminhadas pela Secretaria Municipal da Mulher (SEMULHER), Delegacia da Mulher ou Centro de Referência da Mulher (CRAM). Também, são realizados atendimentos a homens autores de violência doméstica e familiar, sob determinação judicial, como uma das medidas protetivas de urgência, previstas pela Lei

Maria da Penha (Brasil, 2006) em casos de crime contra a mulher. Esses homens são encaminhados pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças e Idosos de Maringá (5ª Vara Criminal).

Esses encaminhamentos, previstos na Lei Maria da Penha, concedem ao projeto Pró-Mulher, o papel de “centro de educação e reabilitação para os agressores” (SANTOS *et al.*, 2018, p. 4). A partir desta parceria entre o Pró-Mulher e a 5ª Vara Criminal de Maringá, em fevereiro de 2018, reuniram-se nas dependências da UPA, representantes da referida Vara Criminal e da SEMULHER, junto com a coordenação do Projeto Pró-Mulher, para conhecer com mais propriedade as iniciativas do projeto. Nessa ocasião, aventou-se a possibilidade da equipe do Pró-Mulher realizar atividades dentro da Casa-Abrigo Edna de Maringá, fato que se consumaria no mês de julho daquele mesmo ano, transcorridos os trâmites burocráticos com o Município de Maringá, haja vista se tratar de instituição pública municipal.

Nesse período, o Projeto Pró-Mulher era composto por uma coordenadora, docente do Departamento de Psicologia da UEM, seis pessoas da área de Psicologia da UEM e uma Assistente Social, servidora da UEM. Quanto a mim, que na época era acadêmica do terceiro ano do curso de Serviço Social, esclareço que a participação no Projeto fora delimitada somente para as atividades referentes à Casa-Abrigo Edna, na condição de membro da comunidade externa. Para efeito, inicialmente, foram realizadas reuniões preliminares, cujas finalidades eram promover o aprofundamento nos estudos sobre a violência contra a mulher, bem como definir a metodologia de trabalho a ser desenvolvido no interior da instituição. Na prática, nos primeiros dias de nossa atuação no serviço, o objetivo central era conhecer, com razoável profundidade, cada mulher abrigada naquele período, ação que se repetiria na medida em que novas mulheres chegassem ao local.

A aproximação com as mulheres era cuidadosamente conduzida por meio de conversas individuais em ambiente privado, sem ultrapassar o limite de conforto emocional que cada uma delas resplandecia. Para tanto, a abordagem adotada foi no formato de escuta sensível, acreditando que o modelo ofereça maior conforto e bem-estar à mulher e, na mesma proporção, aumente a possibilidade de estabelecimento de vínculo e possível intervenção (no sentido de elevar sua autoestima). No decorrer das nossas quatro primeiras visitas a Casa-Abrigo, ouvimos todas as abrigadas sem maiores incidentes ou resistências, delas ou da gestão. As escutas que participei foram realizadas em dupla com um integrante da psicologia. Semanalmente, Caio, Elias, Priscila, Amanda e Laís (todos da Psicologia), revezavam-se em duplas não fixas para realizarem os trabalhos dentro da Casa-Abrigo. Mesmo não havendo um rigor na forma-

ção das equipes, na maioria das visitas ao serviço, eu estava na companhia de Amanda ou Laís.

Ao todo, participei da escuta de onze mulheres, de forma individual e privada. Devo observar que não estive presente em todas as entrevistas, devido às atividades serem realizadas em equipes de no máximo três pessoas e em dias alternados. No período de atuação do Pró-Mulher na Casa-Abrigo Edna tivemos conhecimento de vários casos de mulheres que passaram pelo serviço rapidamente. Portanto, essas mulheres não tiveram contato com os membros do Projeto, uma vez que nesses casos, elas pernoveram no local e seguiram seus destinos, mais tardar no dia seguinte. Existe um esforço da equipe do CRAM para evitar episódios de pernoite única no serviço. “Muitas pessoas confundem casa-abrigo com casa de passagem¹⁷”, esclareceu a Assistente Social Alice, em entrevista concedida para a construção desta pesquisa, conforme fora citada anteriormente.

Nas escutas iniciais que participei, foram-nos confiados relatos de vida bastante traumáticos. Em geral, as mulheres ouvidas iniciavam suas falas contando o motivo de estarem na instituição e a situação em que se encontravam, tanto emocional, financeira e social, estando, em sua maioria, devastadas. Como não podia ser diferente, todas apresentavam queixas de seus ex-companheiros/agressores e em alguns casos narravam com detalhes os últimos eventos que as levaram a buscar abrigo institucional. As informações das escutas iniciais não serão expostas aqui, pois essas mulheres não aceitaram participar da presente pesquisa.

Contudo, destaco que suas trajetórias e experiências, obviamente heterogêneas, trazem em si pontos que convergem, tanto em relação ao histórico de abusos e sofrimentos, quanto na expectativa de que a Casa-Abrigo seja um meio para superarem a violência machista. Assim, elas podem alcançar o direito que lhes é devido de ter uma vida melhor. Um novo começo. Nesse sentido, o local representa mais que um equipamento público, mais que um lar temporário, ele simboliza a esperança de sobrevivência de muitas dessas mulheres. Para algumas delas, a Casa-Abrigo é a única, sendo até mesmo a última possibilidade de uma vida digna, pois, regressar ao convívio de seus ex-companheiros/agressores, pode significar seu fim. A morte.

Sobre os eventos da violência, a cada caso são reservados detalhes e particularidades, tendo em vista se tratar de pessoas repletas de histórias, emoções, memórias etc., porém, ao longo das escutas, observamos a presença de um elemento em todos os relatos. O fator co-

¹⁷ Em entrevista concedida pela Assistente Social do CRAM, Roberta, ela enfatiza que é imperioso o resguardo do sigilo do serviço. Desse modo, sendo o CRAM a porta de entrada para o acesso à Casa-Abrigo, é realizada entrevista com a mulher, onde é analisado, cuidadosamente, se corresponde a uma demanda de abrigamento sigiloso. Segundo a técnica, a medida visa conter a rotatividade de mulheres, mantendo assim maior controle sobre o anonimato do local do serviço. Roberta revela também que, quando do ingresso no abrigamento, as mulheres assinam um termo de responsabilidade pelo resguardo do endereço do local.

num era o de que os agressores eram usuários de drogas legais e/ou ilegais, também, estavam desempregados ou subempregados. O ponto aqui não é afirmar que a violência doméstica seja um fenômeno exclusivo entre os pobres, mas nos chamou a atenção que todos os episódios de violência relatados estavam atravessados pela escassez de recursos e agravados pelo uso de drogas e álcool pelos agressores.

Nesse sentido, ao analisar os microprocessos da violência contra mulher, Safiotti (2011, p. 17) argumenta que “caberia chamar a atenção [...] também para a alteração do estado de consciência, no sentido de que o uso constante do álcool, por exemplo, não somente pode provocar acidentes de trânsito como, igualmente, violência contra outrem”. Ainda segundo a autora, ao defender que é plausível a correlação entre o uso de substâncias psicoativas (pelos agressores) e a violência, ela argumenta que:

Para os estudiosos da violência de gênero, da violência contra mulheres, da violência doméstica e da violência intrafamiliar, esta associação é clara, havendo relatos de funcionárias de albergues para mulheres vítimas de violência e seus filhos que demonstram, com números, tal correlação (SAFIOTTI, 2011, p. 17).

Considerando o argumento de Safiotti (2011), bem como os relatos das abrigadas da Casa-Abrigo Edna, ouvidos pela equipe do Pró-Mulher, é plausível a menção de que a violência de gênero apresenta diversificadas facetas. Entre elas, a mulher ser alvo de despejo das frustrações do homem, por razões da condição do sexo feminino.

O perfil é outro ponto de congruência entre as mulheres ouvidas no serviço de abrigo. Trata-se da cor da pele, escolaridade e faixa etária. Das onze abrigadas mencionadas, oito eram mulheres entre vinte e trinta anos, negras, com ensino fundamental incompleto. Dessa forma, percebe-se as perspectivas de gênero, raça e classe aos eventos de violência que elas experimentaram.

Nesse sentido, ao falar sobre violência estrutural no Brasil, Minayo (2006, p. 27) pontua que os “níveis elevadíssimos de desigualdade, que persistem historicamente [...] são o chão sobre o qual se assentam muitas [...] expressões de violências”. Se pensarmos na relação de dominação, onde o homem detém o acesso e controle do dinheiro, a mulher, por sua vez, é a mais pobre, tornando-a mais vulneráveis suas possibilidades de desenvolvimento e autonomia – a chamada feminização da pobreza, especialmente entre as mulheres negras, as quais possuem maior representatividade nos índices de pobreza e extrema pobreza em nosso país (IPEA, 2019).

Deslocando-me para o campo da sociabilidade com algumas abrigadas, mesmo não sendo permitido a permanência de terceiros nos locais privativos às famílias (em seus quartos), realizei várias visitas rápidas aos aposentos de Marcela e Beatriz. Insisti nessas visitas, motivada pelas falas das minhas interlocutoras e por que não dizer, novas colegas de bate-papo, de que minha breve presença lhes dava a sensação de conexão com o mundo exterior. Devo resgatar a interação entre as mulheres abrigadas e nós, do Pró-Mulher e equipe administrativa da Casa-Abrigo, porém, quando falo dessa conexão apontada por Marcela e Beatriz, ouso pontuar, baseada nas referidas falas, que a informalidade e leveza desse nosso breve convívio, produzia intimidade e pessoalidade entre nós e bem-estar a elas.

Passada a fase inicial de aproximação, foram definidas as equipes e direcionadas as atividades para os grupos do Projeto, que em geral realizava atividades dirigidas às mulheres e a seus filhos. Os trios eram organizados, mas não eram fixos. Na minha equipe, duas eram responsáveis por desenvolver atividades lúdicas junto às crianças (que serão abordadas no próximo tópico) enquanto uma terceira conversava com as mulheres, sempre respeitando a disponibilidade e aceitação delas.

Neste ponto, devo esclarecer que não poderei detalhar os acolhimentos psicológicos realizados com as mulheres abrigadas e seus filhos, por dois motivos: o primeiro porque não tive acesso direto às sessões, por não possuir formação técnica na área de Psicologia. O segundo, decorre da questão ética profissional dos psicólogos. Enfatizo que nas reuniões do Projeto, eram-me confiadas informações estritamente necessárias sobre os atendimentos realizados, a fim de reformular ou redirecionar as ações do Projeto dentro da Casa-Abrigo. Ações essas que se afunilaram, basicamente, para as atividades com as crianças e os acompanhamentos técnicos psicológicos.

2.4 A infância no contexto da Casa-Abrigo Edna Rodrigues de Souza de Maringá

Desde o início e até cessarem as atividades do Pró-Mulher, a Casa-Abrigo Edna não dispunha de equipe pedagógica. Ou seja, na condição de abrigadas, as crianças não tinham acesso à educação formal, mesmo as que permaneciam no serviço por longos períodos. Nely, de 13 anos, filha de Marcela, certa vez me confidenciou sentir saudades dos amigos e da escola que frequentava na região onde vivia antes do abrigamento. Além de Nely, nos dois meses que acessei a Casa-Abrigo, outras cinco crianças entre zero e onze anos estiveram abrigadas por todo o período da minha frequência no local. Porém, quando nos deslocávamos para as vi-

sitas era impossível prever quantas e quais crianças estariam lá, tendo em vista se tratar de um abrigo temporário.

Diante das circunstâncias junto às crianças, desenvolvemos atividades no sentido de promover a aprendizagem por meio de jogos e brincadeiras¹⁸ apropriadas a cada faixa etária. Amanda e Laís, psicólogas e membros da minha equipe, defendem, com base em seus estudos e experiências, que a aprendizagem por meio de jogos e brincadeiras proporciona um excelente ambiente para a promoção do desenvolvimento cognitivo das crianças menores, especialmente para as habilidades de raciocínio essenciais para a profundidade cognitiva.

Minha equipe geralmente comparecia no abrigo às segundas e quartas-feiras. O material lúdico a ser usado nas atividades com as crianças eram disponibilizados pela UPA – Unidade de Psicologia da UEM e eram escolhidos por Amanda e Laís. Dentre outros, eram utilizados Jogo da Velha, Dama, Xadrez, Dominó e jogos de memorização, onde os participantes estabelecem relações entre imagens e posição no tabuleiro, por exemplo. Além disso, usávamos desenhos para colorir (animais, flores, borboletas), que, embora fossem direcionados, principalmente, para as crianças pequenas, menores de quatro anos, muitas vezes os demais também participavam, inclusive eu. Entretanto, os momentos de maior descontração das crianças eram aqueles vivenciados na área externa da Casa-Abrigo. As corridas curtas e intensas na hora do pega-pega e os desvios rápidos dos pequenos corpos, para não virar “estátua”, faziam ecoar gritos e gargalhadas entre os participantes, inclusive eu, Amanda e Laís.

Certa tarde, quando chegamos à Casa-Abrigo Edna, nos deparamos com muitas crianças, de todos os tamanhos, idades, sexos, etnias e, como não poderia ser diferente, com os mais variados comportamentos, variadas atitudes e personalidades. Devido ao número expressivo de pequenos e o dia bonito e ensolarado daquele mês de julho, optamos por realizar somente atividades no pátio. Naquele dia, várias brincadeiras aconteceram: o esconde-esconde, a amarelinha pulada e, como não podia faltar, morto-vivo. Em geral a criançada se divertia descontraidamente. Naquela ocasião, terminadas as atividades, Regina, que estava junto de outras mães observando as brincadeiras, aproximou-se de mim e iniciamos uma conversa breve. Chamou-me a atenção um ponto de sua fala em relação a seus filhos, Pedro, de dez anos e Júlia, de seis:

¹⁸ Entre as atividades realizadas junto às crianças, citamos: Jogo da memória (com escritas e desenhos), Imagem e ação, Jogo de formar com letras de madeira, dominó (com palavras e imagens), Detetives de palavras e UNO (um tipo de baralho com imagens e palavras). Além de atividades de desenho e pintura, caça-palavras e exercícios de matemática e português básicos. Ao ar livre, as brincadeiras eram pega-pega, esconde-esconde, estátua e outras brincadeiras sugeridas pelas próprias crianças.

É uma benção quando vocês vêm aqui. Vocês mal vão embora e o Pedro já pergunta, “mãe que dia elas vêm brincar com a gente de novo?” Faz duas semanas que tô aqui com eles, chega uma hora que eles ficam estressados, sem paciência. Quando chega é tudo novidade, mas logo enjoa e começam a reclamar, querem ir embora pra casa. O mais velho ainda entende um pouco a situação, mas a pequena não tem idade pra saber de certas coisas.

As declarações de minha interlocutora dão uma pista de como as crianças se sentem num local fechado como a Casa-Abrigo. Além da mudança de ambiente, somam-se a alteração da rotina, a privação dos brinquedos preferidos e, talvez o fator preponderante, a incapacidade, devido ao estágio de desenvolvimento cognitivo, de compreender o porquê de não poderem voltar para casa, onde estão familiarizados. Desse modo, as atividades que realizamos com as crianças, possivelmente, tenham assumido um papel de descontração no ambiente e, com isso, foram capazes de diminuir a tensão da permanência dos pequenos em local fechado, mesmo que momentaneamente.

Já com vistas a fechar esta seção, penso ser oportuno reconhecer que notadamente enfatizei com mais profundidade as ações realizadas por minha equipe. Esclareço que essa arbitrariedade não ocorreu por menosprezo ao trabalho empreendido pelos demais. Ao contrário, a medida foi adotada em respeito aos meus pares, já que não fizeram parte desta pesquisa enquanto depoentes entrevistados. Esclareço mais uma vez que essa ausência decorreu, senão por outro motivo, pela indisponibilidade de cada um, causada pelas insistentes obrigações cotidianas.

Feita esta breve explanação acerca das experiências do Pró-Mulher junto às crianças abrigadas, passarei a descrever os operadores, os instrumentos técnicos institucionais presentes na Casa-Abrigo Edna. No tópico a seguir será exemplificado os diversos modos como o poder disciplinar se organiza na instituição, produzindo a realidade social que envolve atores sociais, discursos e técnicas políticas de gerenciamento institucional humano.

2.5 A Casa-Abrigo: controle disciplinar no serviço de proteção

A proposta aqui é analisar alguns elementos norteadores da Casa-Abrigo Edna, no que concerne as suas normas e regulamentos e dialogá-los com o pensamento de Foucault, acerca das instituições disciplinares e, também com Goffman, quando este autor fala dos processos disciplinares e de controle da institucionalização. Para efeito desta discussão, serão considerados os dispositivos disciplinares utilizados administrativamente no serviço de abrigo para mulheres sob risco de morte em Maringá-PR que, em interlocução com o pensamento

dos referidos intelectuais, considera-se serem manejados por quem detém o poder, ou seja, o Estado.

“A rigorosa observância e o acatamento integral e incontestado dos regulamentos e normas, e o perfeito cumprimento do dever por parte de todos, traduz-se no bom funcionamento do serviço”. Esta frase, colocada propositadamente entre aspas, parece indicar orientações militares, entretanto, ela é uma sintetização formal do que ouvi das mulheres que tive contato na Casa-Abrigo Edna. Ao ouvi-las, percebi que suas impressões sobre o rigor da rotina disciplinar do serviço oscilavam entre o excessivo e o necessário, como indica uma das falas de Sonia, em um dos encontros na casa de Marcela e Beatriz: “se não por limite vira bagunça, mas, tem umas coisas que assustam a gente”. Em seguida ela esclareceu:

Quando chega na Casa-Abrigo, a gente é apresentada pra equipe de plantão, conhece a estrutura física e as regras de convivência. As regras principais é a proibição de celulares e de objetos cortantes, tem que manter o ambiente limpo, permanecer em repouso durante duas horas após o almoço, não é permitido fazer barulho, nem comer nas dependências da sala e dos quartos, nem abrir a geladeira. Achei tudo isso difícil, mas sabia que não tinha outro jeito senão aceitar. O que me deixou chateada mesmo, é ela dizer que é expressamente proibido bater nas crianças. Não vô falar que não corrijo meus filhos, mas não espanco eles, e foi essa a impressão que fiquei, que eu espanco eles, sabe como é? A gente se magoa com coisas desse tipo.

Aproveito a fala de Sonia, para ressaltar que na época quem teve acesso ao interior da Casa-Abrigo, seja na condição de usuária ou pesquisador(a), como eu por exemplo, ao adentrar o salão principal conseguia, facilmente visualizar as normas e regulamentos presos no quadro de avisos, muito embora essas diretrizes não constassem no Termo de Referência das Casas-Abrigo. Esse documento, que funcionava como uma espécie de regulamento interno, era empregado como um modelo estrutural de funcionamento e práticas cotidianas realizadas no local. Nele constava um roteiro da rotina a ser metodicamente seguida pelas famílias abrigadas, considerando que geralmente as mulheres levam consigo seus filhos.

A rotina consiste em cinco eixos de ações fixas e padronizadas: 1 - o desjejum matinal; 2 - almoço na última hora da manhã, 3 - seguido do período de reclusão em ambiente individual da família (no quarto, por período de duas horas), onde supostamente interagem e descansam; 4 - a refeição final do dia (jantar) e 5 - recolhem-se para a noite de sono em horário estabelecido. É perceptível a inflexibilidade na rotina das abrigadas, que pode ser entendida como ferramenta de controle que a administração dispõe para manter a ordem e visa controlar os desvios dos sujeitos enquanto indivíduos, esquadrinhando seus comportamentos e efetuando sobre eles uma vigilância constante (BENELLI, 2014).

Diante disso, tornam-se visíveis os modos de gerenciamento institucional humano, o qual estabelece práticas de adestramento, definindo comportamentos dos corpos e formas de vida dentro da instituição. Em conjunto, esses fatores produzem e sustentam uma política cujos efeitos podem ser pensados como a produção de matrizes de distinção que inscrevem os corpos politicamente, estabelecendo entre eles linhas divisórias entre humanidade e não-humanidade, pessoa e não-pessoa, vidas reconhecíveis e ininteligíveis. Em outros termos, é a governança, modulação e controle do corpo à mercê da conduta institucional (FOUCAULT, 1999).

Desse modo, pude entender certos aspectos de submissão que percebi por parte das abrigadas, por exemplo: os corpos encolhidos, cabeças baixas, especialmente das recém-chegadas. Pode-se pensar que quando elas se expõem a tal ambiente, passam a fazer parte de uma engrenagem situacional em curso, onde cada uma vê seu próprio comportamento, mas também o dirige e o guia, modelando as imagens de si que são acessíveis aos outros, Goffman (2002). Ainda na linha goffminiana, nesse processo, as mulheres dirigem suas ações e comportamentos de forma a emitir respostas adequadas ao que se é desejado/esperado. A isso, o antropólogo chama de gerenciamento do comportamento. Ao se inserirem num ambiente estranho e fechado (Casa-Abrigo), as mulheres identificam a hierarquia e entram num processo de adequação comportamental, exigido pela instituição.

Nesse sentido, o poder disciplinar se organiza de diversos modos na Casa-Abrigo Edna, como apontam os relatos de Sonia mais acima, ou seja, atua no controle do corpo e da gerência da mulher. A rotina rígida e constante, com pouca ou nenhuma variação atitudinal sugere um movimento atrofico, no qual as famílias seguem um cronograma diário que se repete do início ao fim de suas estadias no serviço de abrigamento.

Sobre a manutenção da higiene, por parte das abrigadas, em conversa informal com Marta, Educadora de Base, ela enfatizou sem cerimônia que “elas precisam cuidar da limpeza de seus quartos, de si e de seus filhos, não estão aqui de férias”. As palavras dela de certo modo traduzem o perfil moralizante da equipe administrativa, fortemente pendido para o reajustamento do comportamento das mulheres. Ou seja, indica uma conduta profissional que opera no sentido da higienização moral. Além disso, a menção de que as abrigadas não estão na Casa-Abrigo em férias, traz um sentido pejorativo, com forte propensão à culpabilização destas por estarem inseridas no sistema de proteção. As famílias abrigadas são alvo de vigilância, regulação e moralização, seja a nível individual ou coletivo.

Daquilo que eu vi quando frequentei a Casa-Abrigo Edna, farei uma breve contextualização da equipe administrativa que atuava na prestação do serviço em 2018, bem como suas

funções. A Coordenadora, Patrícia, não possuía vínculo estatutário com o Município. Ela era nomeada como cargo comissionado ou de confiança (de livre nomeação e exoneração) e realizava os trabalhos burocráticos, como compras e gestão de recursos humanos. Havia três servidoras estatutárias, Educadoras de Base (concurso com nível de escolaridade de Ensino Médio), as quais nomeei como Alda, Marta e Selma. Elas trabalhavam sob regime de 12 x 36 horas, em ordem de revezamento diurno e noturno. Segundo o documento de descrição do cargo¹⁹, sinteticamente, é atribuição do Educador de Base: “promover registro de ocorrência no âmbito do desenvolvimento de Projetos de Assistência Social nos segmentos: Idosos, Pessoas com deficiência e Direitos da Criança e Adolescente” (MARINGÁ, 2020). Constavam ainda, duas servidoras estatutárias dos serviços gerais, Josiane e Helena e os vigilantes, em regime de revezamento, os quais nunca tive nenhum contato mais próximo.

No que se refere às refeições, devo observar que nunca presenciei os preparos, tampouco os momentos em que as famílias se alimentavam. Desse modo, apoio-me nos relatos de Marcela para tentar descrevê-los. Segundo ela, no café da manhã, preparado pelas servidoras dos serviços gerais, era servido café, leite, biscoitos (doces e salgados), com variação aos finais de semana, quando eram servidos bolos simples, de fubá, laranja etc. No almoço e na janta, o cardápio tinha uma base fixa, composta por arroz, feijão e macarrão. As carnes eram variáveis, alternando entre carne de frango, bovina e suína. Para os acompanhamentos, eram oferecidos refogados de legumes, como abóbora, chuchu, cenoura, vagem e outros. Além de saladas, como alface e repolho e uma fruta de sobremesa, geralmente maçã, laranja ou banana. Ainda, Marcela frisou que todos se alimentam no mesmo horário, em mesa comum, inclusive as crianças.

A respeito da manutenção comum da Casa-Abrigo, as mulheres, em tese, não eram obrigadas a realizar atividades laborais, porém, eram solicitadas a contribuir para o preparo das refeições. Assim, são formadas equipes de duas mulheres adultas, em forma de revezamento entre as abrigadas, para atuarem na cozinha, sempre acompanhadas de uma (ou mais) servidora pública do quadro de recursos humanos da Casa-Abrigo Edna. Nesse sentido, mesmo se tratando de um serviço de proteção, a mulher é inserida num processo semelhante ao que Goffman (1974, p. 150) tratou: “em instituições muradas [...] parte das obrigações do indivíduo é participar visivelmente nos momentos da atividade da organização [...] o que exige certa submissão do eu na atividade considerada”.

¹⁹ A Descrição de Cargos do Quadro Geral da Prefeitura do Município de Maringá-PR está disponível em: <<http://venus.maringa.pr.gov.br:8090/portaltransparencia-api/api/files/arquivo/350959>>. Acesso em: 19 de fev. 2020.

Sobre isso, remeto-me às palavras de Marcela, quando me confidenciou ser bastante custoso a ela desempenhar funções na cozinha, em razão de possuir poucas habilidades culinárias. Em mais de uma ocasião, ela garantiu que se sentiu constrangida diante de seus pares, mas, afirmou que não se sentia segura para expor seu descontentamento, pois temia que isso pudesse ser entendido como má vontade sua.

Adianto aqui que, assim como Beatriz, citada anteriormente, a trajetória de vida de Marcela será apresentada no capítulo seguinte, mas, para efeito dessa discussão, devo dizer que semelhante a outras mulheres que conheci na Casa-Abrigo Edna, sua vida é atravessada por cerceamentos, opressões e suas vivências são atravessadas pelo desejo de controle de terceiros, em particular, dos homens: pai, irmão e marido.

3 MARCELA - SENSÍVEL RESISTÊNCIA

As narrativas que darão sustentação para a discussão que tenciono fazer emergir, foram possíveis devido ao acesso que Marcela permitiu que eu tivesse em sua vida cotidiana. Como fora citado em momento anterior nesta escrita, eu a conheci durante o período em que estive no interior da Casa-Abrigo Edna, nos meses de julho e agosto de 2018, situação em que atuei como membro do Projeto Pró-Mulher, que dirige esforços à prevenção da violência e apoio à mulher vítima de agressão e seus familiares e é desenvolvido nas dependências da Unidade de Psicologia Aplicada (UPA) – Clínica Escola de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). No referido período, o Pró-Mulher desempenhou atividades dentro da Casa-Abrigo Edna, tendo em vista a condição de afastamento social que as mulheres abrigadas vivenciam em virtude do rigoroso sigilo do serviço de proteção, fato que as impede de acessar quaisquer outros serviços disponíveis, exceto os do âmbito da saúde e justiça. Marcela pertencia a esse grupo de mulheres.

Ao retornar para o serviço de abrigamento pela segunda vez, numa tarde fria e ventosa de julho de 2018, estabeleci o primeiro contato com quem hoje chamo de Marcela. Com pouco menos de trinta anos, ela exibia uma expressão envelhecida, por causa das vicissitudes que a vida lhe apresentara, das quais, algumas delas, este texto revelará no curso de sua extensão.

Apesar da situação, demonstrava-se uma pessoa afável, de fácil trato, resplandecente de grande resistência e força. Imediatamente transcorridas as apresentações entre nós, travamos diálogo. Na ocasião de nossa aproximação, ocupavam a sala onde usualmente aconteciam as escutas, eu, Amanda (psicóloga membro do Pró-Mulher), Marcela e sua filha, Ana, de onze anos (a segunda das três filhas). Nos separamos nas extremidades do ambiente, sentei-me junto de Marcela ao fundo, acomodadas em duas cadeiras ali disponíveis. De canto de olho, percebi que Amanda e Ana também estavam acomodadas, uma de cada lado de uma grande escrivaninha em poltronas confortáveis. Diante desta organização, temi constranger Marcela pela proximidade corporal, mas logo ela me deu indicações de estar à vontade e até satisfeita, devido à atenção recebida naquele momento. Falamos por quase duas horas, navegando por assuntos diversos, conduzidos, mas não dirigidos e não controlados.

Marcela e sua família permaneceram na Casa-Abrigo Edna por quase seis meses, demarcados de fevereiro a agosto de 2018. Seu processo de desabrigamento praticamente coincidiu com o encerramento das atividades do Pró-Mulher dentro da instituição, cuja finalização concorreu com o término do mês de agosto do mesmo ano. Dada nossa razoável cumplicidade construída no decorrer de nossos encontros no serviço, Marcela solicitou-me mediação para

ser alocada em instalação domiciliar após sua passagem pela Casa-Abrigo. Sob suas orientações, contactei Sara, uma ex-abrigada que ela conhecera na Casa-Abrigo Edna, que já se prontificara a recebê-la em sua casa até que pudesse se estabelecer num local definitivo. Em seu processo de desabrigoamento, Marcela debateu-se com um ponto nevrálgico da política de abrigoamento, tensionado entre o não acesso da mulher ao mundo exterior e a pouca efetividade do serviço em auxiliá-la na busca por amparo após o egresso do sistema de proteção. Além disso, o fato de a permanência das mulheres no serviço possuir tempo determinado, segundo os ditames do Termo de Referência das Casas-Abrigo²⁰, implicou em subterfúgios, sendo que de um deles acabei participando ativamente.

Não tive oportunidade de conhecer a casa de Sara, onde Marcela e suas filhas ficaram instaladas por aproximadamente duas semanas depois de saírem da Casa-Abrigo Edna, no início da segunda quinzena de agosto de 2018. Soube por minha interlocutora que foram dias muito difíceis, dado que o espaço era insuficiente para sete pessoas, ao passo que no domicílio já residiam uma adulta e duas crianças. “Às vezes eu e minhas filhas ficávamos do lado de fora da casa, pois o calor era muito intenso, tornando insuportável a aglomeração dentro da pequena residência”, pontuou Marcela. Ao pensar que elas ficavam ao relento, reaparece a sombra espectral do não pertencimento, do não lugar no mundo já identificado anteriormente na trajetória de Marcela, nas margens desta pesquisa. De fato, consuma-se aí um desabrigoamento.

Quase findo o mês de agosto de 2018, Marcela me telefonou e informou que finalmente havia conseguido alugar uma residência, na já mencionada Rua Caxambú, 503, cujo valor do aluguel era compatível com seus rendimentos provenientes de uma pensão por invalidez que obtivera dois anos antes do abrigoamento, amparada pela condição de contribuinte individual do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social. As boas novas se somavam à aliança firmada com Beatriz, produto da boa relação que mantiveram enquanto abrigadas, vindo a morarem juntas, fato que promoveu apoio mútuo financeiro e emocional. A partir daí, passamos a nos encontrar periodicamente nesse local privado, onde poderíamos nos conhecer melhor e falarmos de nossas vivências e, especialmente para mim, poder ouvir atentamente as

²⁰ O Termo de Referência visa o fortalecimento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, proposta pela SPM, que tem por pressuposto a formação, articulação e manutenção de uma Rede de Atendimento à Mulher. Tem como objetivo orientar projetos de estruturação e implementação dos serviços especializados de atendimento à mulher em situação de violência - Centros de Referência e Casas-Abrigo, que visam atendimento, acompanhamento psicossocial, jurídico, orientação e informação às mulheres em situação de violência. Além disso, dispõe sobre as diretrizes básicas para a promoção do atendimento às mulheres, orientando-as sobre os diferentes serviços disponíveis para a prevenção, apoio e assistência em cada caso particular, de forma a fortalecer sua autoestima e propiciando-lhes plenas condições para o exercício efetivo de seus direitos (BRASIL, 2005).

narrativas de experiência de Marcela com a violência praticada por homens com quem ela se relacionou, como ela atravessou sua infância e juventude e chegou até a vida adulta. Suas falas tratarão desses pontos nas próximas páginas deste capítulo.

3.1 O lugar da memória: narrativas e ressignificações do vivido

“Narrar a vida é dela se re-apropriar, refazendo os caminhos percorridos, o que é mais do que ‘revivê-los’” (BOSI, 1987, p. 55). Trata-se, portanto, de ampliar a possibilidade de inventar novos modos de ser no mundo, a partir do vivido e do encontro com o outro, o passado que se faz presente no ato de contar-se. Neste sentido, no curso de nossa convivência, tive muitos diálogos com Marcela, que não seria possível pretender resgatá-los todos aqui, sistematicamente. Desse modo, me dispus ao exercício de revisitar minhas memórias e, a partir delas, retomar as reflexões de minha interlocutora, como matéria prima para o trabalho de minha própria reflexão acerca da violência contra a mulher. Cabe dizer que, contar é se comunicar com outrem. Desse modo, a “narrativa não é um relatório de acontecimentos, mas a totalidade de uma experiência de vida que ali se comunica” (BUENO, 2002, p. 20).

Embora Émile Benveniste afirme que “[...] nunca recuperamos nossa infância nem o ontem tão próximo nem o instante fugidio” (1980, p. 73, *apud* Nogueira; Barros; Araújo; Pimenta, 2017, p. 470) podemos voltar atrás; “[...] talvez seja esse precisamente o trabalho da narração: a recuperação de algo impossível sob uma forma que lhe dá sentido e permanência, forma de estruturação da vida e, portanto, da identidade” (NOGUEIRA *et al.*, 2017, p. 470). Neste sentido, na contação da sua história, por vezes minha interlocutora resgatou algumas memórias das quais sua infância não escapou. Assim, inevitavelmente, ela esbarrou em fatos (por vezes não tão bons) cujo tempo e talvez o próprio ato de contar, trouxeram novos significados e interpretações, como o abandono paterno vivido por ela, suas irmãs gêmeas ainda em primeiros passos e seus dois irmãos mais velhos. Sobre isso ela comentou:

Meu pai, Isaías, era um homem muito rude, daqueles que fala que homem que é homem não chora e que filho tem que ser criado na “vara”. Lembro, uma vez dele me deixar sem comida e sem água por um dia inteirinho, presa no galpão onde eram armazenados os adubos e venenos que ele utilizava na lavoura cultivada na pequena propriedade arrendada²¹, numa cidadezinha no Sudoeste do Paraná. Não me lembro exatamente o motivo, pois eu tinha só nove anos, mas, qualquer motivo bastava para as punições severas. Ele sim-

²¹ Em termos jurídicos, é um contrato pelo qual uma pessoa, dona de bens imóveis (imobiliárias ou rurais), assegura a outrem, mediante contribuição fixa ou reajustável a prazo certo, o uso e gozo desses. No caso em questão, Senhor Isaías era o arrendatário na relação contratual. <<https://rickmlg.jusbrasil.com.br/artigos/242783151/arrendamento-rural.>>

plesmente podia, era o maioral e estava autorizado a massacrar a gente. Quando deixou nossa família, dizia que a gente era fardos que ele não queria mais carregar. Me sentia um peso na vida do meu pai e por muito tempo, achei que a culpa por ele ter ido embora era minha e de meus irmãos. E agora, ao mesmo tempo que estou te contando isso, me pergunto, que culpa têm crianças inocentes das tristezas dos adultos? Não pedimos pra nascer, ninguém pede, não é? Depois dele cair no mundo, ficamos praticamente sozinhas, porque minha mãe, que já tinha “problemas de cabeça”, depois que ele sumiu, vivia à base de remédios e não cuidava nem dela mais, saía da cama só pras necessidades [fisiológicas] e as vezes pra se banhar. Eu que fazia tudo na casa e ainda tinha que cuidar das gêmeas pequenas, eu tinha apenas dez anos. Meus irmãos, Carlos e Daniel, livres do “cabresto” do meu pai, passavam muito tempo na rua, fazendo sabe-se lá o quê. Eu não, eu tinha que cuidar das coisas da casa (MARCELA, 2018).

Ao que consta na fala de Marcela, Isaías era um pai que impunha a ordem familiar à base de castigos corporais e psicológicos. O evento da privação de liberdade, alimento e água citado por ela, claramente a marcou como sendo uma violência e não como disciplina, educação. Além disso, o comportamento paterno denuncia que minha interlocutora foi iniciada na cultura da culpa bem jovem. Saffioti (2011) ao citar Ruth Benedict (1988), faz menção ao fato de que “as mulheres são treinadas para sentir culpa” (SAFFIOTI, 2011, p. 23). Culpada e ocupada, pois com a mãe fragilizada por questões de saúde mental (que minha interlocutora nomeia de “problemas de cabeça”), ela assumiu responsabilidades não condizentes com as de uma criança de dez anos. Tal fato possivelmente comprometeu seu tempo infantil. Observa-se na narrativa que enquanto Marcela foi empurrada para os cuidados domésticos, para o privado/íntimo, os irmãos ganharam liberdade para agirem por conta e gosto. Numa clara demonstração de desigualdade de gênero, entre o masculino e o feminino, na ausência do pai, o irmão mais velho, Carlos, de 15 anos, assumiu as vezes de “homem chefe da casa”. Ele assumiu também o direito à propriedade de suas vidas, especialmente das mulheres.

Com meu pai fora de casa, não tardou pro meu irmão, Carlos, mostrar um comportamento diferente, grosseiro, agressivo. Ele já era um menino fechado, falava pouco, não gostava de muita conversa e se falava, era de solavanco, estúpido. Mas, sem o pai ele ficou pior, passou agir diferente, ficou mandão e não aceitava ser desobedecido. O que ele falava, tava falado, as vontades dele tinham que ser obedecidas, mesmo as mais estranhas. Não podia sair de casa sem a permissão dele, se desrespeitasse, apanhava. Entre outras coisas que é melhor esquecer. De todo modo, ele era meu irmão (MARCELA, 2018).

O tom de pesar e o ânimo da fala de Marcela, põem em tela o sentir/experimentar os malefícios da posse masculina, do ser proprietário, aquele necessitadamente poderoso, que age como dono da existência de outrem, especialmente do corpo feminino. Na ocasião desse

nosso intercâmbio, ela se mostrou relutante em seguir com a narrativa das atitudes domésticas/privadas de Carlos, aparentemente por querer preservar sua memória. Talvez por estima fraternal ou pelo que foi aprendido, a esboçar respeito à figura do irmão mais velho. Não pretendo me aprofundar nessas subjetividades fraternais, mas sim tentar pensar como ela vivenciou essas primeiras experiências de dominação masculina e qual significado tiveram para ela, pois ao que consta na narrativa de Marcela, após o abandono do pai as figuras dos irmãos mais velhos detiveram papéis significativos no curso de sua vida:

Em 2002, passados cinco anos desde que meu pai tinha ido embora. A gente morava numa casinha improvisada na periferia da cidade de Curitiba-PR, essas casinhas de esteio (palafita), feita em cima do riozinho. Mudamos pra lá com a ajuda da minha tia Marta, irmã do meu pai. O barraco era da sogra falecida dela e foi cedido pra nós. Não fosse isso, a gente ia ficar na rua, porque o dono do lote que vivíamos com meu pai, expulsou nós de lá assim que ele [Isaías] foi embora. A vida na Lagoinha [nome do local que viviam em Curitiba] era difícil, mas a gente ia sobrevivendo, até que outra tragédia se abateu sobre nossa família, meu segundo irmão mais velho, Daniel, de 17 anos, foi assassinado com 14 tiros. O Delegado disse pra minha tia Marta que o caso foi registrado como “resultado de conflitos entre gangues rivais, na disputa por território para venda de drogas”. O autor do crime nunca foi legalmente identificado e, claro, não foi preso. A falta de resposta causa outro sofrimento na gente. Meu desejo era que a justiça punisse o responsável conforme a lei, mas o Carlos falava que sabia quem tinha matado o Daniel. O Carlos e o Dani mexiam com negócios de droga, então depois que meu irmão foi morto, virou uma guerra: o Carlos só pensava em vingança e ele não tinha medo de matar. Ele falava: nesse “mundo” a gente faz a lei (MARCELA, 2018).

Aproveito o ensejo da morte violenta de Daniel, como estratégia para refletir como a referida ação violenta se caracteriza como sendo crime de poder ou um crime de guerra pelo poder e, nas guerras, desumanizam-se as pessoas. Observa-se no relato de minha interlocutora a existência de uma lei própria no “mundo” em que seus irmãos trafegavam, onde a sentença maior é a morte. Marcela era mais uma peça no jogo de poder, como revelam os fatos narrados por ela, de que numa sexta-feira de março de 2004, em meio às “águas de março fechando o verão”, em seu rito quase habitual, sua rotina (ir à escola e cuidar dos afazeres cotidianos) foi alterada mediante uma abordagem brusca que mudaria drasticamente o curso de sua vida. Atraída por Elias, sob o argumento de que sua irmã estaria em perigo, ela se meteu em um ambiente desconhecido, o qual, segundo as orientações de seu irmão, Carlos, fazia parte de território inimigo.

Eu tinha 15 anos na época, trabalhava como babá durante o dia e a noite frequentava o ginásio [atual Ensino Fundamental]. Fazia o mesmo caminho pra ir e voltar da aula todos os dias. Nesse dia, por causa do tempo de chuva, saí mais cedo da escola, quando ia atravessar o beco, o Elias, que eu conhecia de vista, me pegou no braço e disse que tinha que falar sobre minha irmã. Pensei que era coisa séria, então fui com ele. Quando entrei na casa a poucas ruas do beco, percebi a real intenção dele, mas era tarde demais, ele era inimigo do meu irmão, Carlos, e eu estava no território do rival agora. É assim, cada um tem seu território, um não entra no terreno do outro, isso serve para as pessoas da família também. Eu não queria ter nada com ele [relação sexual], mas tem horas que a gente tem que enfrentar a situação, eu não queria morrer. Ele foi fazendo as coisas, pegando no meu corpo e eu tive que deixar, pra mim que era só naquela hora, que logo eu ia poder ir embora pra casa, mas ele não me deixou ir nem naquela noite, nem nos próximos três dias (MARCELA, 2018).

É ceder ou morrer. E morrer para ela não era uma opção. Sujeitar-se ao monstro, ao algoz da sua carne, poderia significar a preservação da sua vida. É resistir na e à dor. Marcela fala da mescla de sentimentos que emergiam ao vivenciar a situação de estupros sistemáticos infringidos por Elias:

Senti muita raiva, nojo, mas o maior sentimento mesmo é o medo, pois não sabia se ele ia só me estuprar ou se ia acabar me matando. Ele parecia um louco. Nos dias que fiquei lá, tinha momentos que agia como se eu estivesse na casa por gosto, me oferecia as coisas de comer, beber, mas, dali a pouco, agia com brutalidade, tinha hora que ficava bonzinho, tinha hora que virava um bicho ruim. Parecia que queria dar fim em mim [matá-la], mas ficava com dó, não dó de mim como pessoa, mas como um corpo pra sexo (MARCELA, 2018).

A narrativa complexa que Marcela promove, indica que foram momentos terríveis, pois Elias não dava indícios de suas reais intenções, oscilava entre o tirano e o amante. Os eventos narrados por ela, retratam um manipulador cínico, excitado em experimentar ter em suas mãos o destino e uma vida, uma vida feminina. Sentia-se o poderoso. Um poder embriagante que turva os pensamentos, fazendo-o alternar entre anjo e demônio. Vacilante entre o gozo da vida e o gozo da morte, mostrava-se incapaz de optar se a mataria ou se a deixaria viver. Assim, ela permaneceu por quase uma semana junto de seu carcereiro instável e obscuro. Por fim, ele permitiu que ela fosse embora, que retornasse aos seus, mas não sem lhe aplicar um último ato de humilhação e crueldade:

Na segunda-feira, bem cedo, ele me disse que ia me deixar ir embora, mas antes ia me dar um presente. Uma lembrança. O maldito me fez uma ferida no antebraço direito e falou que era pra eu mostrar pro Carlos, pra ele ver com quem estava mexendo. Ele desenhou um coração, com o canivete. Fi-

quei com tanto medo que nem lembro se senti dor, minhas vistas escureceram de aflição, só lembro de sair correndo assim que ele finalmente abriu aquela porta. Fui feito doida pra casa, mas quando estava chegando, pensei no que eu ia dizer, não podia contar a verdade, mas também não dava pra não dizer nada, o Carlos nunca que ia aceitar. O que eu ia dizer? Como explicar onde estive esses dias todos? Não podia contar a verdade do que aconteceu, ia virar mais uma guerra (MARCELA, 2018).

As intempéries climáticas daqueles dias renderam em argumentos convincentes para justificar sua ausência:

Daí, me “veio na cabeça” de falar que estive na casa da Tia Marta. Ela, pobrezinha, andava muito doente, precisava de ajuda até para comer. Ele [Carlos], sabia que em tempos de chuva, era difícil sair daquele lugar esquecido no mundo. Era um “fim de mundo”, sem asfalto e sem galerias, quando chovia a água chegava na soleira da porta, sair de casa era uma tarefa quase impossível na época das águas. Tia Marta, a quem tinha muito carinho, me ensinou muita coisa, e uma delas é que nem toda verdade deve/precisa ser dita, as vezes é melhor guardar certas coisas “dentro a gente” (MARCELA, 2019).

Pela descrição de Marcela, sua tia Marta, vivia nos confins da cidade, na fronteira entre a pobreza e a miséria, onde as políticas mais básicas, como saneamento, segurança e saúde não chegam, situação que Marcela também não se encontrava isenta. Sobre o estupro sofrido por Marcela, nos termos de Veena Das (2020), ela agiu como testemunha silenciosa. Durante sua pesquisa de campo, Das, ao conversar com mulheres raptadas e violadas no episódio da Partição da Índia (1947)²², percebeu uma zona de silêncio, principalmente sobre os fatos mais brutais. As mulheres usavam uma linguagem metafórica para escapar da narrativa direta da violação, dizendo que eram como uma mulher que bebe veneno e guarda dentro de si. No caso de Marcela, ao guardar silêncio do ocorrido, ela recorreu também à prática de conter a tempestade da desavença, aprendida com suas ancestrais. Tratava-se da experiência feminina na gestão da intimidade, das relações e dos conflitos familiares, como bem pontuou Rita Segato, em palestra proferida no Centro Cultural Recoleta, na Argentina, em 20 de março de 2019²³. Segundo minha interlocutora, Carlos, não contestou a meia verdade contada por ela.

Ancorada em lamentáveis referências de abandono nas regiões mais empobrecidas de sua cidade, Marcela conseguiu ocultar suas misérias íntimas, a fim de conter infortúnios maio-

²² A Partição da Índia, ocorrida em agosto de 1947, conduziu à criação de dois estados soberanos: a República Islâmica do Paquistão e a União Indiana. A “partição” se refere à divisão da província de Bengala da Índia Britânica na província paquistanesa de Bengala Oriental e também à partição de forma similar da região do Punjab da Índia Britânica entre os dois novos estados: a província de Punjab (Paquistão) e na província indiana de Punjab (Índia). Vide Veena Das (2020).

²³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HN8qR1NuPtw>>

res. O resultado disso, segundo sua fala, nos meses seguintes aos abusos sexuais, ela e os seus viveram tempos de relativa tranquilidade.

Quando estive na casa com o Elias, perguntei pra ele por que eu? Ou então, por que não fez o que queria e depois me deixou ir embora? Foi quando ele disse que era por causa do que meu irmão, Carlos, tinha feito. Por ele ter matado o único familiar conhecido dele, o primo, Lucas e o camarada dele, o tal Josiel, que também era parceiro nos negócios de droga, em troca da morte do Daniel. Como eu não falei a verdade pro Carlos, os dois ficaram achando que estavam por cima. Um achando que o outro era frouxo, que estava com medo (MARCELA, 2019).

Ignorantes da realidade, para ambos, o orgulho de machos estava reestabelecido. Rita Segato pesquisa os crimes contra corpos de mulheres e dessa forma lhes dirige o conceito de crimes de um novo tipo de guerra. Em seu trabalho realizado junto a estuproadores detentos na Penitenciária de Brasília, Segato argumenta que “pensar que o estupro é um ato sexual, do campo do erótico, é um erro gigantesco: o estupro é um crime de poder. Num contexto de conflito, segundo a intelectual, *“la agresión sexual pasa a ocupar una posición central como arma de guerra productora de crueldade y letalidad, dentro de una forma de daño letal que es simultáneamente material y moral”* (SEGATO, 2014, p. 343).

Ainda de acordo com o pensamento da antropóloga e feminista, os homens sofrem com a pedagogia da crueldade pelo dever moral do patriarcado sobre eles, *“esta pedagogía enseña algo que va mucho más allá del matar, enseña a matar de una muerte desritualizada, de una muerte que deja apenas residuos en el lugar del difunto”* (SEGATO, 2018^a).

Nesse sentido, Delajustine e Nielson, ao falarem sobre o tendente protagonismo da violência pelo masculino, argumentam que:

O estado, com esse DNA patriarcal, torna a masculinidade mais disponível para a crueldade, pois a socialização e o treinamento para a vida do sujeito que deverá carregar o fardo da masculinidade obriga-lhe a desenvolver uma afinidade significativa entre masculinidade e guerra, entre masculinidade e crueldade, entre masculinidade e distanciamento, e entre masculinidade e baixa empatia. Dessa forma, a organização corporativa da masculinidade conduz aos homens à obediência incondicional de uma crueldade. O homem, dessa forma, está exposto a um mandato de masculinidade que exige dele a exibição de suas capacidades de sua posição masculina sob os olhos dos demais (DELAJUSTINE; NIELSON, 2019, p. 6).

Nesse sentido, não é fantasioso compreender que, ao homem, concerne não se render aos sentimentos, às emoções e sensibilidades, pois são fenômenos subjetivos que estariam relacionados à fraqueza do ser habitualmente reservado ao feminino. Por consequência, o com-

portamento/resposta masculina, por condição disso, estaria ancorado na aspereza e na truculência, o que concorre para a precarização da vida.

Isso dialoga com a ideia do mandato da masculinidade, cunhada pela antropóloga Rita Segato, que apresenta um viés adoecedor para a própria população masculina que se mata entre si. Segundo a autora, “*El estatus masculino depende de la capacidad de exhibir esa potencia, donde masculinidad y potencia son sinónimos*” (SEGATO, 2018a, p. 45). Entretanto, numa situação de imensa precariedade social e econômica, o homem que por sua ordem de masculinidade tem a obrigação de ser forte, de ser o potente, não consegue manter o status quo.

Referente à dificuldade do homem na manutenção desta potência, Rita Segato esclarece que:

O que enfraquece os homens, o que os precariza e os transforma em sujeitos impotentes é a falta de emprego, a insegurança no emprego quando o tem, a precariedade de todos os vínculos, o desenraizamento de várias formas, do meio comunitário, familiar, local... enfim, o mundo se move de uma maneira que não podem controlar e os deixa em uma situação de precariedade, porém não como consequência do empoderamento das mulheres, mas sim como uma consequência da precarização da vida, da economia, de não poder se educar mais, ler mais, ter acesso a diversas formas de bem-estar. (SEGATO, Revista IHU – Instituto Humanistas Unisinos (*online*), em fevereiro de 2020).

Nessa senda, embora a guerra, impulsionada por disputas e ressentimentos, figure como fio condutor que liga Carlos e Elias, suas trajetórias de vida são carregadas de semelhanças que os encaixam num mesmo perfil. Sem intenção de categorizá-los, ambos, desde a tenra infância experimentaram a extrema pobreza e fragilidade de vínculos familiares, sociais etc. Elementos que possivelmente contribuíram para ingressarem na perigosa profissão que operavam, sob *modus operandi* brutal e desumanizador, sem espaço para sentimentos/sentimentalismos. As referências de Marcela, indicam que, de orfanato em orfanato, Elias chegou à adolescência e frequentou a mesma escola que Carlos, oportunidade em que, mesmo por um curto período, tornaram-se amigos.

O Carlos e o Elias se conheceram na escola para adultos [na modalidade EJA – Educação para Jovens e Adultos], no começo eles eram amigos, não muito próximos, mas se davam bem. O problema é que em pouco tempo que frequentava a escola, o Elias percebeu que nos arredores dela [escola] é que tinha muitas oportunidades para o tipo de coisa que ele conhecia bem, o uso e comércio de drogas. Mas, daí ele achou confusão com o Carlos, porque aquele era território de venda do meu irmão. Daí adiante, a relação entre eles

não teve mais espaço pra amizade, dali pra frente, eles se tornaram inimigos. Eu sabia dos negócios do Carlos, sabia de tudo, ele não escondia. Pra ele era coisa normal. Vender droga pra ele era coisa normal, mas ele não era nóiado. Ele usava sim, mas era equilibrado. O Dani é que se perdeu nas drogas e se meteu com gente da pesada. Não tenho certeza, mas eu ouvia muita conversa de que o Dani já tinha matado pessoas por causa de dívida de drogas. Se devia e não pagava, o destino era esse mesmo, é assim que funciona (MARCELA, 2019).

“Os homens são as primeiras vítimas do mandamento da masculinidade”, afirmou Rita Laura Segato, em entrevista concedida à Revista IHU – Instituto Humanistas Unisinos (*online*), em 28 de fevereiro de 2020. Segundo o conceito da antropóloga, o mandato de masculinidade é uma exigência ao homem de provar-se homem o tempo todo, “*porque la masculinidad, a diferencia de la femineidad, es un estatus, una jerarquia de prestigio, se adquiere como un título y se debe renovar y comprobar su vigencia como tal*” (SEGATO, 2018a, p. 40).

O mandato de masculinidade se transforma facilmente em um mandato de crueldade e a esse fenômeno, Rita Segato (2018a, p. 11) nomeia de “pedagogia da crueldade”. A autora afirma que “*todos los actos y prácticas que enseñan, habitan y programan a los sujetos a transmutar lo vivo y su vitalidad en cosas*” (SEGATO, 2018a, p. 11). A autora conceitua a pedagogia da crueldade pensando nas violações de corpos femininos e nos feminicídios que ocorrem na América Latina, em especial em Ciudad Juárez, no México. Sua leitura lúcida e bem amparada em análises profundas acerca da violência é empregada neste texto para relacionar, também, as mortes de homens causadas pelos próprios homens. Pelos próprios membros da “*fratria*” (irmandade) como afirma Segato (2018a).

Em seu trabalho sobre o mandato da masculinidade, Segato (2018a) descreve seu pensamento usando a ideia dos eixos vertical e horizontal da violência de gênero. No eixo vertical ela vincula posições assimétricas de poder com sujeição entre agressor e vítima. No eixo horizontal ela vincula o agressor a seus pares, com os quais busca manter uma relação de simetria. Mantém-se, assim, uma confraria ou irmandade masculina, cuja participação seria uma imposição do mandato de masculinidade que, como vimos, é uma espécie de obrigação por parte dos homens. Trata-se de uma regra que pesa sobre eles, mas também “*a una atribución de investidura como autoridad, es decir, a una entronización en la posición de autoridad*” (SEGATO, 2018a, p. 213).

No sentido de homens que matam homens, ao revisitar suas memórias, Marcela relembra que meses se passaram sem que a verdade sobre o que ocorrera com ela se tornasse conhecida. Porém, seu segredo viria à tona, divulgado pelo próprio mal feitor. Culminou que os moradores da Comunidade do Imbuia, anualmente se esqueciam das agruras, das labutas e se

reuniam em festa a São Caetano, cujo a descrição hagiográfica²⁴ indica ser o Santo da Providência, Patrono do pão e do trabalho e, neste caso, padroeiro do lugar.

O evento, prestigiado por toda aquela gente, por tradição é realizado no primeiro domingo de cada mês de outubro, desde os idos dos anos 1980, comungando fé e alegria a um povo tão sofrido, trazia alívio momentâneo, mas bem-vindo. Pelo turno da narrativa de Marcela, a festa de 2004 foi palco do fatídico enfrentamento de Carlos e Elias, situação em que somente um deles sobreviveria.

O acontecido foi na festa da igreja. Na verdade, eles evitavam os encontros. A briga era de longe, pelos outros. Usavam os outros pra manter a fama de brabos, valentões, é isso que vejo hoje, é meu entendimento meu agora. Briga é uma coisa rápida pra começar, quando pensa que não, a confusão tá feita. O Elias, com intenção de provocar perguntou pro Carlos: “tua irmã te contou o que foi que aconteceu no braço dela?” Ele perguntou com cara de deboche e continuou: “eu marquei ela pra toda vez que você olhar pra ela, lembrar quem manda aqui!” O Carlos nunca se interessou em perguntar o que era aquele ferimento, mas com certeza deve ter achado estranho, afinal, não era coisa comum. O que aconteceu depois são só borrões na minha memória, só lembro dele [Carlos] dizer pro maldito [Elias]: “vou te ensinar a não mexer com o que é meu!” (MARCELA, 2019).

O trecho narrado, deixa-nos a impressão de que as palavras derradeiras que minha interlocutora ouviu de Carlos, indicam que o ódio dilacerante por aparente razão da violência infligida a sua irmã não está necessariamente relacionado ao sentimento de amor fraterno. Relaciona-se talvez pelos brios que foram riscados em camada profunda, atingindo a honra masculina do autoproclamado seu dono, que se sente superior sobre um outro-inferior-feminino. Invocando mais uma vez o pensamento da feminista Rita Segato, “*en este contexto, el cuerpo de la mujer es el bastidor o soporte en que se escribe la derrota moral del enemigo* (SEGATO, 2014, p. 345).

3.2 O canto da sereia

As ações seguintes de Elias davam conta de que possuir o corpo de Marcela a força, conotaria em frustração masculina. Naquele momento, seu empenho se assentava em tê-la, contudo, não mais como um violento escroto e sim, seduzi-la como o faria um “*Dom Juan*”. Ballone (2004) descreve o donjuanismo como uma personalidade que necessita seduzir o tem-

²⁴ Hagiografia é um tipo de biografia que consiste na descrição da vida de algum santo, beato e servos de Deus proclamados por algumas igrejas cristãs, sobretudo pela Igreja Católica, pela sua vida e pela prática de virtudes heroicas. Fonte: < <https://www.dicionarioinformal.com.br/hagiografias/>>

po todo, que aparentemente se enamora da pessoa difícil, mas que, uma vez conquistada, a abandona. Ela alega que dissimuladamente, fazendo-se perceber como um amante dedicado, em tamanho zelo e atenção, a máscara de bom moço de Elias não se manteve, por efeito de repetidas rejeições a suas diligências amorosas.

Ele me perseguia, não me dava paz. Parecia que tinha prazer em me ver com medo, o covarde. Onde eu morava tinham várias ruelas, lugares escuros, com pouco movimento. E pra chegar em casa, eu precisava passar por uma pequena ponte e depois por uma fileira de pés de bananeira, que a noite era escuro feito breu. De vez em quando ele [Elias] ficava lá me esperando, como não tinha outro caminho, eu procurava evitar de sair de casa, principalmente de noite. Eu já tinha perdido alguns anos na escola, então resolvi parar de vez de ir na aula. Mas eu tinha que trabalhar, era a única renda que a gente tinha pra viver. Um dia ele apareceu e estava acompanhado de um sujeito estranho, que ficava olhando pro chão e quando olhava pra mim, era com malícia. A gente percebe quando o homem olha pro teu corpo e não no teu olho, não é? Eu nunca vou esquecer aquele dia, pois foi quando o maldito [Elias] disse que se eu não ficasse com ele do jeito que ele queria, ia matar minha mãe. Eu não acreditei que aquilo podia ser sério, quando que a gente pensa numa coisa dessas, né? Mas, aconteceu. Ele matou mesmo (MARCELA, 2019).

Marcela não contou como se deu a morte da mãe e eu me contive em perguntar os por menores, receosa de ultrapassar o limite do silêncio dela e, assim, arriscar-me a fragilizar nosso vínculo. “Silêncios comunicam”, como bem alerta, Peirano (2014, p. 386).

Como pontuei no início deste capítulo, tive muitas conversas com Marcela e mais de uma vez ela relembrou o fato da mãe ter sido assassinada, contudo, sem detalhar as circunstâncias. Mesmo sem verbalização dela, imaginei que falar como a mãe foi morta, está no campo das coisas indizíveis para ela, talvez por doer demais ou por se sentir culpada, por ter sido o pivô da situação que se desdobrou no crime.

Sobre as investidas violentas de Elias, Marcela me relatou que, decidida a pôr fim à nefasta perseguição, articulou um plano para se livrar dele. Ciente do envolvimento dele com o tráfico de drogas na região, ela considerou conhecer, em detalhes, o funcionamento dos seus negócios, a fim de erigir elementos agravantes suficientes para comprometer Elias em flagrante delito, com intensão de entregá-lo à polícia.

Favela do tipo do que eu vivia, é bem daquele jeito que passa na televisão, polícia não entra. Lá dentro [da Comunidade], caras como o Elias, que vive do tráfico de drogas estão seguros, é mais fácil morrer na mão de outro traficante que ser preso pela polícia. Não foi por coragem que eu quis armar pra ele, foi é por medo mesmo. Depois do que ele fez com minha mãe, podia esperar de tudo de uma pessoa dessas. Na minha cabeça, se ele fosse preso por

causa das drogas, ele não ia querer vingança. Agora, se eu fosse atrás de pôr ele na cadeia por ter matado minha mãe, daí ele ia saber que era eu a culpada. Mas não pensei nisso sozinha, minha patroa, a Nice, foi ela que começou me falar: “dá um jeito de entregar ele para polícia”. Eu dizia pra ela: “como vou fazer isso?” Foi nisso daí que nós pensamos nos negócios de droga que ele era envolvido. Eu não posso falar muito sobre isso, porque teve muita coisa envolvida, mas fiquei feliz dele ter sido preso, muito feliz mesmo (MARCELA, 2019).

Nas falas anteriores de Marcela, ao se referir à atividade de comercialização ilegal de drogas como negócios, devo dizer que esta não é uma maneira sofisticada de pronúncia que ela usa. Houve a substituição ao termo tráfico. É como se ela quisesse se distanciar de uma atividade que considera reprovável ou perigosa, autoproteção, talvez. Esclareço novamente que não ouve verbalização dela sobre isso, mas quando se fala com alguém, especialmente de maneira informal, como eram nossos diálogos, algumas impressões do discurso ficam na esfera do subentendido.

Retornando à prisão de Elias, ao que faz constar o sucinto relato de Marcela sobre o fato, defronte a realidade brutal do sistema prisional do nosso país, poucos meses após adentrar a prisão, ele foi morto por um outro detento com quem dividia a cela.

Essa crueldade normalizada da violência é capaz de criar modelos de operação, sob condutas criminosas, as quais podem atingir tão alto patamar da maldade que, talvez, não sejam esperados por boa parte das pessoas, a exemplo de Marcela, que embora conhecesse a capacidade letal de Elias, confiou-lhe duvidar que levaria a cabo tenebrosa promessa feita contra sua mãe, Eulália. Desse modo, quando Acássio acenou que se utilizaria de igual expediente, ela não cogitou a possibilidade de pôr em risco a vida das irmãs, em vistas de alcançarem a primeira década de existência.

3.3 O cuidado coletivo: um olhar feminino

Marcela descreve Acássio como o serviçal que acompanhara Elias em seus empreendimentos derradeiros, tanto em termos de negócios, quanto em obsessivos planejamentos relacionados ao seu arrebatamento amoroso. Ela enfatiza que, como quem pretendia concretizar um propósito de apropriação de uma coisa, cuja objeção da endereçada pôs em suspenso, ele assumiu a posição e levou a efeito o intento de torná-la propriedade sua, numa aparente reverência ao desejo de seu falecido chefe.

Eu, quando era mocinha, sonhava em namorar, em casar, num casamento bem bonito [risos]. Mas, minha vida seguiu outro caminho, as coisas nem sempre são como a gente sonha, não é mesmo? Eu fui morar com o Acássio porque ele fez a mesma coisa que o Elias. Ele disse que minhas irmãs podiam ter o mesmo destino da minha mãe se eu não ficasse com ele. Parecia até que ele queria terminar o que o chefe dele tava fazendo. Não sei por que o Elias invocou comigo. A única explicação é que eu era irmã do Carlos e, mesmo meu irmão tando morto, ele parecia querer o que tinha sido dele. O Acássio, que era o cachorrinho dele [do Elias] se meteu na história também. Daí é isso, minha vida acabou indo pelos outros, pelo que os outros queriam. Eu não escolhi ficar com o Elias e nem com o Acássio. Eles me escolheram. Esse tipo de homem acha que mulher tá a disposição dele, é só ir lá e pegar. Eu não queria ele [Acássio], mas pensei nas minhas irmãs, eu não podia deixar que acontecesse com elas, o que aconteceu com minha mãe (MARCELA, 2019).

Na última fala de Marcela, percebe-se que o ato de se render à proposta de Acássio não parece estar relacionado à fraqueza, mas ao contrário, corresponde à capacidade de se posicionar na linha de frente do combate com a força opressora. Isso se assemelha ao que Rita Segato (2020) nomeia de tecnologia da sociabilidade, quando a mulher dispõe e que não carece da força, tampouco da opressão para existir. Ou seja, opera neste cenário o cuidado ao coletivo em detrimento da individualidade, força que muitas vezes contém o esfacelamento do grupo.

Enredada numa relação indesejada, minha interlocutora enfatiza que aos vinte dois anos já se achava mãe de três meninas. Segundo ela, os cuidados e mimos dispensados às filhas serviam de refrigerio aplacador ante a angústia que sentia causada pelas condições em que contraíra matrimônio. Entretanto, diante do reconfortante ânimo infantil e também com intenção de assegurar ambiente doméstico mais afetuoso às filhas, ela afirma ter considerado a ideia de passar uma borracha nos fatos pretéritos e, a partir de uma perspectiva mais humanística, constituir um ambiente familiar confortável, pacífico e até mesmo feliz junto ao genitor de sua prole.

As meninas não têm mais que um ano e meio de diferença entre uma e outra. Mas toda vez que descobria que tava grávida, ficava muito feliz [risos]. Pra mim era uma benção, eu “morria” de saudades das gêmeas. Tive de deixar elas com a tia Marta, mas ela era doente e acabou por mandar as minhas irmãzinhas pra outra tia cuidar, perdi o contato com minhas irmãs. Quando a Vitória nasceu, eu operei pra não ter mais filho [fez laqueadura]. O Acássio que quis. Nessa época, falei pra ele da gente viver bem por causa das meninas, que a gente podia dar um lar bom pra elas, em paz. Ele não quis, disse que eu fui morar com ele na marra [obrigada], não por vontade própria, então eu não era digna do afeto dele, muito menos do respeito (MARCELA, 2019).

O posicionamento altruístico dela corresponde à razão ou à emoção? Warren (1998, p. 214 *apud* Kuhnen, 2014, p. 2), sustenta que:

A estrutura conceitual patriarcal, formada por um conjunto de crenças básicas, valores, atitudes e pressupostos, produz uma visão hierárquica e dualista de mundo, na qual os homens se consideram superiores por sua racionalidade e as mulheres são tidas como inferiores e associadas por eles aos sentimentos e a emoção.

Ao conteste dessa visão misógina que o autor apresenta sobre o pensamento machista, a disposição ao cuidado/sentimento, presentes na atitude de Marcela, emerge como fundamentação para a tomada de decisão e resolução, plausivelmente racional, de preservar as pessoas pelas quais ela se sente responsável. O aparente não reagir ou reagir de forma mansa, pode impor a ela uma equivocada posição de inferioridade moral, porém, mais bem observado, percebe-se potente resistência, cuja finalidade é a manutenção da vida.

Paradoxalmente, a performance de agressividade de um predador sexual, de alguém que busca cada vez mais poder e que rejeita o feminino o tempo inteiro, minando demonstrações de afeto porque, afinal, homens não choram, que recai sobre Acássio, é percebida como principal ponto de fragilização familiar.

Cabe dizer que a discussão aqui empreendida não objetiva essencializar à mulher o dom do cuidado/acolhimento/sentimento, tampouco a manutenção da submissão das mulheres na sociedade e à prevalência de certos estereótipos, por exemplo, o de que a mulher nasceu para cuidar dos outros, pois, masculino e feminino, ambos são livremente capazes da justiça, da autonomia e do cuidado responsável nas relações (KUHNNEN, 2014).

A intenção é reproduzir uma trajetória que traduza a experiência do ser mulher em situação de resistência à violência masculina, somada ao papel de protetora de outros. Isso, ante ao entendimento de que o cuidado não está condicionado às diferenças de gênero humano, para além da dicotomia biológica do sexo, outros aspectos estão relacionados, como dados históricos da vida que permeiam cada biografia, por exemplo. As sensibilidades morais socialmente construídas de homens e mulheres tendem a se desenvolver – cognitivamente – de maneira diferente (KRITSCH; VENTURA, 2018, p. 108). Assim, pode-se conceber que tanto os princípios de justiça, de conexão humana e cuidado estão potencialmente associados a ambos os gêneros, masculino e feminino (BRAUNSTEN, 2012).

Neste sentido, considera-se resgatar que não se nasce mulher, torna-se mulher, como atesta a famosa frase de Simone de Beauvoir (1970). Em outros termos, a filósofa defende a distinção entre sexo e gênero, sendo que o primeiro é um fator biológico, ligado à constituição

físico-química do corpo humano. Por conseguinte, o segundo é construído pela sociedade, ou seja, ser homem ou ser mulher não é um dado natural, mas algo performático e social. Ao longo da história, cada cultura criou os padrões de ação e comportamento de determinado gênero. O pensamento da autora, põe luz sobre a diferença biológica, revelando-a como base da desigualdade, a qual a mulher estaria condenada pelas sociedades a uma posição inferior, confinada no espaço privado. Isso, definindo lugares a partir de posições de poder, homem/espaço público versus mulher/espaço privado, legitimando-se enquanto uma dicotomia hierárquica da desigualdade.

Desse modo, quando se determinam os papéis de gênero numa configuração patriarcal, por um lado, as mulheres ficam responsáveis pelas tarefas relacionadas ao privado, ao doméstico, onde é permitido a fragilidade, por outro, os homens vão se colocar no espaço público, na política, lugar onde precisarão demonstrar força, coragem e virilidade. É preciso repensar e redefinir as categorias por meio das quais tem operado o patriarcado, entre elas a dicotomia público/privado. Rejeitar a exclusão das mulheres nas instituições ou práticas sociais por constituírem assunto apropriado para discussão e expressão públicas, o pessoal é político (KRITSCH; VENTURA, 2018).

Novas configurações são necessárias à concepção do espaço público, com caráter mais heterogêneo e inclusivo, respeitando as diferenças. Não é preciso que as mulheres se tornem truculentas para exercerem papéis de liderança na política, no público. Por outro lado, estando a mulher no privado, é imperioso que ela seja respeitada como um ser humano que é, com direito a uma vida livre de violência física, sexual, psicológica etc.

Ao falar de significação valorativa do gênero por meio de práticas culturais que supervalorizam o masculino em detrimento do feminino, Kate Millet (1969) sustenta que “tais significações constituem o fundamento de uma forma de dominação específica e poderosa, o patriarcado, instituição que consagra a sexualidade masculina como fonte e justificação do poder dos homens sobre as mulheres” (MILLET, 1969, p. 58). Para a autora, concentrar-se na supressão de posicionamentos que “opõem as disposições particularistas, emocionais e intuitivas – que dizem estar relacionadas às mulheres e/ou ao feminino e à vida doméstica – ao pensamento imparcial, desapassionado e racional, que relacionam ao homem e/ou ao masculino e à sua ação na esfera pública” (MILLET, 1969, p. 58).

A pesquisa *Violência Contra as Mulheres*, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgada no fim de fevereiro de 2019 (IPEA, 2019)²⁵, mostra que a maioria dos casos de

²⁵Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf>. Acesso em out. 2020.

agressão aconteceu no ambiente doméstico. Segundo o estudo, 76 % das agressões são cometidas por homens conhecidos (namorado, cônjuge, companheiro, vizinho ou ex). Esses dados indicam que as mulheres não estão seguras no privado, no particular, lugar onde elas são “empurradas” pelo masculino. Isso aponta para a urgência por reformulações do privado, haja vista que os limites do privado legitimaram ou ignoraram a gravidade das violências sofridas por mulheres, especialmente quando ilustrado por mitos populares de que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Nestes casos, o privado é sim, político.

A seção seguir, dá conta de tornar inteligível essa premissa.

3.4 Na insegurança do lar

Eu e as meninas não tinha liberdade pra ir e vir sem a permissão dele [Acássio]. As poucas vezes que a gente saía de casa, na cidadezinha onde a gente morava, nós só ía na companhia do diretor [risos]. Eu pus o apelido nele de diretor, por causa de um diretor de uma escola que frequentei, que quando ia juntar os alunos, tinha costume de separar os meninos pra um lado e as meninas pra outro. Ele dizia: “prenda as cabritas que os bodes estão soltos”. O Acássio falava isso quando não deixava as meninas sair pra brincar na rua, ou passear na casa de uma vizinha, de um parente (MARCELA, 2019).

Diante deste relato, vislumbra-se que existem diferentes maneiras que a violência pode se expressar nas relações conjugais e familiares. Por estarem situadas no contexto privado/íntimo, a violência muitas vezes não é enxergada como tal ou não recebe a devida atenção e cuidado do Poder Público e da sociedade como um todo. Pode-se destacar, por exemplo, comportamentos de humilhação, de isolamento e de controle, que num passado não muito distante, não eram claramente definidos ou entendidos como violência (DINIZ; ANGELIM, 2003).

Os relatos seguintes de Marcela reforçam o entendimento dos danos emocionais que esse tipo de violência causa:

O diretor, a maior parte do tempo que estava em casa, permanecia calado e exigia que o silêncio dele não fosse interrompido pelos demais, e isso incluía as crianças, o que era muito difícil pra mim, por causa que eu vivia tensa, com medo das meninas perturbar ele. Quando elas eram pequenas, isso me atormentava ainda mais, porque criança não entende e eu tinha que controlar pra elas não gritar nem chorar alto. Ele não era de bater nas meninas, mas também não dava carinho nenhum. Até pra comer, a gente comia o que ele dava, não tinha esse negócio de escolher isso ou aquilo. No geral, eu e as meninas comia quirera [milho triturado] cozida com sobras de carne [geralmente bovina] que ele trazia de um açougue sujo que tinha nas redondezas. O lugar tinha tanta mosca que dava nojo de ver. Nunca me esqueço da carinha de felicidade das minhas filhas quando experimentaram macarrão com

carne moída e massa [extrato] de tomate na Casa da Mulher Brasileira²⁶, em Curitiba, tadinhas. Ele [Acássio], quase nunca comia em casa, na maioria das vezes fazia as refeições na rua ou na casa de Dona Elvira, que ele tinha como mãe (MARCELA, 2019).

Nas primeiras conversas que travei com Marcela, ela me relatou possuir um tipo de auxílio financeiro, proveniente da Previdência Social, porém, forneceu poucos detalhes sobre a razão do recebimento do recurso. O que chama a atenção é que mesmo sendo parte contribuinte no orçamento familiar, ela não tinha acesso ao dinheiro e, conseqüentemente, é a parte mais pobre dentro da relação.

Em relação ao local e em quais condições viveu os quase treze anos sob domínio e cárcere, Marcela descreve que habitavam a Região Metropolitana de Curitiba, em um lugar ermo, com escassa vizinhança. A casa, embora consideravelmente pequena, podia ser descrita como simples, mas não negligenciada, e confortável, embora sem luxo. Quartos com camas, cozinha com utensílios, banheiro com água quente, sanitário equipado etc. Cercado com alvenaria, o vasto terreno onde era assentada a diminuta residência, trazia tamanho desproporcional em relação à construção. Com aparente propositura, a casa era situada bem ao fundo do lote, desse modo, do interior do imóvel quase não se podia ouvir as poucas movimentações ocorridas na ruela esburacada e vice-versa.

Sobre a convivência íntima, minha interlocutora fala sobre o comportamento abusivo do parceiro e pontua algumas atitudes dele que podem ser observadas, claramente, como violência sexual:

De noite eu não podia ir dormir sem deixar tudo limpo, ele não aceitava a casa suja, tinha que tá tudo impecável, inclusive as crianças. Oito da noite elas tinham de tá dormindo já. Daí ele falava: “vou me deitar, estou te esperando”. Sinto muita raiva e nojo quando lembro disso. Se eu reclamava, ele dizia que era minha obrigação, que a mulher tem que satisfazer o marido. Ele falava que tinha casado comigo pra ter mulher, na cozinha e na cama. Eu não podia, sequer, contar com os resguardos da menstruação, é duro lembrar. Passei por poucas e boas com aquele homem (MARCELA, 2019).

Porém, de acordo com Marcela, a escala da perversidade dele estava em constante progresso, “ele parecia estar sempre em busca de algo mais ‘forte’ pra poder me magoar, me

²⁶ A Casa da Mulher Brasileira é um centro de atendimento humanizado e especializado no atendimento à mulher em situação de violência doméstica, reunindo em um mesmo espaço: (I) Juizado Especial voltado para o atendimento à mulher, (II) Núcleo Especializado da Promotoria, (III) Núcleo Especializado da Defensoria Pública, (IV) Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, (V) Alojamento de passagem, (VI) Brinquedoteca, (VII) Apoio psicossocial e (VIII) Capacitação para a sua autonomia econômica. Trata-se da principal ação do Programa Mulher viver sem violência, desenvolvido pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Disponível em: <<http://www.mulher.df.gov.br/casa-da-mulher-brasileira-cmb/>>. Acesso em: 10 de mar. de 2020.

ofender”. O gosto dele era me ver sofrer”, observa minha interlocutora. Ela segue com as descrições das preferências sexuais do marido agressor:

Olho pra trás, pro que eu vivi e digo pra mim mesma que sou muito forte, senão não tinha aguentado, tinha feito uma besteira. Teve um tempo que ele começou com uma história de que tinha de ser mais divertido, que tava enjoado da mesmice. Tinha um amigo dele que sempre vinha em casa, um dia ele [Acássio] disse que queria ver eu e o sujeito juntos. Você entendeu, né? Pra mim, aquilo que ele gostava era uma sujeira, mas eu acabava aceitando por medo dele, das ameaças de “quebrar minha cara”. Ele costumava dizer que minha vida não valia nada. Passei por tanta coisa que fui perdendo o gosto pela vida, não era eu que fazia aquelas coisas, era só meu corpo, sem alma. Só o corpo mesmo. Eu não tinha mais vaidade, não tinha alegria, nem vontade de viver (MARCELA, 2019).

Marcela explica que perdeu o interesse sobre si, deixou de cuidar do próprio corpo, descuidou-se da higiene pessoal, negligenciou a alimentação a ponto de cair enferma, desejava morrer. Segundo Krenkel e Moré (2017, p. 771) “a violência contra a mulher, sobretudo a violência por parceiro íntimo e a violência sexual, está entre os principais problemas de saúde pública e violação dos direitos humanos”.

A literatura especializada vem demonstrando associação de riscos entre a experiência da violência e o desenvolvimento de agravos, de ordem física e mental, os quais repercutem na diminuição de anos saudáveis de vida das mulheres (D’OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2000). A violência e humilhação não só constroem, causam dor e até mesmo morte, elas inibem, paralisam e sedimentam a desigualdade entre dominante e dominado.

“Porém, era preciso resistir”, enfatiza Marcela. E resistir, ao que consta, significou não se entregar à tentação de desistir, de dar por acabado, sucumbir ao tirano perverso. Ela se tornou mulher, pessoa de direitos e deveres consigo. Não aquela mulher que Acássio (o “bode predador”) queria que fosse, um corpo usável, disponível ao sexo sujo (segundo a visão de Marcela) e humilhações continuadas, responsável a exímia limpeza da casa.

Eu não queria aquela vida pras minhas filhas, tinha medo disso. Eu também não queria aquela vida pra mim e nem pra mulher nenhuma. Eu orava todos os dias pra minha vizinha, que foi uma mulher forte, de fibra, pra ela me dar forças pra eu conseguir sair daquela vida. Tenho dentro de mim, no meu coração, que foi ela que me ajudou nas horas mais difíceis (MARCELA, 2019).

A fala de Marcela, leva-nos a refletir que ao insistir em se procurar dentro de si, encontrou outras mulheres, sendo a força motriz pela qual foi impulsionada a lutar pela liberdade, pela sobrevivência do seu eu. Essas são mulheres da sua carne, da sua fé, da sua ancestra-

lidade. As filhas, a mãe, a bisavó. Por efeito dos acontecimentos, os relatos de minha interlocutora dão conta de traduzir os eventos fatídicos que a levaram a sair do estado paralisante, causado pelo medo que Acássio, miseravelmente, impôs a ela por anos.

Não tenho dó de mim, sinto dó mesmo é pelas meninas, principalmente a Ana. A pior dor que senti, foi quando descobri que ela tinha sido abusada pelo primo [sobrinho de Acássio] e pior ainda, saber que foi a mando daquele que deveria proteger ela, o próprio pai. Ela sofreu os estupros por mais ou menos dois meses, até que criou coragem e contou na escola. A professora pegou ela chorando algumas vezes e mandou pra pedagoga, pra conversar, foi aí que ela [Ana] se abriu, tadinha. A escola me mandou um bilhete contando o acontecido e já ofereceu ajuda pra procurar a Justiça. Quando eles foram chamados na Delegacia, os dois negaram o crime e ainda disseram que a gente tava inventando a história, que era mentira pra prejudicar o pai dela, pra ele sair de casa. E o moleque ainda disse que ela que quis, que ela procurava ele. Como ele era di menor, ficou por isso mesmo (MARCELA, 2019).

Uma análise mais de perto do que está em tela, sob a conjuntura de ambos estarem em condição de menoridade, a versão do estuprador de que as relações sexuais foram consentidas por Ana, fez “esfriar” o caso. Desse modo, ressoa a ideia de que ela praticou sexo com ele e se arrependeu, daí a encenação de estupro e ao lucro, a implicação do genitor carrasco ao delito. Ou seja, nestes termos, à mulher é perfeitamente aceitável o papel de trapaceira leviana, reduzida ao arrependimento por não conseguir se conter diante dos desejos dela e do homem. Isso contribui para a legitimação da prática de todo tipo de violências, sejam elas sexuais, físicas, psicológicas etc., do homem contra a mulher e sustenta a desigualdade de poder entre o masculino e o feminino. Amparo-me, mais uma vez, no pensamento de Rita Laura Segato (2003), de que o crime de estupro é uma demonstração de poder, cujo objetivo principal é manter a posição de dominante e dominado. Neste caso, o crime fora terceirizado. Sob pena disso, Marcela e as filhas se tornaram alvo da fúria de Acássio pois, uma vez livre de qualquer acusação pela denúncia feita por Ana, atacou ela e a mãe com golpes de faca à luz do dia, menos de uma hora depois de saírem da Delegacia. Ele não foi apanhado, pois conseguiu fugir do local.

Recuperadas dos ferimentos, Marcela e as filhas foram conduzidas à Casa da Mulher Brasileira, em Curitiba-PR, onde permaneceram por poucas semanas, até que fossem acolhidas na Casa-Abrigo Edna Rodrigues de Souza, na cidade de Maringá-PR, em abril de 2018.

3.5 Casa-Abrigo: rotina e adaptação

Marcela fala sobre suas impressões iniciais ao ingressar no serviço de proteção em Maringá, traz elementos da fase de acomodação emocional no serviço e aponta o sentimento de solidão como um dos principais fatores de tristeza e sofrimento, seguido do medo do porvir, dentro e fora da Casa-Abrigo.

Assim, Marcela conta sobre sua chegada ao local:

Eu e minhas filhas fomos trazidas para Maringá por uma equipe da CMB - Casa da Mulher Brasileira de Curitiba. O motorista e uma assistente social, pessoas muito atenciosas, durante toda viagem demonstraram cuidado e preocupação com a gente. Sou muito agradecida pelo carinho e respeito deles. Fomos muito bem tratadas lá na Casa em Curitiba (CMB), principalmente pela promotora e as assistentes sociais. De lá eles me mandaram pra Casa-Abrigo em Maringá direto. Foi numa quarta-feira de fevereiro de 2018 que chegamos na Casa-Abrigo Edna, já de noite. Nós fomos recebidas pela Alda, Educadora da noite, que nos acolheu muito bem, ela foi muito gentil e educada com a gente. Como vimos encaminhadas pela Casa de Curitiba, a Alda nos informou que gente ia passar pelo CRAM no dia seguinte. Fiquei feliz, pois só queria descansar, minha cabeça latejava, me sentia tonta e sem chão. Uma meia horinha que a gente tava no quarto, a Alda veio avisar que a janta era servida às 19h00, que era pra gente sair pra comer. Perguntei se a gente podia descansar mais um tempo e jantar depois, ela falou que as refeições tinham horas específicas, que deveriam ser cumpridas por todas as famílias abrigadas. Depois que a gente jantou, a Alda explicou todas as normas e regras da Casa-Abrigo e aconselhou que a gente seguisse certinho, pra evitar transtorno. No período de abrigamento, mesmo estando com minhas filhas, me sentia sozinha no mundo, me dava aflição de pensar, aonde a gente ia depois de sair da Casa. Também ficava pensando se a gente ia conseguir se acostumar ali, naquele lugar com pessoas que nunca vi, que não sabia como eram e como agiriam com a gente, se iam gostar de nós ou não. Mas, com tempo, a gente entra na rotina, procurei a melhor convivência com as outras abrigadas e com a direção, fiz até amizade na Casa-Abrigo [risos]. Na verdade, todas as mulheres que estavam ali abrigadas tinham seus sofrimentos, suas dores e cada uma queria se levantar de novo, se refazer, ninguém gosta de sofrer, não é? Teve momentos que gostei da Casa, fiz amizades, ri, chorei, mas passados quatro meses naquela rotina, com horário para pra tudo, pra dormir, pra levantar, para comer, fica difícil até de respirar. Não é fácil ficar lá, presa, mas preciso admitir que tive sorte, pois conheci mulheres ótimas que fizeram a diferença para que eu pudesse trilhar novo caminho. Sara, Beatriz e outras que, mesmo por curto período, me influenciaram positivamente com uma palavra amiga, uma abraço, um sorriso. No fundo a gente acabava se apoiando uma na outra... (MARCELA, 2019).

Cumpramos ressaltar/lembrar que a Política Nacional de Abrigamento²⁷ aponta a Casa-Abrigo como espaço de segurança, proteção, (re)construção da cidadania, resgate da autoesti-

²⁷ A Política Nacional de Abrigamento, portanto, refere-se ao conjunto de diretrizes que norteiam o abrigamento de mulheres em situação de violência e o fluxo de atendimento na rede de serviços, incluindo as diversas formas de violência contra a mulher (tráfico de mulheres, violência doméstica e familiar contra as mulheres etc.) e novas alternativas de abrigamento (tais como, abrigamento temporário de curta duração - “casa de passagem”, albergues, benefícios eventuais, consórcios de abrigamento, etc.).

ma e empoderamento das mulheres, a partir de valores feministas. Além disso, um dos seus princípios está pautado na Autonomia das mulheres, pois, conforme o texto-base da Política Nacional de Abrigamento de Mulheres em Situação de Violência (BRASIL, 2011), “o poder de decisão sobre suas vidas e corpos deve ser assegurado às mulheres, assim como as condições de influenciar os acontecimentos em sua comunidade e seu país”.

Em termos da promoção da autoestima da mulher abrigada, Marcela me relatou um evento que nos faz pensar a respeito da observância desse objetivo pela administração da Casa-Abrigo. Ocorre que Alda, a qual recepcionou a família no abrigo, aparentemente atenta às pequenas coisas que por vezes podem surtir significativos/positivos efeitos, ao saber que Marcela faria aniversário, anunciou que faria um bolo para celebrarem a nova idade de minha interlocutora. O evento seria às 20h00, logo depois do jantar. Infelizmente, num ambiente excessivamente coletivo, segredos estão quase sempre vulneráveis. De algum modo, uma voz desconhecida revelou as pretensões festivas à coordenação, a qual abortou imediatamente a missão de aproximar alegria de quem tinha por íntima a tristeza. No mês de maio de 2018, Marcela completou 29 anos. Seria só mais um aniversário, porém, acabou virando história para contar, como ela mesma afirma.

Percebendo a inflexibilidade das normas do local, Marcela revela que buscou moldar seu comportamento de acordo com o que presumia ser o adequado, ou seja, seguir as orientações iniciais da própria transgressora, Alda, de se ajustar às regras para evitar problemas. Seguindo os preceitos de Goffman (2002), quando convencida pelas circunstâncias, percebe-se que ao se inserir num ambiente estranho e fechado (Casa-Abrigo), a mulher identifica a hierarquia e entra num processo de gerenciamento do comportamento, como já foi discutido no primeiro capítulo deste texto.

3.6 Marcela, diante da aridez da vida decidiu florescer

Nas incontáveis conversas que tivemos (muitas delas, devo admitir, falamos de tudo e de nada, por assim dizer), em vários momentos Marcela revelou situações experimentadas que demonstraram uma vida atravessada por cerceamentos e opressões. Uma trajetória de vivências condicionadas ao desejo e controle de terceiros, em particular, os homens. Pai, irmão, marido e outros desejosos pelo domínio do seu corpo, conforme constam nos relatos dela neste texto. Porém, às vésperas do Natal de 2019, peguei-me preocupada com minha companheira de conversas regulares via *WhatsApp*, pois seu contato desaparecera do aplicativo de mensagens instantâneas e não recebi seu novo número de telefone. Não seria a primeira vez que

isso acontecia, mas, com o passar dos dias, fiquei apreensiva, dado que ela também havia excluído as contas nas demais mídias sociais (*Facebook e Instagram*)²⁸.

Finalmente, recebi as felicitações de Natal de Marcela no *WhatsApp* e juntos delas, novidades que me deixaram bastante surpresa, porém, na mesma proporção, feliz. Feitos os cumprimentos costumeiros, transcrevo as mensagens recebidas:

Conheci uma pessoa, você não vai acreditar na coincidência, o nome dela é Marcela, igual eu no seu trabalho. Sei que talvez você fique um tanto surpresa, mas estamos juntas, como namoradas. Para mim também é tudo muito novo. A princípio pensei em manter em total sigilo, mas decidi tornar público, pois estamos felizes e a felicidade não é crime (MARCELA, 2019).

Cativa e obediente ao arbítrio de outrem em detrimento de seus desejos e anseios quanto ao que seria feito ou não de sua vida, Marcela se permitiu “transbordar para além da página”, cedeu as suas próprias vontades, permitiu-se provar a semelhança da sua essência, num outro corpo de mulher. Entretanto, sua fala é marcada de notável angústia ao expressar...

Mas, não posso falar só das flores. Estou sofrendo com o fato das minhas filhas não aceitarem meu novo estilo de vida e muito disso, por influência do pai delas, que diz que sou suja. Além disso, minha família tem me repudiado, nem fui ver eles nas festas de final de ano. Perdi também meu emprego, pois conheci ela no trabalho e os colegas de serviço não aceitaram muito bem. A gente sofreu rejeição a ponto de tornar impossível a convivência na firma de distribuição de bebidas, que é onde eu trabalho. Lá, a maioria dos funcionários são homens, daí você já viu, né? Os caras não perdoam, chamam a gente de sapatão, de calçada e outras coisas mais (MARCELA, 2019).P

É reconhecível, do ponto de vista da libertação do corpo feminino, o corajoso ato que Marcela protagonizou, porém, imediatamente ela passa a sentir os efeitos múltiplos da opressão. A partir de então ela é tributária de uma interligação de opressões que compreendem a classe, o gênero e orientação sexual. Mesmo em tempos de pós-modernidade, descrita pelo sociólogo Zygmunt Bauman (2001), como a própria vontade de liberdade, princípio que se opõe diretamente à segurança projetada em torno de uma vida social estável, ou da ordem, mulheres homossexuais sofrem uma situação de dupla vulnerabilidade ao ter que lidar com o

²⁸ O *Facebook* é uma rede social que permite conversar com amigos e compartilhar mensagens, links, vídeos e fotografias. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/1486/como-funciona-o-facebook>>. Acesso em 5 de jan. de 2020. O *Instagram* é uma rede social online de compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários, que permite aplicar filtros digitais e compartilhá-los em uma variedade de serviços de redes sociais. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Instagram>>. Acesso em: 5 de jan. de 2020.

machismo estruturado e com a heteronormatividade (ideia de que as pessoas são naturalmente heterossexuais, sendo que os que não se enquadram nesse padrão são tidos como anormais).

Essas opressões estão entrecruzadas entendendo o patriarcado “como um dos esquemas de dominação-exploração componentes de uma simbiose da qual participam também o modo de produção e o racismo” (SAFIOTTI *apud* Costa, 1998). Para a autora, essas opressões se influenciam de maneira estrutural, de modo que uma depende da outra e são constituídas em um processo simultâneo (COSTA, 1998).

Como resultado disso, Marcela fala do começo da vida conjugal/sexual com sua parceira e enfatiza que foi marcado por solidão, vergonha, culpa e confusão.

Quase terminei o namoro no segundo mês, não que eu não estivesse mais gostando dela, mas porque fiquei pensando que poderia realmente ser uma loucura aquela relação. Era muita gente contra, inclusive minhas filhas, a Nely e a Ana me disseram que não queria viver comigo levando esse tipo de vida. Até passou pela minha cabeça que aquilo era coisa de gente fora do normal. De gente sem vergonha, como falava o pai das meninas pra mim. Ele me ligava e falava que eu não tinha vergonha na cara, que o que eu estava fazendo dava nojo nele e que não ia deixar as meninas viverem numa casa com duas “sapatonas nojentas”. Quando ele veio buscar as meninas pra viver com ele, fugi da casa, não fiquei lá pra ver elas indo embora. Me senti a pior das mães (MARCELA, 2019).

Retomo a ideia de Saffioti (2011) de que a mulher é ensinada a sentir culpa. Ainda que não haja razões aparentes para se culpabilizarem, culpabilizam-se, pois vivem numa civilização da culpa. “Não se vê como vítima, que realmente é, mas como copartícipe” (SAFFIOTTI, 2011, p. 25). Para a intelectual, no sentido de combater preconceitos, “a transgressão é de suma importância nas mudanças sociais. É nela e por meio dela que a sociedade se transforma neste domínio e em os demais, mesmo porque se transgride em todos os espaços sociais” (SAFFIOTTI, 2011, p. 4).

Aqui invoco o termo transgressão para defender que atitudes como essa de Marcela, colaboram para subverter a subordinação, opressão e dominação do gênero inscritas e reiteradas nos seus corpos e, ao mesmo tempo, “possibilita questionar a categoria ‘mulheres’, [...] e reinterpretar a história e as potencialidades de um devir mulher” (THULER; WOYDA, 2019, p. 183). Viver suas próprias escolhas, no agora, será um desafio, mas mesmo sob estas pressões, Marcela decidiu persistir na relação:

Pra viver aquilo que eu tava sentindo, o que eu tinha vontade de viver com a Má [Marcela, namorada da minha interlocutora], tive que ter coragem de enfrentar meu ex-marido, que não perdia uma oportunidade de jogar minhas fi-

lhas contra mim e enfrentar o medo que eu sentia do que as pessoas iam falar, iam achar de mim. É assim, você ouve um monte de gente dizer que hoje em dia isso é normal, que cada um faz o que quer da vida, mas no fundo, a realidade é bem outra. Tive amigas minhas que viraram a cara pra mim, outras falavam que tudo bem, mas ficavam me dizendo: “cuidado pra não se arrepender, você corre o risco de perder suas filhas pra sempre”. A gente só entende isso quando sente na pele (MARCELA, 2019).

A orientação sexual que Marcela assumiu, ao mesmo tempo que não corresponde ao que seu ex-companheiro esperava dela (em termos de passividade e obediência), também, refuta/confronta o determinismo reservado às mulheres, como por exemplo, o destino social de serem mães, anjos tutelares, guardiãs da fé, orientadoras dos filhos e transmissoras da tradição, misteriosas, complexas e com sexualidade reprodutiva. Esses comportamentos são compreendidos como construção social, que designavam o lugar das mulheres na sociedade e na família e isto é, historicamente, a principal causa da dominação do sexo masculino sobre o sexo feminino (THULER; WOYDA, 2019).

À mulher, se reserva o papel de um ser cordato, de comportamento cândido e moralista. Um ser sensível e vulnerável, que é guardada pelo pai (primeiro dono) e posteriormente, entregue ao marido (novo dono), conduzida por um rito de repasse de propriedade, que por muitas vezes ela se sujeita com alegria. Mas, o conto de fadas não se aplica a todas as vidas, para Marcela, por exemplo, a transferência de posse não lhe proporcionou o menor resquício de satisfação, como os eventos narrados por ela indicaram ao longo deste capítulo.

Entre uma vivência reta/descente (segundo os ditames conservadores) e infeliz e uma felicidade incerta, pela primeira vez minha interlocutora decidiu arriscar viver seu desejo. O preço? Marcela relata que está sendo bastante alto, pois ela nunca havia se separado de suas filhas, tampouco experimentado a rejeição delas. Longe de querer fazer juízo de valores, as consequências da opção de Marcela em se distanciar das filhas para viver uma união homoafetiva só o futuro revelará. Por hora, o que está em curso é a abertura de uma trilha que ela optou por desbravar. Isso se contrapõe à histórica regulação da agência feminina pelo masculino, ou seja, as vivências/escolhas da mulher terem que corresponder ao que os homens entendem como certo, independente do agrado ou não delas. Entretanto, a efeito de punição, quando há insurgência da mulher, não raro as consequências são o desprezo social e a violência, assim como a trajetória de Marcela indica.

3.7 Campo de pesquisa e as (re) relações da violência machista

Para mim é importante assinalar uma característica do meu trabalho de campo. De início, eu estava empenhada no estudo da violência contra a mulher em seu aspecto pontual, com foco no que estava posto, os fatos trágicos que as narrativas traduziam, a agressão, a quase morte, sem considerar o contexto permeador desse desfecho, a histórica submissão da mulher ao patriarcado estrutural. A vista disso, as narrativas das minhas interlocutoras revelaram aspectos cotidianos e estruturais da violência machista que me levaram a refletir sobre a base que possivelmente assenti o ato final, a subalternização histórica da mulher. Embora pareça clichê, todo fim tem um começo.

“O último gesto que é o crime, é o produto de vários gestos menores que estão na vida cotidiana e que não são crimes, mas também são agressões” (SEGATTO, 2020). Esta frase foi proferida pela antropóloga feminista, já mencionada neste texto, Rita Laura Segatto, que com usual lucidez, defende que a violência sutil/corriqueira, infligida sobre as mulheres, praticada por homens, é um campo fértil para a conformação de atos graves, como as violações, por exemplo. Por analogia ao pensamento de Segatto, pode-se entender que a morte de inúmeros corpos femininos e feminizados, são fruto da semente machista cultivada. Ou seja, parece aceitável conceber que o feminicídio é o desdobramento dessa violência ordinária que recai sobre a mulher. Um sintoma da história.

A mulher, a qual se humilha, encarcera, usa, marca, esfaqueia, provavelmente, é vista pelo homem opressor como um ser menor/menorizado, não humano. Entretanto, esse homem, nasceu menino, concebido por uma mulher, a quem, supostamente, ele ama/amava. Desse modo, suscita-nos a pensar: entre o amor e a tiranização do feminino, vislumbrando esse feminino num sentido *latu*, como imagem identitária do ser, o que se oculta? Como não perceber como humano alguém da própria espécie? Sem intenção de psicologizar a discussão, por acaso o ser mulher, aos olhos desse homem, sofre mutações conforme ele cresce, se desfigura? Ou a tiranização é algo aprendido pela reprodução social? Essas são perguntas que me fiz ao longo do meu trabalho de campo e que, talvez nunca encontre as respostas concretas. Mesmo assim, sinto-me à vontade para observar que o ódio e o desprezo ao outro (a outra) não se adquire no parto. O que reside entre sentir e o não sentir, entre o amor e a facada, é o desrespeito opressor que começa no: “isso é coisa de mulher”, “lugar de mulher é na cozinha!”

Por outro lado, a mulher não está só na condição de humanidade menor, a pessoa negra, a pessoa *gay*, a pessoa nordestina (no contexto brasileiro), a pessoa com algum tipo de deficiência, a pessoa indígena, também compõem o grupo dos minorizados. Estes, por sua vez, servem, entre outras coisas, de focos para piadas e chacotas cruéis, que rebaixam, desqualificam, desumanizam e autorizam a barbárie, o esquecimento/abandono e até mesmo o sa-

crifício desses corpos. Afinal de contas, para que serve um corpo negro, feminino, pobre e pestilento, contemplado pelo vírus HIV ainda nascituro, num contexto em que importa o branco, hétero, saudável e bem-sucedido? Por quais provações esse corpo dispensável é suscetível?

Talvez, essas perguntas sejam respondidas pela vida e palavras de Beatriz, cuja trajetória de vida dará sustentação para a construção do próximo e último capítulo, o qual nomeei Beatriz – narrativas e construção de si. “A violência e sua descida ao ordinário”, como inspira Veena Das (2020).

Brevemente, informo que sendo negra, pobre, soropositivo, filha de uma mãe prostituta, dependente de álcool e drogas e de um pai presidiário, Beatriz, mesmo a contragosto, relaciona-se intimamente com o sofrimento, mediado por vários tipos de violência, desde a tenra infância. Inclusive, a violência do preconceito que, além de produzir o isolamento entre os indivíduos, introduz a desconfiança entre os pares e funciona nos moldes de uma severa autopunição provocada pelo sentimento de culpabilidade (GOFFMAN, 2008).

4 BEATRIZ – NARRATIVAS E RECONSTRUÇÃO DE SI

Conforme já mencionado neste texto, conheci Beatriz na Casa-Abrigo Edna, em julho de 2018, durante minha participação das atividades do Projeto Pró-Mulher, do Departamento de Psicologia da UEM, dentro do serviço de abrigo. Quando chegamos à Casa-Abrigo, Beatriz e seus dois filhos, Isaac, de dois anos e sete meses e Davi, de pouco mais de dois meses, já estavam sob medida protetiva no local há pouco mais de um mês, segundo sua fala na época.

Nosso primeiro contato aconteceu em companhia de Amanda (psicóloga), em um acolhimento do Pró-Mulher, cujo objetivo central era estabelecer aproximação com as mulheres abrigadas naquele período. Ao longo das minhas visitas à instituição, consegui razoável conexão com Beatriz, possibilitada por meio de conversas que travamos, especialmente as informais, em momentos de interação nas áreas comuns, tais como o salão principal e o pátio do local.

Entretanto, foi no pós-abrigo que conheci com mais profundidade sua trajetória de vida e suas memórias relatadas com histórias do cotidiano. Diante da aproximação com Beatriz e Marcela, como já registrado em momento anterior neste texto, obtive autorização para frequentar a casa onde as famílias passaram a residir juntas quando deixaram a Casa-Abrigo. As visitas aconteceram de maneira contínua, mas espaçadas e de forma irregular (sem dia e hora marcados), entre os meses de agosto de 2018 a outubro de 2019.

Os relatos apresentados neste capítulo, são frutos de diálogos empreendidos neste período de convivência com minha interlocutora, dos quais, parte estão registrados em diários de campo e parte trago guardados na minha memória.

4.1 A história

A trajetória de vida de Beatriz se inicia em 14 de agosto de 1991, nesta cidade de Maringá-PR. Ela chegou ao mundo em maternidade de hospital público, por meio de parto normal conduzido pelas mãos de parteiras. De maneira sintética, inicialmente foi assim que minha interlocutora descreveu seu nascimento, replicando as informações passadas por sua avó, a Senhora Damiana.

Durante o período em que tive acesso à Casa-Abrigo Edna, de julho a agosto de 2018, geralmente às segundas e quartas-feiras, tive oportunidade de falar a sós com Beatriz poucas

vezes. Em uma ocasião em que ela se encontrava sozinha no pátio sob as árvores, observando as atividades do Pró-Mulher com as crianças, puxei assunto com ela, sob o tema da maternidade e seus desafios. Perguntei-lhe sobre a experiência de estar na Casa-Abrigo com duas crianças, sendo uma ainda de colo. Ainda pouco receptiva à conversação, ela me respondeu direta: “se pra mim é difícil estar aqui, imagina pras crianças. O Isaac toda hora pede um doce, um suco, pede pra ir na vovó Damiana. Eu digo pra ele que logo, logo. Só isso. Não tenho o que fazer” (BEATRIZ, 2018). Nesse dia nosso diálogo não foi a diante, interrompido pelo choro do bebê.

Em outra visita, enquanto eu, Amanda e Liana, esperávamos pelas crianças no saguão, para darmos início às atividades do Pró-Mulher com os pequenos, avistei Beatriz com o bebê no colo, sentada no sofá da sala de estar. Ao perceber a televisão desligada, aproximei-me e um pouco mais à vontade (não sendo eu, um rosto estranho), iniciamos uma conversa amistosa, banal. Dessa vez, foi ela quem me perguntou se eu era ou não mãe. Respondi a ela que sim. Com abertura para falarmos sobre familiares, perguntei sobre sua família e ela revelou não ter conhecido sua mãe, nem seu pai, mas demonstrava estar pouco disposta a falar sobre o assunto. Talvez porque, exceto nos locais de acomodações individuais (quartos), a Casa-Abrigo não é um local onde se possa falar de assuntos delicados/íntimos com privacidade. Isso porque os ambientes são comuns e, claro, a todo momento pode-se ser surpreendido por um terceiro no intercâmbio, como de fato ocorreu nessa conversação. Diante disso, os temas mais sensíveis da vida de Beatriz foram abordados no pós abrigo, quando ela já estava estabelecida na Rua Caxambú, junto da família de Marcela, conhecida na Casa-Abrigo Edna, como pontuado anteriormente.

Com o endereço assentado, passei a visitar Beatriz e depois de estabelecermos considerável proximidade, os temas abordados em nossa interlocução ficaram mais profundos, íntimos e densos. Depois de pouco mais de dois meses de acesso à residência, em 21 de novembro de 2018, a pedido de Beatriz, fui até a casa para levar suprimento de leite, tendo em vista algumas dificuldades financeiras que as famílias estavam passando. Era final de tarde de sexta-feira e ao chegar no portão, deparei-me com uma senhora em trajés simples, sorriso tímido, com modos muito gentis, que me cumprimentou com delicadeza e partiu rapidamente. Era Damiana, avó de Beatriz.

Adentrei já ouvindo o resumo de minha interlocutora que vinha ao meu encontro afirmando se tratar de sua avó, que foi quem a criou. Assim, no ensejo que a situação proporcionou, após os cumprimentos com um abraço, como era de costume dela, e de nos acomodarmos em cadeiras disponíveis na pequena garagem, Beatriz iniciou um relato sobre sua família.

Segundo ela, sua mãe, Carmem, faleceu logo após seu nascimento. Sobre seus três irmãos, disse-me ter conhecimento de que os dois meninos foram encaminhados para a adoção e não se sabe de seus paradeiros. Gabriela, a mais velha da irmandade, fora criada por uma tia avó, mas mesmo com endereço conhecido, não mantinham contato regular. A síntese acerca do pai, já falecido, é de que ele era presidiário e não o conheceu pessoalmente. Em certo ponto da conversa, embora um pouco constrangida, mas com serenidade, Beatriz me falou pela primeira vez de fatos íntimos de sua história:

Na verdade, minha mãe... Como posso te dizer? Ela, ela era mulher da vida, sabe? Prostituta mesmo. Não conheci ela, quando morreu eu não tinha nem um ano. Tudo que sei dela é minha vó Damiana que contou. Vó Damiana fala que ela [mãe de Beatriz] era uma pretinha danada de bonita, desde mocinha deu trabalho com esse negócio de homem, era namorada que só vendo e acabou na vida. Acho que por conta desse tipo de vida que ela levava, o jeito que ganhava a vida, ela foi pras drogas e acabou pegando AIDS na rua e morreu bem nova, não tinha nem trinta anos (BEATRIZ, 2019).

Ao me confidenciar o fato, Beatriz me encarou, olhou-me firme nos olhos, como se procurasse em meu semblante algo que denunciasse repúdio, reprovação ou qualquer coisa semelhante. E continuou:

Dos meus três irmãos, só conheço a Gabriela. Ela é irmã por parte de mãe, meu pai morreu na cadeia, o pai dela não sei quem é. Ela agora é casada, mãe de duas meninas. Minha irmã tem uma vida de luta, trabalha duro pra viver, mas até onde sei, a vida dela é boa, me sinto feliz por ela. Por ser a mais velha, ela nasceu limpa, sem a doença [HIV²⁹]. Ela teve sorte, veio com saúde perfeita, já comigo foi diferente, vim pra esse mundão com o vírus da AIDS. Não gosto muito de falar, mas é isso. Não é que quero negar que tenho a doença, mas procuro não falar muito sobre isso, sabe como é? Nem todos entendem que a gente não é diferente de quem não tem essa doença (BEATRIZ, 2019).

No entanto, a condição de saúde de Beatriz não era exatamente uma novidade para mim, pois no período em que frequentei a Casa-Abrigo Edna, essa informação circulava entre os que lá estavam de forma descuidada e, devo dizer, um tanto leviana. Na época, Leila, que era a abrigada mais antiga daquele grupo, estando no serviço por quase um ano, (Leila estava em situação e rua, por isso permanecia na Casa-Abrigo) e que também era portadora do vírus

²⁹ A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA/AIDS) é causada pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV). Ele é mais comumente transmitido durante a relação sexual sem uso de preservativo e pela troca de fluidos corporais. O contágio também pode acontecer durante a gravidez, no parto, em transfusões sanguíneas, transplantes de órgãos, pela amamentação e por compartilhamento de agulhas contaminadas. <<http://www.aids.gov.-br/pt-br/publico-geral/o-que-e-hiv>> . Acesso em 1 de jul. de 2020.

HIV, mencionou a sua condição e de Beatriz durante o primeiro contato que tivemos na entrevista do Pró-Mulher. Leila não foi a única pessoa a relatar o fato, um membro da equipe administrativa, entre outras coisas, teceu comentários acerca da saúde de Beatriz e claro, da própria Leila, em conversas informais: “aqui lidamos com todo tipo de gente, criança com piolho, mãe que não quer cuidar dos filhos, mulher com AIDS, como o caso da Leila e a Beatriz, por exemplo”. Essa fala ouvi de Selma, uma das educadoras de base da Casa-Abrigo Edna, enquanto tomávamos um café, recostadas na parte externa do balcão da cozinha.

Nesse sentido de atualização de situações, Veena Das (2020, p. 151) pontua que “o rumor ocupa uma região da linguagem com o potencial de nos fazer experimentar eventos, não simplesmente assinalando-os como algo externo, mas produzindo-os no próprio ato de contar”.

Para Beatriz, o ato de outrem, em construí-la por uma narrativa com base em elementos superficiais do seu “eu”, como sua condição de saúde, por exemplo, não é uma novidade, o que pode ser identificado quando ela diz:

Faço o máximo para manter segredo sobre minha doença. Porque, se ficam sabendo que a gente tem a doença, as pessoas falam mesmo, sei disso. Sei também que as pessoas fazem comentários maldosos quando não estão na sua frente. Isso não é novidade pra mim, já passei por várias situações desagradáveis na vida. Quando eu era criança e não podia me defender, na rua me chamavam de neguinha doente, de aidética, eu chorava, só isso. Nasci e me criei até os quatorze anos no mesmo bairro, na mesma casa, então, toda vizinhança sabia da minha história, da minha doença. E tinham as feridas na pele que apareciam direto, quando sarava uma, vinha outras, outras e mais outras. Cada ferida que ia embora, era uma cicatriz que ficava, por isso tenho manchas esbranquiçadas na pele (BEATRIZ, 2019).

Nessa linha de (des)qualificar o outro com base em suas características, sejam elas físicas ou de outra ordem e, quando essas não atendem aos padrões de “normalidade” socialmente impostos, encontramos respaldo na concepção de estigma de Goffman (2008). Em um estudo pioneiro sobre o tema, o autor define o indivíduo estigmatizado como sendo aquele que assume características diferentes das que a sociedade avalia como positivas. Em seu trabalho Goffman (2008, p. 17) esclarece que “a noção de estigma é compreendida como um atributo que implica desvalorização, inferioridade e situa a pessoa em uma posição de desvantagem”. Ainda segundo o autor “a vergonha se torna uma possibilidade central, que surge quando o indivíduo percebe que um dos seus próprios atributos é impuro e pode imaginar-se como um portador dele” (2008, p. 17). O externo, no caso o preconceito das pessoas, causa al-

terações de como a pessoa estigmatizada se vê e isso pode influenciar nas decisões que ela toma, especialmente nas relações interpessoais.

A AIDS irrompeu no cenário público no início da década de 1980 e, como um fantasma, assombrou a sociedade nos anos seguintes. A doença ainda pouco conhecida era cercada por preconceito e falta de informação, além de dificuldades no tratamento. Os portadores de HIV eram rotulados como pessoas fadadas à morte.

A AIDS é uma manifestação clínica avançada da infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV). Geralmente, a infecção provoca uma imunossupressão progressiva, atingindo especialmente a imunidade celular. Tais alterações acabam por resultar em infecções oportunistas, conhecidas como doenças indicadoras e/ou manifestações que são condições definidoras da AIDS, quando em presença do HIV. De acordo com Kourrouski (2008), o HIV pode ser transmitido “pelo contato sexual com parceiro HIV positivo, pela exposição parenteral ao sangue e seus derivados, [...] compartilhamento de agulhas entre usuários de drogas injetáveis, contato com hemoderivados contaminados e transfusão de sangue, plasma ou hemocomponentes” (KOURROUSKI, 2008, p. 23-24).

Inicialmente a doença foi identificada como uma síndrome que acometia indivíduos do sexo masculino que tinham em comum a homossexualidade. Essa identificação clínica ocorreu primeiro nos Estados Unidos, assim como a classificação dos homossexuais masculinos como grupo de risco. Essa associação chegou a tal ponto que a doença, recém-descoberta, chegou a ser chamada de GRID (*Gay Related Immunodeficiency*) nos meios científicos e de câncer *gay*, peste *gay* ou peste rosa, pela imprensa e pela opinião pública. Havia também a classificação 5H: Homossexuais, Hemofílicos, Haitianos³⁰, Heroinômanos (usuários de heroína injetável) e prostitutas (DANIEL; PARKER, 1991).

Desse modo, observa-se que o HIV ficou associado à personalidade desviante, cuja conduta pessoal e o comportamento sexual reforçavam, no imaginário coletivo, a noção de que a AIDS era efeito de condutas reprováveis do ponto de vista da moralidade preconizada pelo *status quo*. Ou seja, a doença era fruto do desvio de comportamento e das práticas nefastas para se conseguir dinheiro, ou ainda, daqueles que se drogavam de maneira irresponsável.

O perfil de Carmem, mãe de Beatriz, corresponde ao que circulava no imaginário coletivo, como descrito acima, em relação às pessoas infectadas pelo vírus HIV. Contudo, a fala de minha interlocutora indica que ela se tornou herdeira compulsória do vírus e do preconceito social que as pessoas infectadas enfrentam. Desde muito cedo, ela precisou aprender a con-

³⁰ Entre 1977/78, os Estados Unidos, Haiti e África Central apresentam os primeiros casos da infecção pelo vírus de HIV, definida em 1982. Disponível em: < <http://www.ioc.fiocruz.br/aids20anos/linhadotempo.htm>>. Acesso em 6 de jul. de 2020.

viver com os sintomas da doença, somados aos desafios impostos pelo estigma de ser portadora do vírus HIV, mesmo tendo sido adquirido por meio de transferência vertical, que é quando o vírus passa da mãe para o bebê durante a gestação, o trabalho de parto, o parto propriamente dito (contato com as secreções cérvico-vaginais e sangue materno) ou a amamentação (Protocolo para Prevenção de Transmissão Vertical de HIV e Sífilis, 2007).

4.2 Representações do corpo, saúde e doença

Estima-se que 34 milhões de pessoas no mundo sejam portadoras do vírus HIV. Apesar de o vírus ter sido identificado apenas em 1984, mais de 35 milhões de pessoas morreram de AIDS, o que a caracteriza como a mais destrutiva pandemia da história³¹. Os efeitos fragilizantes causados pelo vírus enfraquecem o sistema imunológico dos infectados, tornando-os receptivos a vários tipos de doenças, como as respiratórias e dermatológicas, a exemplo do caso de Beatriz, aqui em tela. Em particular, ela fala das implicações corporais que a doença promoveu sobre sua fisicalidade, como a magreza, as lesões da pele e mucosas e como isso interferiu/interfere em suas relações sociais:

A pior fase que me lembro de criança é da escola. Eu levava as coisas que eu ia usar, a colher o copo, meu prato. Minha vó colocava tudo na bolsa, nunca soube se era porque a escola exigia ou minha vó que queria assim. Lembro que as outras crianças da minha sala preferiam não encostar em mim. Nas brincadeiras (eu amava brincar, pular, me divertir) quando esqueciam e chegavam bem perto ou me seguravam de algum modo, ficavam sem graça e se afastavam. Os moleques eram os mais agressivos, me chamavam de doença, tipo como se fosse um apelido, sabe? Não me tratavam pelo nome, sempre de uma coisa ou outra: olha a magricela cor de canela. Tinha umas professoras também que me olhavam estranho. Na época eu não entendia direito, mas hoje penso que elas mantinham distância por cisma [medo] da doença que dava pra ver pela minha pele (BEATRIZ, 2019).

Diante da fala de minha interlocutora, encontro esclarecimento no pensamento de Furtado (2012), quando a pesquisadora diz que os sujeitos que não se enquadram na norma idealizada são marginalizados, passando a fazer parte dos grupos denominados minoritários. Nestes grupos estão inseridos os negros, os deficientes físicos, os cegos, os obesos, os homossexuais, os índios, os surdos e todos aqueles que possuem algo que os caracterize como diferentes.

³¹ Para mais informação, acessar o site da OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde < https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5666:folha-informativa-hiv-aids&Itemid=812>. Acesso em 13 de nov 2020.

Assim, podemos compreender que os grupos minoritários são produzidos nas relações de poder e que quando determinados grupos são nomeados como minoritários, estão automaticamente sendo concebidos como os outros. Esse processo é a prática de fazer com que o outro seja pensado, produzido e idealizado como diferente e, portanto, não pertencente ao meu grupo. No caso de Beatriz, o poder daqueles que a tratavam com (in)diferença, emanava do fato de eles se considerarem não doentes, ao menos em tese (Furtado, 2012). Neste contexto, observa-se que Beatriz revela que os meninos (em relação às meninas) eram mais agressivos sobre o fato de ela ser soropositivo e trazer marcas no corpo (um dos sintomas da AIDS).

Um estudo sobre homicídios feito pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), publicado em 2014³², apontou que 95% dos assassinos no mundo são homens. Eles também são a maioria das vítimas de mortes violentas. Para Jocelyn Viterna, professora de Sociologia da Universidade de *Harvard*, a socialização é um fator importante. "Várias pesquisas sociológicas demonstram que os meninos e os homens são socialmente recompensados por serem fisicamente fortes e dominantes, e socialmente ridicularizados se demonstram fragilidade ou submissão", explica à BBC Mundo a professora de *Harvard*.

Sem a pretensão de discutir “se” ou “por qual razão” sujeitos do sexo masculino são mais ou menos propensos a cometerem atos violentos/abusivos, a abordagem só foi realizada a fim de observar que os relatos de violência vividos por Beatriz na infância (em maior incidência por parte dos meninos), são um fenômeno reconhecidamente doloso e recorrente, sendo, inclusive, objeto de pesquisa em renomadas instituições acadêmicas mundo afora.

Quando perguntei sobre como Beatriz reagia aos ataques na escola, especialmente aos dos meninos, ela revelou sua estratégia:

Aprendi a conviver com as provocações. Isso não significa que não era doído, doía bastante. Teve uma época que na hora do recreio eu preferia ficar dentro da sala de aula, ficava quieta lá. Gostava de desenhar, pegava a merenda na cantina [as tias da merenda eram boas, atenciosas] e voltava para sala, comia e depois ficava desenhando e pintando. Meus desenhos não eram muito bonitos, mas eu gostava mesmo assim [risos]. Daí, as vezes acontecia de alguma menina legal entrar na sala e a gente brincava como toda criança que se diverte no recreio (BEATRIZ, 2019).

Beatriz fala também como sua avó, a Senhora Damiana, empenhava-se em convencê-la a usar vestimentas que pudessem resguardar o corpo o máximo possível, tornando mais privado suas características físicas, sua corporalidade:

³²Ver reportagem completa de Margarida Rodrigues a BBC Mundo, disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional37730441#:~:text=Estudo%20sobre%20homic%C3%ADdios%20feito%20pelo,das%20v%C3%ADtimas%20de%20mortes%20violentas.>> Acesso em 12 de nov. 2020.

Minha vó Damiana insistia que eu usasse calça de moletom e camiseta. Não tenho lembrança de usar vestidos, saias, bermudas, nada. Era calça e camiseta larga. Foi assim até quase chegar na adolescência, quando as coisas mudaram. Era muito ruim, mas minha avó me dizia que assim as pessoas não veriam meu problema na pele e escondia a magreza [risos] (BEATRIZ, 2019).

Minha interlocutora me relatou que deixou de frequentar a escola no início da adolescência. Segundo ela, ingressou e abandonou o ano letivo algumas vezes e nessas idas e vindas ao ambiente escolar, período compreendido entre 1997 a 2005, afirma que concluiu, oficialmente, o quinto ano do Ensino Fundamental. Sobre o processo de abandonar a escola, ela afirma que:

Quando eu era pequena, tinha vontade de sair da sala de aula e ir pra minha casa, não gostava da escola. Eu ia na escola e acabava indo embora. Mas, com uns dez ou onze anos, conheci umas meninas, a Maila e Juju [Juliana] e ficamos amigas. A gente era da mesma escola, mas de bairros diferentes, daí comecei a ir aonde elas moravam e lá fui conhecendo outras pessoas, outras amigas, os rapazes também. Me envolvi com o Dalton, um cara mais velho que mexia com som de carro, ele tinha uma oficina, a gente fugia da escola, ia lá e ficava um tempão, era divertido. Com o tempo parei de frequentar as aulas, porque faltava muito e quando voltava ficava perdida no que a professora tava falando, não conseguia acompanhar (BEATRIZ, 2019).

Não é possível saber se as dificuldades enfrentadas por ser soropositivo foram o fator preponderante para Beatriz se distanciar da escola. No entanto, podemos perceber em suas falas que ela relaciona o sofrimento à escola. Talvez por esta ter sido palco de acontecimentos dolorosos, de intolerância, não aceitação, especialmente com questões ligadas as suas condições físicas aparentes, como o caso das feridas na pele e sua magreza. Ao que consta, sua busca era por pertencimento. Esse indício reaparece quando ela menciona alguns fatos sobre sua relação com os colegas de sala de aula:

Eu tinha 9 anos e me lembro que a Mirella, uma menina bem de vida que estudava comigo no terceiro ano, fez uma baita festa de aniversário, não se falava outra coisa na classe. Eu, na minha inocência fiquei esperando o convite para participar, mas ele nunca veio. A tal festa ia ser num final de semana, na casa dela, que era perto da minha. Então, durante vários dias eu chegava em casa e dizia pra minha vó que ela não tinha me convidado ainda e a vó dizia pra ter calma, talvez no outro dia. Quando chegou a sexta-feira antes do final de semana da festa e nada aconteceu fui pra casa chorando, minha vó que me consolou. A gente não tem todas as lembranças do tempo de criança, mas tem aquelas que ficam marcadas, ainda mais porque, nesse dia, lembro do meu primo, Lucas, falar que ninguém ia querer uma neguinha feridenta na sua festa de aniversário. Só daí que entendi o motivo (BEATRIZ, 2019).

Nesta última fala de Beatriz, chama atenção a referência que ela faz sobre Mirella ser bem de vida, como se a percebesse sendo alguém de um poder aquisitivo maior que o seu. Isso, mesmo diante de evidências que a aniversariante não fosse de família abastada, tendo em vista estudarem na mesma escola e viverem no mesmo bairro humilde. Observa-se a presença de um sentimento de inferioridade em relação à colega, talvez alimentado pelo evento da festa de aniversário ou até mesmo pelo distanciamento causado pelo não convite.

Minha interlocutora disse não guardar memória de quantos ou quais alunos da sua antiga sala foram à comemoração. O que ela tem registrado é o fato de não ter participado e a dor que isso causou, especialmente por acreditar que não fora convidada à festa por suas condições físicas e de saúde. Condições estas que, aparentemente, não suprimiam o desejo de ter uma vida social ativa, ou seja, os impedimentos eram de outras ordens, sejam elas financeiras ou do preconceito pelo que seu corpo representava, no caso, a AIDS.

4.3 Violência, sexualidade e HIV

Os relatos da vida cotidiana de Beatriz indicam que os dilemas de uma pessoa com o vírus do HIV transcendem os limites da luta pela manutenção da saúde. Além da convivência com o vírus e as implicações que ele acarreta, por ser um agente ameaçador do seu bem-estar físico, ela evidencia outro sintoma da doença, causador de sofrimento: a rejeição social como reflexo do preconceito às pessoas soropositivas, vinda também daqueles mais próximos, a família. Somado a isso, percebe-se nas falas de Beatriz, o esforço contínuo de esconder a doença, as vezes ocultando a si mesma, temendo reações violentas.

Nesse ponto, aproprio-me da fala de Veena Das (2020, p. 98), para argumentar que “apresentar um caso aqui [...] não é oferecer um exemplo de uma regra geral ou uma exceção dela, mas mostrar como novas normas emergem em experimentos com a vida”. A obra de Das cumpre um diligente trabalho de compilar termos e conceitos criativamente instrumentalizados para a pesquisa sobre violência e sofrimento, sob apurado valor analítico ao permitir conjugar a amplitude de determinados eventos à particularidade de trajetórias individuais, ancorado e assimilado na experiência do dia a dia. O foco de Das é averiguar como a violência desce ao cotidiano, no ordinário da vida das pessoas (VIEIRA, 2010).

O livro, fruto de extensa pesquisa de campo com famílias urbanas punjabi, vitimadas pela partição da Índia, anteriormente descrita na nota de rodapé 21, e o assassinato da Primeira-Ministra indiana, Indira Gandhi, por um de seus seguranças *sikhs*, em 1984. O fato de-

sencadeou uma série de ataques violentos de hindus aos *sikhs*, trazendo uma significativa contribuição ao pensamento contemporâneo sobre a violência e como esta afeta a vida cotidiana (VIEIRA, 2010). Além disso, a autora aborda a atualização do sofrimento modelado pela prática do rumor, uma linguagem que é capaz de perfazer um elo de continuidade entre eventos distanciados no tempo físico, arrastando o ontem para hoje. Os rumores exercem um campo de força que atrai as pessoas para agirem de determinada maneira, construindo verdades sobre o terreno arenoso do “disse que me disse”, “palavras pronunciadas que não pertencem a ninguém em particular” (DAS, 2020, p. 147). No caso de Beatriz, emerge em suas falas, que se construiu uma verdade sobre a pessoa dela, erigindo-a como uma espécie de sepulcro maligno, do qual seu corpo visível seria a porta de entrada, pondo-a numa condição de humanidade menor, indigna de respeito e afeto dos seus conviventes.

Gradativamente, o grande temor coletivo, a sentença do “abraço da morte”, como ocorria nos anos 1980 e 1990, abrandou-se, concomitante aos avanços da medicina no tratamento e cuidados às pessoas com HIV. No entanto, na história de Beatriz, os rumores e mexericos serviram como pano de fundo para seu sofrimento, iniciado na infância e refletido na adolescência, juventude e alcançado a fase adulta. Os comentários de vizinhos e familiares acerca da sua condição de não saúde, materializados na observação de suas marcas corporais, contribuíram não só para acentuar o sofrimento dela, mas também para reforçar a imagem de impureza (Goffman, 2008) das pessoas com o vírus do HIV, ao menos no sentido microssocial.

Aos quatorze anos, Beatriz recebeu informações médicas que, teoricamente, a libertariam dessa figuração representativa da doença. Segundo ela:

Desde pequena, ia no médico toda semana. Sempre estávamos nos hospitais, eu e minha avó. Era rotina. Querendo ou não querendo, minha vó Damiana fazia eu ir. Esperava, esperava e esperava até não aguentar mais por um atendimento. Chegava cedinho e só ia embora a tarde, com fome. Vó Damiana, coitada, não tinha dinheiro pra comprar comida na rua, tudo caro, me dizia ela. Mas, no final foi bom, ainda bem. Eu estava mocinha já, quando comecei tratar com a Dra. Lúcia, foi ela que me disse que aquilo na pele era doença alérgica. Ela passou o remédio certo e as feridas sumiram do meu corpo. Tanto sofrimento por nada (BEATRIZ, 2019).

Beatriz não soube me dizer a que possuía manifestações alérgicas, se eram provenientes de substâncias tóxicas, como sabão, creme etc., ou por ingestão de alimentos (intolerância a glúten, por exemplo). Suas memórias circulam em torno dos efeitos que as lesões provoca-

ram em sua vida cotidiana por serem consideradas, pelo achismo popular, como sintomas da AIDS, incluindo-a num grupo de indesejáveis pestilentos:

Vivia numa casa pequena, eu, minha avó, que era dona do imóvel, uma tia [Leda] e três primos, o Lucas, o Miguel e a Vanessa, uma escadinha. O Lucas era o mais velho, eu vinha em segundo e depois a Vanessa. Minha tia Leda vivia dizendo pra minha prima não usar as coisas comigo [roupas, utensílios, produto de higiene], falava que ela ia ficar igual eu, que ia pegar as feridas da AIDS. Ela apontava pra mim e dizia “você quer ficar assim?” Eu tinha problema de pele sim, mas a médica, Dra. Lúcia, disse que era outra coisa, que não era da doença que eu nasci, dava pra tratar, não era nada demais. Era doença alérgica severa, não tratada (BEATRIZ, 2019).

Afirmando estar sob forte pressão familiar, Beatriz diz ter tomado uma decisão arriscada:

Teve um dia, eu já estava pra fazer quinze anos e o Lucas me bateu e eu revidei. Dessa vez eu revidei. Chegou uma hora que cansei de sofrer calada, bati com o rádio da minha vó na cabeça dele. Minha vó que separou nós. Estava cansada daquela situação de ofensas, de abuso, de provocação, daí, peguei uma mochila, botei minhas coisas dentro e sumi no mundo. Apareci, do nada [sem avisar], na oficina do Dalton, que conheci através da Juju. No primeiro momento ele ficou meio assim, sabe? Foi um risco que corri, pois ele não achou a ideia muito boa. Mas, eu falei pra ele que não tinha pra onde ir, nem onde dormir, então ele acabou concordando de eu ficar lá. Ele morava na oficina mesmo, então não tinha muito espaço, era só um puxado no fundo do salão alugado. Eu ainda não tinha tido relação sexual, mas ele [Dalton] disse que eu não ia ficar lá por nada, ele queria ter as coisas [sexo] e assim que foi (BEATRIZ, 2019).

Nesse ponto perguntei a Beatriz se na época da sua primeira experiência sexual com Dalton, tinha conhecimento/noção do fato do vírus HIV ser transmitido, também, por meio da relação sexual e ela respondeu categoricamente que não, e fez algumas considerações:

As pessoas têm que entender que quem tem HIV, brinca, se diverte, tem amigos, faz coisas que não deve [travessuras], igual aos outros adolescentes fazem. Você não vai deixar de gostar dos meninos porque tem a doença, a gente sente aquelas paixonites do mesmo jeito, aquele friozinho na barriga quando vê o carinha, sabe? Eu só fiz as coisas que as outras meninas que eu conhecia faziam, não tinha maturidade para pensar se estava certo ou errado. Além do mais, eu estava fugida de casa, não tinha muita opção. Só quando fiquei mais velha, quando entendia melhor as coisas da vida, é que fui pensar em transmissão da doença, aprendi quando fui pro CTA³³. Além do mais, se

³³ Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) do Sistema Único de Saúde (SUS) é um setor responsável pelas ações de promoção, prevenção e diagnóstico das infecções sexualmente transmissíveis, com profissionais capacitados de acordo com normas do Ministério da Saúde para a execução dos testes, bem como para a entrega de resultados. Serviço responsável pelo atendimento a pessoas vivendo com HIV/AIDS (PVHA) com objetivo de prestar assistência integral e de qualidade, por meio de uma equipe multidisciplinar composta por médicos, en-

eu tivesse contado, ele ia me escorraçar de lá. Pra você ver: ele, o Dalton, quis me matar quando contaram pra ele que eu tinha a doença (HIV). Um dia aconteceu. Um primo dele chegou nele e falou: "cara, essa menina tem AIDS, você vai morrer". Morei mais de ano lá, daí fiz amizade com a vizinhança, foram umas mulheres que moravam no terreno do lado que ouviram a confusão e foram me encontrar na casa da Juju e me disseram: "caí fora porque o Baloso, contou pro Dalton que você tem AIDS e ele disse que vai te matar". Nem teve como pegar minhas coisas, saí sem rumo só com a roupa do corpo. Depois fiquei sentada num ponto de ônibus afastado a tarde toda. Já era noitinha, quando o Josiel, um cara que eu conheci ali no bairro, parou pra falar comigo. Ele passou duas vezes. Foi e voltou, me viu ali de bobeira no ponto de ônibus e acabou parando pra me perguntar o que tinha acontecido. Só falei que o Dalton [ele conhecia o Dalton] estava doido e estava gritando que ia me matar e eu estava fugindo. Ele disse: "de boa, vamos lá pra casa, lá ele não é homem pra entrar". Eu fui e passei uns dias com ele, depois voltei pra casa da Vó Damiana (BEATRIZ, 2019).

O uso do silêncio na defesa de sua segurança. Percebe-se no relato que o medo do estigma, da discriminação e da violência, desencoraja pessoas que vivem com o HIV a revelar sua sorologia, inclusive aos parceiros sexuais. Essa atitude pode ser compreendida como o "que é indizível nas formas da vida cotidiana" (DAS, 2020, p. 130).

Nestes termos, a conduta do silêncio não é necessariamente uma ação mal intencionada, mas sim uma precaução a vivenciar circunstâncias de desconforto ou abuso. Na situação do primeiro amante, Beatriz revela desconhecimento sobre os riscos de transmissão do vírus HIV por meio da relação sexual. Entretanto, na ocasião de nosso intercâmbio, em março de 2019, ela com 28 anos e aparentemente informada da questão, sua fala indica que mesmo ciente das consequências do sexo desprotegido, ela não reprova o fato de ter usado o silêncio como meio de prover proteção e resguardo de si. É desviar-se da violência, que opera como evento capaz de conjugar sua amplitude à particularidade de trajetórias individuais. Por outra via, em termos analíticos, a medida pode funcionar como um mutilador da sua agência humana, pois, como pontua Veena Das (2020, p. 131), "seu silêncio, também constitui sua censura". E isso, pode incorrer em reforço da condição de marginalidade, ou seja, o não dizer protege, mas também silencia reivindicações e posicionamentos da pessoa com HIV, ao direito de ser vista e entendida como ser social, digno de respeito e lugar no mundo. Um paradoxo.

fermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, farmacêuticos, psicólogos, assistentes sociais, odontólogos, entre outros. O atendimento dos casos de AIDS em Maringá se iniciou em 1987, sob responsabilidade do governo estadual, com um ambulatório de DST/AIDS, seguida pela criação do Centro de Orientação e Apoio Sorológico (COAS), viabilizado em 1º de abril de 1995, tendo posteriormente a nomenclatura alterada para Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA). Com a municipalização da saúde em 2000, os serviços ligados as DSTs/HIV/AIDS passaram a ser implementados pela Coordenação Municipal de DST e AIDS, vinculada a Assessoria de Planejamento da Secretaria Municipal de Saúde de Maringá. Disponível em: < <http://www.aids.gov.br/pt-br/sae-maringa-zona-sul>>.

4.4 A primeira passagem pela Casa-Abrigo Edna Rodrigues de Souza de Maringá

Em 27 de outubro de 2019, um sábado, logo pela manhã, recebi uma ligação telefônica de Beatriz. Na ocasião, ela me disse estar aflita com uns papéis recebidos no dia anterior, via Correios, remetidos pela Defensoria Pública de Maringá-PR. Perguntada sobre o teor do documento, ela me adiantou que Juliano, pai de seus filhos, teria data para deixar a prisão. Depois desta breve descrição do conteúdo da correspondência, ela pediu para que eu fosse até sua casa, pois sentia confiança em partilhar a notícia comigo, em virtude da minha profissão e seria mais um par de olhos na leitura e interpretação do que estava escrito no documento.

Conforme já mencionado nesta escrita, quando estive na Casa-Abrigo Edna, em 2018, estava na condição de graduanda de Serviço Social, tendo concluído o curso em maio de 2020. A título de informação, o Serviço Social é um curso superior que forma profissionais assistentes sociais, cujo objeto profissional se define no empoderamento e fortalecimento do sujeito, individual ou coletivo, na sua relação de cidadania (civil, política, social, incluindo políticas sociais), de identificação (contra as opressões e discriminações), e de autonomia para a sobrevivência, vida social, condições de trabalho e vida (FALEIROS, 1997).

Assim, devido ao fato de a profissão estar alinhada com a causa da defesa dos direitos sociais³⁴, embora não seja regra, o assistente social é tributário de certa credibilidade coletiva, especialmente por parte daqueles que necessitam de socorro para suas demandas. Eu, mesmo não tendo completado minha jornada de construção profissional naquela época, em minha convivência com Beatriz, experimentei esse efeito de confiabilidade. Isso, corresponde à fala dos meus supervisores de campo durante meu estágio acadêmico³⁵ acerca da receptividade popular ao assistente social de que, por um lado permite ao profissional acessar a vida íntima dessas pessoas e, por outro exige imprescindível responsabilidade e destreza para ouvir sem julgar, intervir somente quando requisitado ou incontornavelmente necessário.

Esclareço que fiz estas breves considerações acerca dessas nuances da profissão de assistente social, a fim de tornar mais compreensível a base da minha relação com Beatriz, que

³⁴ Os direitos sociais estão definidos nos artigos 6.º ao 9.º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e por estarem na Constituição são entendidos como direitos dos cidadãos e como obrigação do Estado. Entre eles estão o direito à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, a moradia, ao lazer, a segurança, a previdência social, proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Os direitos sociais são direitos criados para possibilitar que os cidadãos tenham as necessidades básicas para uma vida digna garantidas. (CF/1988).

³⁵ O estágio supervisionado é um dos elementos pedagógicos que colaboram para fomentar o perfil do futuro profissional. Em Serviço Social, o estágio é realizado sob supervisão direta de um(a) profissional assistente social atuante na instituição onde ocorre o estágio, comumente designado de supervisor(a) de campo e de professor assistente social vinculado à Instituição de Ensino Superior, comumente designado supervisor(a) acadêmico(a). CARTILHA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO, CFESS.

embora não fosse desprovida de afetividade, ao menos da minha parte, pautava-se também numa troca mútua de benefícios.

Os termos troca e benefícios empregados, podem soar frios e talvez vulgares. Contudo, não me parece absurdo afirmar que as relações geralmente demandam algum tipo de interesse, seja ele emocional, afetivo, biológico, político, social e muitos outros. Dito isso, chamo atenção para o fato de que para atingir minha finalidade acadêmica, foi necessário me envolver nas questões cotidianas de Beatriz e naquele mesmo sábado me dirigi até sua residência.

Como era de costume, as crianças (cinco, somadas as filhas de Marcela) esperavam por algum mimo, então levei bolo e pãezinhos que combinaram muito bem com o saboroso café de Marcela. Enquanto a algazarra se intensificava na garagem, Beatriz me chamou a um cômodo ao fundo com intensão de falarmos do documento recebido por ela. Realizei a leitura e cheguei a mesma conclusão que ela, a iminente soltura de Juliano do sistema prisional. Em outros momentos da nossa convivência, já tínhamos falado sobre os fatos que a levaram para a Casa-Abrigo Edna, porém, de forma fragmentada e superficial. Assim, como que com a intensão de me localizar nos capítulos do enredo de sua história com Juliano, Beatriz me contou boa parte do papel que ele desempenhara em sua vida até aquele momento:

O pai dos meus filhos, o Juliano, conheço ele da vida toda. Desde criancinha, temos quase a mesma idade, crescemos juntos. A mãe dele, a Joana, criou ele e os irmãos sozinha, sem pai [o pai morreu de tanto beber cachaça], sempre trabalhando pra por comida dentro de casa. Eles moravam num barraco no final da minha rua. Ele vivia solto na rua brincando, brigando, fazia de tudo um pouco [risos]. Não quis nem saber de estudar, ia na escola só pra comer e arrumar briga, confusão. Na verdade, eu tinha cisma [receio] dele. Ele pegou o caminho errado logo cedo na vida. Foi preso quando era de menor por roubo, vivia metido em encrenca, cresceu nessa vida. É a vida que ele aprendeu viver, não conhece outra. Ele era um dos moleques [meninos] que me atormentavam quando era pequena, não gostava dele. A vida é uma surpresa mesmo (BEATRIZ, 2019).

Após breve contextualização da história de vida de Juliano, ela deu uma pausa e retomou a narrativa sobre seu relacionamento amoroso com ele:

Hoje eu penso que o fato da gente se conhecer bastante, de saber da história um do outro, foi o que nos aproximou. Eu não precisava explicar nada pra ele. Minha vida, meus problemas ele já sabia. Do mesmo jeito com ele, não tinha que me contar ou esconder as coisas que ele fez, de ter sido preso e tal. Mas, nossa relação amorosa já começou complicada, nunca foi tranquila, a gente se separava e voltava, tinha muita briga, ele sempre foi muito estourado, meio agressivo, sabe? A gente brigava, eu arrumava outro cara [rapaz] pra namorar, mas acabava terminando e voltando pro Juliano. Foi assim um

tempão, nem sei dizer quanto tempo, acho que eu tinha uns dezessete anos quando comecei ficar com ele. Era uma relação tumultuada sim, mas ele me considerava, ficava comigo numa boa, a gente não se prevenia, nem nada, ele falava: “olha, seja o que Deus quiser” (BEATRIZ, 2019).

É interessante como ela assume, sem constrangimentos, que estava ciente do perfil desregrado de Juliano. Aparentemente sem pretensão de justificar seu relacionamento com ele, ao meu entendimento, Beatriz faz uma observação bastante sensível e apurada, ao pontuar que o modo de vida que ele seguiu era condizente com o que aprendeu com as experiências vividas nas ruas e as dores/durezas experimentadas por ele e sua família, tais como a extrema pobreza e abandono social, por exemplo. Ao mesmo tempo, ela dá evidências de reprovar seu comportamento, inclusive admitindo que tinha medo dele já na infância. Vacilante entre os sentimentos de afeto/empatia e medo, ela demonstra dificuldade para conceber/entender o que a levou a se relacionar com seu antigo provocador, sugerindo que a vida lhe tivesse pregado uma peça, como fica perceptível na frase “a vida é uma surpresa mesmo” (BEATRIZ, 2019).

A fala seguinte dela traz luz a sua aparente nebulosidade avaliativa do caso, pois se percebe que na companhia de Juliano, Beatriz se sentia plenamente aceita, sem precisar se ocultar na relação, daí sua atração por ele. Entretanto, o temperamento inconstante do companheiro, impunha a ela um preço alto a ser pago pelo acolhimento que muitas vezes lhe fora negado: vivenciar a violência machista emitida por ele.

Desse modo, os dilemas de Beatriz mostram que o narrado e o vivido se entrecruzam e ensejam reflexões sobre a capacidade de expressar e comunicar o sofrimento do outro, além da maneira pela qual a violência preconceituosa reverbera no sujeito e em suas escolhas, sejam elas conscientes ou não.

Assim, num exercício de converter a dor em palavras e as palavras em escrita, no estilo de Veena Das, seguimos com a fala de minha interlocutora:

Fui morar definitivamente com o Juliano em 2013, logo depois que ele saiu da cadeia. Ele puxou quase dois anos por assalto à mão armada. Eu sabia o jeito dele: nervoso e brigão, mas ele saiu da cadeia e disse que queria mudar de vida, que ia trabalhar e ter uma família. O problema é que não demorou pra situação complicar de novo, logo ele voltou a usar muita droga e se meter em confusão com a polícia. As drogas fazem parte da vida dele desde criança e os roubos também, uma coisa caminha com a outra, daí a polícia sempre estava atrás dele e dos parceiros dele. Se estava tudo bem [sem a polícia no encaicho] e se ele não tivesse muito drogado, era bom comigo, a gente se curtia e tudo mais. Só que era assim: eu nunca sabia como ele ia chegar em casa. Uma vez, era época de carnaval, em 2015, ele chegou da rua de madrugada bem louco, dizendo que eu tinha entregado ele pra polícia. Nossa, aquilo não era verdade! Daquela vez não foi só empurrões e tapas, levei uma sur-

ra, sem dever nada. Era assim, ele ficava paranoico por causa das drogas. Pra mim, ele tinha saído pior da cadeia. Quinze dias depois disso descobri que estava grávida do meu primeiro filho, Isaac (BEATRIZ, 2019).

A fala de Beatriz é novamente marcada por notável inteligibilidade acerca do temperamento violento de Juliano e também, aparentemente ancorada na esperança de que ele tivesse deixado a prisão com projetos de vida condizentes com os dela, o de constituir uma família juntos. Sem querer incorrer em essencialismos, elenco aqui apenas como ponto analítico, que a narrativa de Beatriz evidencia que ela não experimentou uma vida pregressa familiar convencional, com pai, mãe, irmãos vivendo sob o mesmo teto. Ao contrário, nunca conhecera os pais e dois dos irmãos. A escrita não me permite imprimir o que revelava o gestual, a corporalidade de minha interlocutora, quando me falou da ausência dos pais em sua vida. No entanto, sinto-me confortável para enfatizar que sua expressão era carregada de bastante emoção e, devo dizer, de acentuado pesar, especialmente pela ausência materna experimentada na infância.

Assim, ao se descobrir grávida de Juliano, talvez, sua condição de órfã tenha sido fator influenciável na sua decisão de continuar vivendo com ele, apesar do evento de espancamento proferido pelo pai do bebê. Isso fica evidente quando ela diz:

Eu tinha voltado a morar com minha vó Damiana quando descobri a gravidez. Corri pra casa dela depois da surra que levei dele. Eu já vinha sentindo umas coisas estranhas no corpo, um mal-estar, mas foi um período tumultuado aquele. Juliano estava em crise, a polícia atrás dele de novo, eu não tinha cabeça pra reparar em mim, no meu corpo. Foi uma gravidez muito difícil desde o começo, passei mal do começo ao fim. Desde o primeiro dia que cheguei na vó, ela já pôs reparo em mim, disse que estava muito abatida, sem cor. Fui procurar a Dra. Lúcia, que era com quem eu fazia acompanhamento por causa da doença (HIV), ela pediu exames e foi aí que descobri a gestação. Fiquei muito feliz, era um pedacinho de mim e do Juliano. Contrariei os conselhos da minha vó e no mesmo dia voltei pra casa com o Juliano, ele era o pai, não é mesmo? Um filho precisa de um pai e uma mãe pra criar ele. Tinha esperança dele [Juliano] melhorar com a paternidade. Eu queria uma vida junto com ele e nosso filho que ia nascer, como uma família comum (BEATRIZ, 2019).

Observa-se no final dessa última fala de minha interlocutora, que ela não faz menção a querer reatar com o ex-companheiro agressor por amá-lo ou desejá-lo como homem sexual, mas sim pela concepção/entendimento de que uma criança necessita de um núcleo familiar, onde a figura do pai é representada como um ser elevado, melhor. Ela acreditava numa paternidade transformadora. Vê-se emergir na trama de Beatriz que mesmo não tendo vivenciado

um contexto familiar socialmente padronizado, ainda assim estava incutido em seu projeto pessoal construir uma unidade familiar, que envolvesse laços de cuidado e parentesco.

Para Kaloustian (1994) a família é indispensável para a garantia da sobrevivência, do desenvolvimento e da proteção integral de todos os seus membros, contudo, para o autor isso independe do arranjo ou da forma como está estruturada, conceito que contrapõe o modelo ocidental convencional de parentela, que Beatriz aparentemente aprendeu. Mas, o quadro de felicidade idealizada, não se amoldou conforme o seu querer:

O Isaac nasceu em outubro de 2015, foi aí que a ficha caiu. Quando cheguei do hospital a gente não tinha dinheiro pra nada. O enxoval dele eu ganhei, mas precisava de leite comprado, eu não podia amamentar, por causa do HIV, mas o e dinheiro? Tirar de onde? O Juliano estava fazendo bico [trabalho informal], mas gastava quase todo dinheiro que ganhava com drogas e bebidas. Durante a gestação mudamos de casa três vezes, porque ele não pagava o aluguel e o dono da casa fazia sair. Felizmente, minha vó Damiana, que até então não queria mais saber de me ajudar, por ser contra eu viver com Juliano, por causa do neném, amoleceu o coração, conseguiu muita ajuda da comunidade pra mim. Vó Damiana é muito querida na igreja que frequenta. Na época ela disse que queria muito que eu voltasse pra casa dela, mas já tinha gente demais, não caberia mais dois. Minha prima, Vanessa, também tinha ganhado um menino, o segundo filho dela. O jeito era aguentar. A gente foi vivendo, aos trancos e barrancos. Tinha períodos que ele estava mais calmo, outros mais agressivo, até que no final de 2016, fui pra Casa-Abrigo pela primeira vez. Fui por medo de morrer! (BEATRIZ, 2019).

Fui por medo de morrer! (BEATRIZ, 2019). Essa frase, expressa com bastante ênfase, é um indicativo de que ela entendia que não estaria a salvo caso permanecesse na residência. Seu medo era de Juliano voltar e terminar o que começou, matá-la. Assim, com a voz entoada de explícita raiva e sofrimento, ela narrou os acontecimentos que antecederam sua primeira estada na Casa-Abrigo Edna, em dezembro de 2016:

Sabe um copo d'água quando derrama? Que enche até derramar? Então, foi tipo isso. Direto ele chegava em casa tarde da noite noiado [alterado pelo uso de substâncias psicoativas], eu ia falar com ele, perguntar onde estava até aquela hora da noite, daí, a confusão começava. De modo geral, as brigas acabavam em agressão física. Eu apanhava, mas também batia. Claro, né? Ia apanhar quieta? Não dá. Foi perto do Natal, a briga começou pelos motivos de sempre e ele, com uma arma na mão, começou a gritar dizendo que ia me matar, que daquele dia eu não passaria. Não fosse o vizinho me socorrer eu não sei se estaria aqui contando a história. Vizinho, já viu, né? Quer ver o circo pegar fogo (BEATRIZ, 2019).

Após ouvir a contextualização dos momentos fatídicos, esforcei-me para interpretar as meias palavras de Beatriz sobre vizinho. Entendi, pela expressão falada e gesticulada, a incre-

dulidade dela em relação à legitimidade da disposição coletiva em intervir na agressão, de fazer parar. Expus minhas impressões sobre o assunto, ela complementou com base em suas experiências e revelou que nestes contextos, não é incomum as pessoas adentrarem suas casas e fecharem as portas ou, no máximo, ficarem à espreita como espectadores(as). Felizmente, no caso em tela houve um interventor factível, que impediu um desfecho mais cruel da violência e na sequência solicitou guarnição policial.

Quando o vizinho ameaçou chamar a Polícia Militar, ele [Juliano] fugiu de motocicleta. De fato, o vizinho chamou a PM, que chegou bem rápido. Aquele bairro tinha vigilância policial pra todo lado [risos]. Diante das ameaças de morte, os policiais me levaram pra Casa-Abrigo. Fui pra lá de madrugada, só com umas peças de roupa pra mim e pro meu filho (BEATRIZ, 2019).

A título de esclarecimento, podem constituir portas de entrada aos serviços de abrigo para mulheres sob risco iminente de morte em virtude de violência doméstica, os juizados especializados, defensorias, serviços de saúde, assistência social etc. Além disso, a autoridade policial que, conforme o Art. 11 da Lei 11340/2006 (Lei Maria da Penha), preste atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá, entre outras providências, fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro. Presume-se que uma situação de abrigo, sob risco de morte, tenha pouco ou nenhuma chance de ser confortável, porém, o caso de Beatriz possui elementos agravantes: o filho pequeno, escassa rede social de apoio e os eventos terem ocorridos durante a madrugada.

Assim, para compreender melhor como foi deixar seu domicílio e se inserir na Casa-Abrigo, solicitei que minha interlocutora descrevesse os fatos e os sentimentos que permearam o processo de abrigo e a sua permanência no serviço enquanto usuária:

Tudo aconteceu muito rápido, não deu tempo de organizar nada, saí da minha casa atribulada, praticamente com a roupa do corpo. Foi como deixar o meu mundo pra trás e entrar em um outro completamente diferente, que não era o meu. No primeiro dia na Casa-Abrigo eu parecia zonza [aturdida/confusa], não conseguia pensar em muita coisa, só queria achar um cantinho e ficar sozinha. Mas, não tem essa de ficar sozinha, lá é um lugar coletivo, tive que me acostumar a conviver com as outras mulheres, o quarto é só pra dormir nos horários certos. Eu não estava sozinha, mas sentia solidão, porque estava longe das pessoas do meu convívio lá fora. Também, senti muita falta das minhas coisas: minha cama, meu celular, meu rádio, as maquiagens, secador de cabelo, tudo. Parece simples, supérfluo, mas não é! Tira todas as suas coisas e vai lá, experimenta pra ver? Passei o Natal e Ano Novo escondida naquele lugar, sequer vi minha Vó Damiana. Sem contar que lá, as ho-

ras parecem não passar, não dava pra saber se era domingo ou segunda, os dias eram iguais (BEATRIZ, 2019).

Na oportunidade, quis saber de Beatriz se houve responsabilização legal imputada a Juliano, em razão das ameaças de feminicídio contra ela:

Cheguei na Casa-Abrigo num sábado de madrugada. Na segunda-feira logo cedo vieram um motorista e uma moça [servidora municipal] pra me levar na Delegacia da Mulher³⁶, onde prestei queixa e depois me levaram no CRAM³⁷, para falar com a assistente social que faz a entrevista com a gente, antes de entrar na Casa-Abrigo. A queixa que fiz foi de ameaça de morte³⁸, mas ele não foi preso por isso não. Ele foi preso logo depois, suspeito de assaltar um posto de gasolina, mas saiu porque não tinham provas suficientes. Na verdade, eu não esperava que ele fosse preso e ficasse na cadeia por causa da queixa que eu fiz, a minha vontade era que ele levasse um susto pra ver se tomava jeito (BEATRIZ, 2019).

Não há intensão, nesta pesquisa, em contestar a qualidade do trabalho policial/investigativo dos agentes envolvidos em ambas as ocorrências imediatamente descritas por minha interlocutora. Até mesmo porque, não tive acesso ao Boletim de Ocorrência, tampouco às práticas profissionais adotadas na condução das investigações. Porém, com base na fala dela, emergem-se duas considerações irrecusáveis: a não interligação entre os dois crimes por parte das instituições envolvidas e a falta de fé de Beatriz de que alguma providência legal fosse tomada em face das ameaças de morte perpetradas por Juliano. Ao contrário, percebe-se que a intensão dela era que seu agressor melhorasse o comportamento violento em virtude da queixa prestada por ela. Para Beatriz, a medida (formalização do boletim de ocorrência) estava mais voltada para a advertência que para punição. Nesse sentido, perguntei-lhe se a intensão repressiva adotada por ela visava uma reconciliação e ela ponderou:

Não vou dizer que pensei em reconciliação na hora de prestar a queixa, mas eu sabia que ele não esperava que eu fosse procurar a delegacia. Todos aqueles anos eu nunca dei queixa dele, foi a primeira vez. Pra ser sincera, eu fui pensar em voltar com ele depois de um mês que estava na Casa-Abrigo. Meu pensamento era de voltar pra casa da Vó Damiana, mas quando liguei pedindo, ela me disse que não tinha condições, estava com água e a energia cortada [desligados por falta de pagamento] e sem dinheiro pra pagar. A gente não ficava com o celular, pra fazer ligação tinha de ir no CRAM e usar o telefone de lá. Então eu procurei a coordenadora, o nome dela era Lívia, ela

³⁶ A mulher agredida não consegue apresentar queixa de madrugada nem no fim de semana por falta de plantonistas.

³⁷ Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM).

³⁸ Previsto no Código Penal Brasileiro, Art. 147, o crime engloba ameaças verbais, escritas ou por qualquer outro meio empregado para causar mal-estar ou apreensão nas vítimas. A pena é de detenção de seis meses a um ano, ou multa. O crime de menor potencial ofensivo, se negligenciado, pode gerar consequências graves.

era simpática. Eu disse pra ela que precisava falar com minha Vó. Ela respondeu que ia pedir pra vir um motorista do CRAM pra me buscar. Ele veio no dia seguinte. Nesse dia liguei pra minha Vó e depois pro Juliano. Disse que se ele deixasse eu voltar, que eu ia retirar a queixa, ele concordou e eu voltei. Nesse dia mesmo passei pra falar com a assistente social do CRAM, eu disse a verdade, que ia voltar com ele. Assinei um documento, que elas chamam de Desligamento da Casa-Abrigo. Voltei na Casa-Abrigo só pra pegar minhas coisas e o motorista me levou no endereço que o Juliano estava vivendo (BEATRIZ, 2019).

Entendi que as possibilidades de Beatriz eram escassas, mas em face da ameaça de morte e das repetidas agressões sofridas por Juliano ao longo da relação, quis saber dela se não considerou a ideia de permanecer na Casa-Abrigo por mais tempo, na expectativa de surgir uma terceira possibilidade de desabrigamento:

Ele estava mais calmo no telefone, parecia até que estava esperando eu ligar pra ele. Além de quê, eu não aguentava mais ficar naquele lugar [Casa-Abrigo]. É muito ruim, eu queria voltar pra minha casa, ter minhas coisas [objetos pessoais] de volta, ver o mundo. Lá é uma prisão (BEATRIZ, 2019).

Aproveitei a abordagem da minha interlocutora sobre a Casa-Abrigo e pedi que falasse sobre sua experiência no serviço, em termos relacionais (com demais mulheres abrigadas e equipe administrativa) e institucionais como: atendimento psicológico, jurídico, encaminhamento para atividades profissionalizantes, programa de geração de renda, por exemplo.

Vi bastante briga na Casa entre as abrigadas. Não me envolvi em nenhuma, sou bem na minha, não me envolvo muito com as pessoas logo de cara [de imediato], isso evita problemas. Como ali todas estão na mesma situação, a gente conversa, pergunta o que aconteceu, mas sem muita aproximação. Não ficamos amigas por isso. Só na segunda vez que fui pra lá [Casa-Abrigo] que fiz amizade com a Marcela e as meninas dela. Não tenho queixa das funcionárias da limpeza, elas tratavam a gente com educação, mas sem muita conversa. As Educadoras, eram três. Duas eram até boazinhas, mas a outra era mandona, sabe como é? Ela falava com um tom de bronca, agia como uma chefona [risos]. Ela dizia: “você precisam cuidar dos seus filhos, precisam dar atenção pra eles, limpar os quartos”, essas coisas. No mais, conversei com a assistente social quando cheguei e quando fui embora. Na parte de saúde, lembro que as mulheres eram levadas na UPA, no CAPS³⁹ ou no posto de saúde próximo da Casa-Abrigo (BEATRIZ, 2019).

Insisti em saber se Beatriz teve acesso a cursos profissionalizantes ou programas de geração de renda nos dois momentos em que estive no serviço de abrigamento, em 2016 e

³⁹ UPA – Unidade de Pronto Atendimento; CAPs – Centro de Atenção Psicossocial.

2018, e ela me respondeu com tom de quem estava repetindo uma informação já prestada, sendo enfática em dizer: “não, nunca”!

A essa altura da nossa conversa, longo período já havia se passado, não percebi o passar das horas. Então, como em outros encontros que tivemos, fomos interrompidas incontáveis vezes pelas crianças. Percebendo a irritação dos pequenos e o esgotamento de minha interlocutora devido à demora da conversa, considerei que seria o momento de encerrarmos. Beatriz me assegurou que retornaríamos ao assunto em outra oportunidade, como de fato aconteceu.

4.5 Os caminhos para o retorno à Casa-Abrigo Edna Rodrigues de Souza de Maringá

Na semana seguinte, Beatriz me contactou para informar que estava de mudança para uma outra casa, na Estrada da Granja, num município próximo a Maringá-PR. Além disso, relatou que Marcela teria ido viver numa cidade na região norte do estado. Surpreendi-me com a reviravolta, que mudou a ordem das coisas, pois estava acostumada com as duas famílias em endereço comum. Estando apartada de Marcela, imaginei que Beatriz encontraria dificuldades em se estabelecer no novo domicílio, então me ofereci para lhe auxiliar no que estivesse ao meu alcance e ela aceitou prontamente.

Assim, no dia 31 de outubro de 2019 (quinta-feira), compareci pela última vez na Rua Caxambú para contribuir com os trâmites da mudança. O exercício não foi árduo, pois o carregamento, em um utilitário alugado, resumia-se a duas camas de solteiro com colchões, duas sacolas de roupas e meia dúzia de caixas, cujo conteúdo não tomei conhecimento. Não segui com a família até o novo endereço, mas acordamos que eu a visitaria no sábado seguinte.

No momento de nossa despedida, Beatriz aparentemente percebeu minha inquietação sobre as repentinas mudanças e, mesmo sem questionamentos da minha parte, brevemente relatou que os objetos de maior valor, como geladeira, fogão com botijão de gás, televisão, micro-ondas, foram, supostamente furtados e vendidos por Altair, casado com a prima de Marcela, Adriana, que haviam pedido guarida na casa por uns dias. Segundo ela, o casal não fora mais visto depois do ocorrido, mas nenhuma prova concreta os incriminava.

Passamos uma tarde fora, eu, a Marcela e as crianças, quando retornamos, não tinha quase nada na casa, fomos roubadas. Quando saímos, deixamos eles em casa [Altair e Adriana], a própria Marcela suspeitou dos dois. Ela começou a se lamentar, dizendo que tinha sido tonta [ingênua], pois sabia que Altair já tinha feito isso antes, para sustentar o vício em drogas. Ela ficou muito triste e no dia seguinte me falou que ia morar em outra cidade e que ia mandar as meninas de volta com o pai em Curitiba-PR. No fundo

acho que ela só antecipou os planos de ir embora. Meu mundo desabou, Juliano estava pra sair da prisão em poucos dias e mais isso. Fiquei arrasada, chorei muito, mas o jeito era seguir em frente, ficar sentada chorando não resolve. Agora preciso recomeçar, me refazer. Aluguei uma casinha de um irmão da igreja da minha Vó Damiana. Fica um pouco longe, mas dá pra viver. Agora preciso conseguir alguns móveis, uma geladeira, um fogão, essas coisas (BEATRIZ, 2019).

Eu já havia percorrido esse caminho antes, no sentido de apoiar e contribuir para angariar recursos (materiais) para a acomodação da família de Beatriz e Marcela, em momento anterior. Então, eu novamente fazia parte daquele recomeço da minha interlocutora e sua família, da reconstrução de si.

No sábado daquela mesma semana, retornei à Estrada da Granja (não é o nome verdadeiro do caminho, mas é assim que ela se referiu onde foi morar, por não ter pavimento e ir em direção a uma granja de frangos desativada) com alguns itens domésticos (não novos) que obtive por meio de doação da comunidade. Eram coisas básicas que utilizamos no dia a dia, capazes de promover conforto mínimo, como utensílios de cozinha, roupa de cama etc. Uns dos objetos mais comemorados por Beatriz, foi um pequeno ventilador de mesa, pois a casa de três cômodos era excessivamente quente. Entusiasmada, ela me convidou a adentrar na residência, a fim de me mostrar o refrigerador que chegara naquela manhã, trazidos por voluntários da comunidade religiosa da qual sua Vó Damiana fazia parte. Sorridente, ela me ofereceu um copo de água fria, que foi bem-vindo, haja vista o calor extenuante que fazia na ocasião.

Beatriz, apesar do momento conturbado que vivenciava, mostrava alívio e me afirmou se considerar uma pessoa amparada:

Quando saí da Casa-Abrigo e voltei com o Juliano, em fevereiro de 2017, eu estava com outra cabeça. Não topava mais briga com ele, sabia que ia sair perdendo. Se ele chegasse em casa com a cabeça cheia de drogas, alterado, quebrando as coisas dentro de casa, eu aguentava quieta, deixava passar a crise dele. Foquei mais em mim e no meu filho. A cada seis meses eu tinha que levar o Isaac no CTA pra fazer exame pra certificar que ele não tinha sido contaminado pelo HIV na gestação. Ele era prioridade pra mim. Em março de 2017, levei ele e já aproveitei pra passar em consulta com a Dra. Lúcia. Eu também tenho que fazer exame periódico [carga viral⁴⁰], pra médica passar os remédios. Foi quando ela me orientou a procurar a Assistência Social pra dar entrada no pedido do BPC⁴¹. Eu nem sabia o que era isso. Na-

⁴⁰ Carga viral refere-se, em geral, à quantidade de HIV em uma amostra de sangue de uma pessoa vivendo com HIV. Geralmente, quanto maior a carga viral, maior a probabilidade de transmissão do HIV. Tanto “indetectável” como “supressão da carga viral” são medições extremamente baixas do HIV que são praticamente as mesmas. Mais informações, acessar: < <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/o-que-e-hiv>>.

⁴¹ Criado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício da assistência social, integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), pago pelo Governo Federal e assegurado por lei, que permite o acesso de idosos e pessoas

quela mesma semana fui atrás. Procurei o CRAS e a assistente social fez o agendamento pra mim. Ela me orientou sobre os documentos que precisava levar no INSS, foi uma sorte, demorou quase um ano, mas consegui o benefício de um salário por mês. Pode parecer pouco, mas pra mim, eu me senti rica [risos]. Por causa da doença eu tive direito (BEATRIZ, 2019).

Beatriz afirmou que o agendamento da perícia no INSS⁴² foi realizado no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de sua região. Após dois meses ela passou pela perícia médica e entrevista com uma Assistente Social do Instituto. Em novembro de 2017, passados oito meses do início do processo, ela passou a receber o benefício. De acordo com a Lei n.º 8.742/1993 (Brasil, 1993), Lei Orgânica da Assistência Social, que regulamenta a política, o beneficiário do BPC tem direito a receber um valor mensal equivalente a um salário-mínimo vigente.

A fala de Beatriz indica que o acesso ao benefício trouxe alívio e relativa segurança a sua família. Isso concorda com a conclusão de Leão Rego e Pinzani (2013), em pesquisas realizadas junto às mulheres beneficiadas do Programa Bolsa Família⁴³ (PBF), em alguns estados do norte e nordeste brasileiro que “a independência material garantida por meio do dinheiro é um elemento essencial de [...] liberdade e deveria ser considerada, portanto, um bem básico e um objeto possível de políticas públicas voltadas à criação de cidadãos autônomos” (REGO; PINZANI, 2013, p. 73).

Pondo em perspectiva a autonomia de Beatriz, como mulher, cidadã, com renda regular, perguntei a ela se o dinheiro que passou a receber todo mês permitiu que tivesse segurança para deixar seu companheiro agressor. Ela não hesitou em responder:

Era só o que eu pensava, agora ia poder tocar minha vida sozinha, em paz. Nessa época eu estava grávida do meu segundo filho, o Davi. Ele [Juliano] tinha voltado a ser agressivo comigo depois que contei que estava grávida de novo, ele falava que não queria saber da criança, que era problema meu. Ele me bateu no dia que contei da gravidez. Nesse período eu trabalhava três dias por semana na casa da dona do mercado do bairro, mas o dinheiro mal dava pra comer, com o benefício eu respirei mais aliviada, podia ter meu filho sossegada. Mas fui muito ingênua, eu contei pra ele que consegui o benefício, daí ele queria o meu dinheiro, não me deixava ir embora de casa, dizia

com deficiência às condições mínimas de uma vida digna. O BPC não é uma aposentadoria, o pagamento do BPC só é garantido enquanto as pessoas que têm direito a ele continuarem atendendo às exigências da lei. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm>.

⁴² Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é o órgão do Governo Federal responsável pelo pagamento da aposentadoria e demais benefícios dos trabalhadores brasileiros. Conheça mais sobre o BPC em cartilha disponível no site: < http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/previdencia-social/cartilha_BPC_MDS_previdencia.pdf>.

⁴³ O Programa Bolsa Família (PBF) é uma política de transferência condicionada de renda para o enfrentamento da fome e da reprodução intergeracional de pobreza, implantado em 2003 pelo governo brasileiro. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Livros/Bolsa10anos_Sumex_Port.pdf>.

que se eu fosse, me mataria. Teve meses que não fiquei com nenhum centavo, ele pegou tudo pra usar drogas. Quando chegava o dia de receber o dinheiro, eu tinha que sair escondida e na volta já passava no mercado pra pagar a conta do mês e também passava na Dona. Irailde, pra pagar o aluguel. No dia 07 de maio de 2018, saí bem cedo de casa, deixei meus filhos com a Dona Irailde [morava na frente no mesmo terreno] e fui no banco receber, quando retornei pra casa, ela estava pálida de medo, o Juliano tinha quebrado toda a casa dela e disse que ia me matar. Com medo, liguei para a Guarda Municipal e voltei para a Casa-Abrigo Edna (BEATRIZ, 2019).

Observa-se nos relatos de minha interlocutora, que o fato de ela passar a auferir renda fixa não a tirou da situação de violência doméstica, como o acionar de um botão. No caso em tela, foi justamente o contrário. O limiar da violência de Juliano (aparentemente flutuante) subiu, em resposta à reação de Beatriz em não permitir que ele se apoderasse de sua renda para adquirir drogas, em detrimento das necessidades orçamentárias básicas da família, da subsistência.

Neste sentido, um estudo inédito realizado em 2019 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fez uma análise dos dados estatísticos de mulheres agredidas no Brasil em 2009. Esses dados foram analisados sob a perspectiva do efeito da participação da mulher no mercado de trabalho sobre a violência doméstica. De acordo com a pesquisa, para os casais que não coabitam (separados ou em processo de separação), o índice de violência contra mulheres que integram a população economicamente ativa é praticamente o dobro do registrado pelas que não compõem o mercado de trabalho. Assim, o caso de Beatriz e as referidas conclusões do IPEA (2019), indicam que para o agressor é insuportável o fato da mulher deixá-lo para viver em condições melhores. Ao que parece, ele a considera sua propriedade e entende como direito genuíno usufruir de tudo que ela possui, seu corpo, seu dinheiro, sua alma.

Para Beatriz, retornar à Casa-Abrigo Edna, pareceu-lhe ser a única opção para escapar desse infortúnio:

A Casa-Abrigo era minha única opção, não tinha onde me esconder dele, mesmo que tivesse lugar na Vó Damiana, lá ele me acharia. Quando cheguei no abrigo com mais um filho nos braços, era impossível não perceber os olhares de reprovação das educadoras. No mesmo dia que chegamos, na hora da janta, uma das zeladoras, a Célia, parou para brincar com o Davi, perguntou o nome dele, fez umas gracinhas, essas coisas que a gente faz quando vê um bebê no colo da mãe. Sem que esperássemos, uma das educadoras atravessou nossa conversa e me perguntou se tinha feito laqueadura. Fiquei muito constrangida, não só pelo que ela falou, mas pelo jeito que ela disse, fiz de conta que não entendi o recado dela, mas não sou boba, foi um jeito de me dizer que não deveria ter tido mais um filho. Que além de estar de volta, ainda trazia mais um filho nos braços. Eu entendi sim, e muito bem (BEATRIZ, 2019).

Essas últimas falas de Beatriz dão indícios do reforço conservador da culpabilização/responsabilização atribuída às mulheres pela situação em que se encontram, por parte de alguns membros da equipe administrativa da Casa-Abrigo Edna. Pelo modo como a educadora interveio no intercâmbio de Beatriz e Célia, a postura moral não é incomum na constituição do ser social usuário do serviço de abrigamento em questão. Nesse sentido, Couto (2015) chama a atenção para:

O caráter conservador com que o trabalho tem sido executado nos diversos espaços, serviços e programas existentes, demonstrando que “na captura da subjetividade [...] dos sujeitos usuários, [...] opera, não somente, no obscurantismo de sua condição de classe, como coadjuva a reprodução de sua própria subalternização (COUTO, 2015, p. 675).

Beatriz revelou ter medo da Casa-Abrigo:

O ritmo de vida dentro da Casa-Abrigo não me incomodava tanto como na primeira vez que estive lá, mas dessa vez tive problemas pra dormir a noite, o quarto parecia mal assombrado. Por sorte conheci a Marcela logo no segundo dia. As meninas dela adoram crianças pequenas, no começo foi isso que nos aproximou, as crianças. Com elas, os dias no abrigo ficaram muito mais fáceis. A gente fazia as refeições juntas, limpava os quartos e quando era a vez de ir pra cozinha ajudar no almoço, sempre dávamos um jeito de ir juntas. Um dia criei coragem e falei pra Marcela que tinha medo a noite e de dia também não gostava de ficar sozinha, tinha medo de umas coisas que não sabia explicar. Ela me abraçou, disse que era bobagem minha, que ia ficar tudo bem. Foi muito bom me abrir com ela, falar sobre o que estava acontecendo, me senti muito melhor (BEATRIZ, 2019).

Mesmo que as características normativas constatadas na primeira estada na Casa-Abrigo ainda existissem, estar no serviço se tornou mais fácil para Beatriz. Isso, em boa medida, pelo acolhimento recebido de Marcela e suas três filhas e, talvez, por não ser uma novidade para ela estar sob acolhimento institucional. De todo modo, pode-se conceber que ela voltou para um lugar visto com positividade, seja pela segurança ou por referência de acolhimento, um teto.

A segunda vez que estive na Casa-Abrigo, foi diferente. Eu estava mais madura, pensava mais na minha vida, no meu futuro. As coisas lá [Casa-Abrigo] eram do mesmo jeito, mas eu estava diferente. Dessa vez fiquei três meses no abrigo, mas não foi tão difícil como da primeira vez. Minha cabeça era outra, não queria, de jeito nenhum, voltar a viver com o Juliano, ele ia acabar me matando. E meus filhos? Como iam ficar? Chega, dei um basta. Além do mais, no abrigo eu tinha cama, comida e não corria risco de morrer

na mão dele. Só saí de lá no dia 23 de agosto de 2018, porque fiquei sabendo que ele [Juliano] tinha sido preso de novo. Minha Vó Damiana avisou o CRAM que ele tinha sido pego por assalto, mais uma vez. Deu certinho, porque a Marcela tinha acabado de sair da Casa-Abrigo e conseguiu alugar uma casa grande, com dois quartos, fomos morar juntas, foi bom pra mim e pra ela. Moramos mais de um ano juntas, tivemos alguns problemas, mas me ajudou muito, demais mesmo (BEATRIZ, 2019).

Novamente, percebe-se nesta fala que os efeitos do confinamento, característicos do serviço de abrigo sigiloso, afetaram-na menos na sua segunda passagem pela Casa-Abrigo. No entanto, arrisco-me a dizer que a motivação não foi apenas externa, como o apoio de Marcela, mas também por definições/concepções íntimas, pessoais. Não é meu objetivo realizar uma análise psicológica da minha interlocutora, pois não possuo qualificação técnica para isso, porém, mesmo na condição de leiga nesta matéria, considero que é evidente que Beatriz tomou as rédeas do presente, com vistas a traçar um futuro independente, livre da violência machista.

A vida é um eterno devir. Não se pode prever com precisão o que acontecerá no amanhã, pois é no cotidiano que conhecemos os fatos que nos são postos. No dia 4 de novembro de 2019, quatro dias depois que Beatriz se mudou para a casa da Estrada da Granja, Juliano recebeu liberdade da prisão. Naquela mesma semana, no dia 8 de novembro de 2019, alguns meios de comunicação locais, noticiaram a morte de um ex-detento de 28 anos, identificado como Juliano de Souza. Segundo as informações veiculadas pela Polícia Militar, o crime possivelmente teria sido um acerto de contas entre traficantes de drogas.

A trágica libertação de Beatriz dá início ao fechamento deste capítulo. Digo trágica, pois uma vida foi perdida nesse processo, não por culpa dela, claro. Relendo minuciosamente o texto dedicado à Beatriz, rememorei várias conversas que tive com ela. Fiquei maravilhada em constatar como nossa mente é poderosa em registrar e guardar certas coisas, como imagens, sons, cheiros etc. Beatriz é exigente com a aparência, gosta de se apresentar arrumada, perfumada. Relembrei que em mais de uma ocasião de nossa convivência ela admitiu ser vaidosa. Seu olhar é vívido, sua expressão corporal é ativa, nada nela lembra a doença tantas vezes pronunciadas em suas narrativas.

Fiz estas observações para provocar o leitor a refletir que em momento algum da narrativa Beatriz fez queixas sobre se sentir doente, com dores físicas, tampouco incapacitada corporalmente. Sua dor, ao que consta, é na alma. Seus relatos são claros em afirmar que ser soropositivo é um fardo pesado que ela carrega por toda vida. Porém, sua trajetória indica que esse peso é social e não orgânico. Nos termos de Akotirene (2019), Beatriz vivencia um siste-

ma de opressão interligado, um intercâmbio preconceituoso e cruel que engloba raça, classe e gênero, acrescentado do preconceito marginalizante que circula em torno da sua condição de soropositivo.

Apoio-me em Margareth Rago (2013), para pensar na representatividade que a trajetória de Beatriz suscita na coletividade atual, especialmente sobre a violência sofrida por ser mulher. Ou seja, parece plausível a possibilidade da história de vida de Beatriz representar, em grande medida, outros corpos femininos, negros, pobres e estigmatizados. Isso, entendendo que as vivências particulares, as situações sociais que se apresentam a um indivíduo concreto, de certo modo interpretam (ou, pelo menos, fornecem pistas), tanto de sua trajetória, quanto dos demais integrantes da coletividade contemporânea.

A violência de gênero se fecunda nas desigualdades sociais que estruturam a sociedade. A violência doméstica e de gênero não respeitam fronteiras de classe, etnia ou geração. Deste modo, não basta proporcionar meios de sobrevivência para que ocorra o rompimento da relação violenta, como a história de Beatriz exemplifica claramente. A violência deve ser compreendida como relacional, inserida em uma relação de poder desigual entre mulheres e homens. Nessa mesma senda, as relações de gênero, devem ser vislumbradas enquanto construções histórico-culturais das relações desiguais entre homens e mulheres, que legitimam e estão na base da violência contra as mulheres.

Beatriz, promoveu a reconstrução de si, rejeitou o papel de vítima. Ela fez isso, quando se empenhou em conseguir autonomia financeira, em voltar para a Casa-Abrigo, sem intervenção de terceiros, agindo de acordo com as suas próprias demandas. Mesmo quando usou do silenciamento diante do seu agressor, era uma maneira de salvaguardar a si e seu filho. Ou seja, uma ação e não uma neutralidade. A resistência, no caso de Beatriz, fez-se no dia a dia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta inicial de percorrer os cenários da violência de gênero no Paraná a partir de minhas experiências com mulheres que vivenciaram esse fenômeno, tanto na área da saúde, quanto na Casa-Abrigo Edna Rodrigues de Souza, em Maringá-PR, levou-me a conhecer as histórias de vida de Marcela e Beatriz. Neste percurso, compreendi com minhas interlocutoras que a experiência da violência pode revelar um campo de força que se apresenta de maneira sutil no cotidiano, onde opera a resistência feminina em meio à violência e ao sofrimento. É no dia a dia que elas projetam seus futuros e a partir desse imaginário de uma vida melhor, mais digna e segura, buscam alternativas de reconstrução de si. Foi possível entender que este agenciamento se faz também por meio de outros atores que não pertencem imediatamente àquele evento crítico, como a política de abrigamento, por exemplo.

Retomo algumas dessas experiências que busquei apresentar ao longo do texto para refletir sobre possíveis diálogos e deslocamentos que minhas interlocutoras podem nos oferecer aos estudos e às políticas de enfrentamento à violência contra mulheres na região de Maringá-PR. Para isso, revisitei as trajetórias de vida de Marcela e Beatriz, desta vez as visualizando na escrita que empreendi por vários meses e que teve como base suas narrativas e interpretações do vivido. Narrativas feitas durante aqueles dois meses em que frequentei a Casa-Abrigo Edna e posteriormente, enquanto convidada de ambas, na residência em que moraram juntas. Relatos que por vezes me foram confiados com risos e outras vezes com lágrimas.

Aproveito o ensejo para resgatar o período em que frequentei a Casa-Abrigo em 2018. Naquela ocasião, além de me aproximar das personagens centrais deste texto, Marcela e Beatriz, conheci outras mulheres cujos depoimentos contribuíram sobremaneira para a pesquisa. Pude conhecer a dinâmica do serviço de abrigamento para mulheres. No capítulo intitulado A Casa dos Novos Começos, o segundo desta dissertação, tentei fazer uma atualização do serviço, de acordo com o que vi na época. Dentre outras coisas, busquei demonstrar como é estruturada a rotina das mulheres, com horários fixos para comer, dormir, levantar, cuidar da higiene e filhos. Mostrei que o serviço é prestado em um local sigiloso e fechado, com entradas e saídas reguladas. Abordei algumas ações do Projeto Pró-Mulher, como o acolhimento psicológico para as mulheres e crianças. Ainda, as atividades lúdicas com as crianças, compostas por jogos interativos e brincadeiras, e sublinhei como os pequenos reagem positivamente a isso.

Além disso, minhas experiências na da Casa-Abrigo me deram condições de verificar se o que está expresso nas Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de mulheres sob risco iminente de morte confere com o que realmente é executado na Casa-Abrigo Edna. Como foi

bastante destacado ao longo do trabalho, não houve a intenção de condenar ou depreciar a política de abrigamento em Maringá-PR, mas a intenção foi chamar a atenção para o fato de que nem tudo o que está escrito é cumprido no cotidiano do serviço. Trago como exemplo uma das informações da Assistente Social do CRAM, revelando que não eram disponibilizados cursos profissionalizantes às mulheres, o que interfere negativamente na promoção da autonomia e autoestima das abrigadas.

No capítulo dedicado à Marcela, que denominei Sensível Resistência, busquei analisar, a partir de informações da infância até a vida adulta, alguns elementos marcantes em sua história de vida, tais como o desejo de propriedade e domínio do seu corpo pelos homens com quem ela se relacionou e a veemência dela para sobreviver à violência machista. Em relação aos primeiros anos de vida de Marcela, destaquei os castigos corporais paternos e o posterior abandono pelo genitor, promovendo o controle do irmão mais velho sobre ela. Nesta fase da vida da minha interlocutora, tentei mostrar como ela foi empurrada ao doméstico, aos afazeres domésticos e cuidados familiares, em contraste com os irmãos homens, que dispunham de total agência sobre suas vidas e escolhas.

Esse início de vida de Marcela me fez pensar que em sociedades patriarcais, como a brasileira, a vida das mulheres tem menos valor e elas estão sujeitas a demonstrações de comando e poder de homens, de tal modo que as violências cometidas contra esses corpos passam a compor a lógica estruturante de domínio. Por meio das leituras dos expressivos trabalhos da antropóloga e feminista Rita Laura Segato (2018^a) pude alcançar o entendimento de que o patriarcado é uma instituição que se legitima no controle do corpo e na capacidade punitiva sobre as mulheres.

Na sequência, busquei demonstrar como o corpo de Marcela serviu de objeto de guerrilha, no conflito mortal entre seu irmão mais velho, Carlos e Elias (traficante local). Conflito este aparentemente deflagrado pela morte de Daniel, o segundo irmão mais velho da personagem, morto com quatorze tiros em um bairro pobre da Cidade de Curitiba/PR, onde viviam. Expus a disputa por território de tráfico de drogas, que serviu como pano de fundo para a guerra entre os rivais e, a partir daí, procurei explicitar como o corpo de Marcela foi usado nessa trama sangrenta, sendo sistematicamente estuprada e, por fim, marcada (cortada com um canivete) por Elias, com objetivo de atingir/afrontar e enfraquecer seu inimigo, Carlos.

As experiências de Marcela dão pistas de contextos amplos da violência contra a mulher, pois revelam um tipo de violência que não só desumaniza o corpo feminino, mas também o usa para realizar demonstrações de poder, no ato de matar, estuprar, mutilar. Ao ser estuprada e ferida por Elias, o corpo de Marcela se transformou no que Rita Segato (2018a),

chama de território privilegiado de atuação de uma pedagogia da crueldade, que sela as bases de sustentação do poder. Poder de vida e de morte, ao qual Marcela sobreviveu mediante o autocontrole da dor e do medo.

Para Segato (2018a), o princípio da crueldade se realiza como redução da empatia. O outro é descartável e dispensável, nenhum fio me liga a ele, nossos destinos não têm nada em comum. Neste sentido, para discutir essa guerra entre Carlos e Elias, arena onde o irmão mais velho de Marcela acabou morto, apoiei-me no conceito de mandato da masculinidade, de Rita Segato (2018). Nele, a autora defende que os homens são as principais vítimas deste mandato da masculinidade, pois a violência é a ferramenta chave de destruição do outro, que é concebido como supérfluo e, portanto, pode ser eliminado.

Dediquei-me a evidenciar que vencida a guerra travada contra Carlos, Elias se tornou o primeiro a desejar o controle sexual de Marcela, chegando a matar a mãe dela como retaliação pela sua recusa em se relacionar com ele. Neste ponto, mostrei como ironicamente minha interlocutora colaborou para levá-lo à prisão por tráfico de drogas, livrando-se do matador. Ao analisar a narrativa de Marcela quando da participação de uma articulação com autoridades policiais para levar Elias preso, embora ela sustentasse que se mobilizou por medo dele, entendi que o que a moveu foi a vontade de viver, aliada à coragem de subverter a situação. Defendo esse ponto de vista, sob o argumento de que ela precisou ter coragem para se aliar a uma instituição (o Estado) que não se dispôs a investigar o assassinato de seu irmão, Daniel, ficando o responsável impune pelo crime cometido.

Prosseguindo, procurei demonstrar, como Acássio, empregado de Elias, assumiu o lugar do chefe (morto logo após adentrar à prisão) para terminar o projeto de dominação do corpo de Marcela, sob a ameaça de se utilizar da mesma tática violenta do primeiro, contra as irmãs da minha personagem, fazendo-a ceder. O conceito de confraria viril que Segato (2005, p. 273) menciona em um de seus inúmeros trabalhos sobre violência, fez-me pensar que Acássio quis honrar a imagem do líder ao tomar o controle do corpo de Marcela para si.

Ao expor a violência sexual sofrida por Marcela e Ana, a segunda das três filhas que teve com Acássio, analisei como o estupro é usado para manter o controle e submissão das mulheres. Ana, foi estuprada várias vezes pelo primo de dezessete anos a mando do genitor dela. O controle firmado, tendo como base o terror sexual. À vista da situação, busquei demonstrar como os setores da Educação, Promotoria Pública e Delegacia da Mulher, trabalharam efetivamente como uma rede de proteção à criança vítima de violência sexual, tendo em vista que os abusos sofridos por Ana vieram à tona devido à atenção e investigação realizada pela equipe pedagógica da escola frequentada pela menor, acionando os órgãos citados. Infe-

lizmente, as ações dirigidas para esclarecer os fatos culminaram na tentativa de feminicídio contra Marcela, praticado por Acássio, logo após deixar a Delegacia. Este último episódio levou Marcela e sua família à Casa-Abrigo Edna.

O relacionamento homoafetivo que Marcela assumiu no final de 2019, reconstruindo-se como mulher sexual, fez-me pensar que os feminismos foram construídos historicamente entre os enfrentamentos direto das mulheres à ordem androcêntrica e às sutis formas de rebeldia delas. Assim, arisco-me a dizer que a forma que Marcela se reconstrói a partir de processos violentos, negando o papel de vítima passiva e optando por mobilizações cotidianas, simples, não heroicas, mas eficazes para resistir a opressão e sofrimento causados por uma estrutura machista, tornou sua trajetória importante para refletir sobre a diversidade das práticas femininas para sobreviver à violência e ainda buscar novos sentidos no amar, no sentir, no viver e ser no mundo.

Quanto à personagem Beatriz, em suas Narrativas e Reconstrução de Si, que é como nomeei o capítulo devotado a ela, tratei de dois temas absolutamente correntes na antropologia praticada pela antropóloga indiana, Veena Das: os afetos e a dor. Ao estudar a história da vida de Beatriz, mergulhei na fascinante missão de tentar compreender como uma menina órfã, pobre, negra e soropositivo, lidou com o preconceito (sob o estigma da “neguinha aidética”), com a rejeição social e familiar, com as violências (de gênero, do não respeito como humana) e, contra todas as expectativas, construiu-se como uma mulher autônoma, com casa, renda e família. Peço perdão pelo peca-dilho da essencialização, tão caro às Ciências Sociais, para dizer que para mim, ao longo da vida, Beatriz se tornou hábil na arte da invenção de si.

A leitura do texto aponta que Beatriz não é um tipo de mulher extrovertida, como Marcela que, não raro, falava rindo. Ao mesmo tempo, não se pode considerá-la introvertida, penso que o termo mais oportuno, seria reservada. Na maioria de nossas conversas ela fez questão de se pôr ligeiramente circunspecta. Não se vestia com luxo, mas estava sempre bem-posta, corpo ereto, olhar firme, tipo olho no olho sem ser arrogante, ao contrário, sempre demonstrou gentileza comigo. Ao conhecê-la melhor, percebi que a postura reticente dela era resultado das experiências violentas com que ela se debateu desde a infância, as quais busquei demonstrar ao longo do capítulo sobre sua trajetória de vida.

Na infância, chamei atenção para o fato de que apesar da dedicação e carinho que Beatriz recebeu da avó, Damiana, os rechaços dos familiares em casa, dos conviveres na escola, nos locais comuns por onde ela transitava, causavam-lhe dor e sofrimento. Mostrei que a escola não era ambiente acolhedor para Beatriz e se apresentava para ela como uma zona de conflito e segregação. Na época de sua infância, a AIDS era um sinônimo de morte e contá-

gio. Na região onde Beatriz passou sua infância e início da adolescência, as pessoas não tinham conhecimento de que ela possuía o vírus do HIV. Elas sabiam que ela era “aidética”. Isso fez com que minha interlocutora experimentasse bem cedo o peso de ser alguém considerada impura e, portanto, indesejável coletivamente.

As leituras que fiz sobre o laborioso trabalho de Goffman (2008), no qual ele reexamina os conceitos de estigma e identidade social, os desvios e o comportamento desviante, ajudaram-me a entender que a condição de soropositivo de Beatriz, mesmo a tendo herdado da mãe, coloca-a num grupo de pessoas de humanidade menor, onde são identificados, assim como os negros, os usuários de drogas, *gays*, prostitutas etc. A posição da minha personagem indica que não é razoável pensar o indivíduo como responsável por sua estigmatização, mas sim a sociedade, quando legitima o estigma e a exclusão.

Ao abordar o conceito do rumor de Veena Das (2020), fenômeno que age no campo da atualização do fato, por meio do “diz que me diz”, procurei mostrar como Beatriz foi construída socialmente como um ser impuro e, portanto, indigna de afetos e passível de sofrer violências. A partir disso, trouxe algumas situações de violência que Beatriz vivenciou em razão do HIV, principalmente por parceiro íntimo, para expor como ela aprendeu a usar o silêncio para sua autoproteção. A violência que cala.

Tentei entender a relação abusiva que ela manteve por anos com Juliano, sendo ele seu agressor desde a infância. De tal análise, percebi que o fator preponderante que ligava Beatriz ao companheiro violento eram suas experiências comuns com o preconceito que os marginalizavam e, com isso, os aproximavam, pois Juliano sendo pobre, negro, usuário de drogas e ex-presidiário, não se importava com o fato dela ser soropositivo, pobre, negra. Como consta em uma das narrativas da personagem, eles conheciam as particularidades um do outro e isso tornava a relação interessante, porém, não mais confortável, devido à conduta machista e violenta de Juliano.

Quando tratei da primeira ida de Beatriz à Casa-Abrigo Edna, tentei expor um fato que evidencia uma atenção menor das autoridades policiais aos crimes contra mulheres. Quando seu agressor foi preso sob a acusação de assalto e imediatamente solto por falta de provas, mesmo com mandado de prisão expedido pela tentativa de feminicídio praticada no mesmo período contra minha interlocutora. O crime contra o patrimônio se sobrepõe à vida feminina. Ao articular este evento com a ideia de humanidade menor, mencionado mais acima, percebo que é necessário inserir as mulheres neste grupo de minorizados, principalmente se ela for negra.

Por fim, explicitarei como Beatriz foi se construindo como uma mulher autônoma e independente, que foi em busca de seu direito enquanto pessoa portadora do vírus HIV. Como ela conseguiu o benefício de prestação continuada (BPC) da Assistência Social e isso se converteu em uma alternativa de sobrevivência financeira para ela e seus dois filhos. Mesmo que o fato dela ter priorizado a subsistência da família, em detrimento ao uso de drogas de Juliano, tenha implicado no retorno a Casa-Abrigo, sua renda permitiu o estabelecimento em domicílio junto da família de Marcela, convertendo-se na possibilidade dela se refazer enquanto mulher e ser humano.

As narrativas de Marcela e Beatriz, expõem nuances da resistência à violência contra a mulher que considero valiosas para as discussões de gênero. Penso que tais relatos ocupam espaço significativo no processo de construção de conhecimentos muitas vezes ignorados, do protagonismo delas na arte da sobrevivência por métodos sutis. Ou seja, manejando com as dificuldades cotidianas, elas buscam soluções objetivas para conter/amenizar a violência e concentram suas energias em alternativas que melhorem suas vidas. Exemplo disso foi que ambas conseguiram fonte estável de renda. O não contar que Marcela por vezes usou, não foram entendidos por mim como neutralidade ou covardia, mas como meio de estancar ou ao menos diminuir a intensidade da violência. De igual modo, Beatriz usou o silêncio para se proteger de reações violentas, especialmente sobre sua condição de pessoa com o vírus do HIV e diante dos ataques de fúria de Juliano, com vistas a manter sua integridade física.

Como contraponto, dois dos agressores de Marcela foram mortos. Carlos foi morto por Elias, morto numa prisão masculina. Ironicamente, Juliano, ex-companheiro de Beatriz, também teve morte violenta. Fica evidente que os homens estão matando ao mesmo tempo que estão morrendo. Ou seja, os principais sujeitos que sofrem com a violência são os próprios homens que, influenciados pela virilidade hostil, normatizam a cruel e crescente violência como um traço necessário para seu pertencimento à corporação máscula.

Frente a isso, percebi que as trajetórias das personagens constituem como objeto de análise de como mulheres comuns tecem estratégias de sobrevivência, dentro da precariedade das relações de poder. É por partilhar da perspectiva de Das (2020) que não tratei de histórias heroicas, com ações extraordinárias, o que intencionei mostrar que é no dia a dia que elas subvertem no campo do silêncio, sem estardalhaço, mas assertivamente para o refazimento de suas vidas.

As histórias de vida de Marcela e Beatriz, indicam que elas são propositivas ante as dificuldades vividas com a violência machista, com a dor e o sofrimento, com a escassez de recursos, sem o apoio social. Descrevi trajetórias de mulheres que lidaram com essas questões

buscando meios e alternativas de sobrevivência que traduzem o espírito de quem quer ir além do ser guardada, de ficarem escondidas entre muros esperando a catástrofe passar, ir embora.

Minha intenção não é propor novas estruturas ao serviço de abrigo para mulheres vítimas de violência na cidade de Maringá-PR. Porém, não posso me furtar a elencar o que ouvi das minhas interlocutoras acerca do não oferecimento de cursos profissionalizantes, do não acompanhamento pós abrigo, com moradia e trabalho para as mulheres, por exemplo. Um episódio que também me chamou atenção e merece ser destacado, foi Beatriz não ter recebido orientações da equipe técnica do CRAM a respeito da possibilidade de ser segurada com o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), em razão de ser portadora do vírus HIV. Suas palavras revelaram que somente após sua passagem pela instituição ela recebeu orientações sobre o benefício, vindas de uma profissional da saúde de outro local.

Em algumas narrativas de minhas interlocutoras sobre o serviço de abrigo em Maringá-PR, pude perceber que existe uma linha tênue entre proteger e guardar. Marcela, por exemplo, verbalizou que se sentia um “entulho” ao estar na Casa-Abrigo Edna. Isso me chocou, pois entendo que suas posições no campo de batalha da violência machista, que mata, inferioriza e desigual, é de subversão pela via da autonomia, seja pelo apoio mútuo, pela busca de uma fonte de renda etc. Marcela e Beatriz, são as personagens nesta escrita e protagonistas em suas trajetórias de vida. Seus papéis, na realidade da vida, são forjados na agência, atitude.

Essa magnífica jornada de pesquisa e escrita, que procurou compreender o outro, na figura de Marcela e Beatriz, de certa forma me consolidou como Assistente Social. Ao estudar o processo histórico de minha profissão, percebi um projeto profissional que tem em seu núcleo “o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais” (Netto, 2009). Essa vontade de participar, por meio do trabalho de Assistente Social, de processos de intervenção que transformem as estruturas das desigualdades sociais e valorizem formas de re-existir no mundo em que vivemos me mobilizou, moveu as minhas bases ético-políticas, erigindo sobre elas o desejo de um compromisso com os grupos minorizados, no qual um deles eu pertença, o ser mulher numa sociedade hierarquicamente machista, misógina e desigual.

No Serviço Social é recorrente a discussão do exímio potencial do acolhimento e construção de vínculos entre profissionais e usuários, para a intervenção apropriada ante as demandas desses últimos. Diante disso, embora não tivesse intenção de intervir nas vidas de Marcela e Beatriz (caso sim, fui levada pelas circunstâncias), o vínculo foi um elemento que persegui logo que as conheci. Ao fim desta pesquisa, devo reconhecer que aprendi que ouvir o outro com atenção e respeito ao que está sendo proferido, demonstrou ser um caminho eficaz

para a vinculação e, principalmente, para nos tornarmos mais sensíveis às vivências desse outro. Nesta aventura científica, entendi que o vivido e o sentido dessa vivência são um reflexo da história de vida de cada ser. Assim, estar atenta ao contexto da trajetória deste é imprescindível para compreendê-lo. Na prática profissional, creio que isso seja imperioso para identificar e diferenciar a situação e o tipo de encaminhamento adequado

Para encerrar esta dissertação, considero que resta um vasto campo a ser desbravado nesse tema. Tenho plena consciência de não ter esgotado os caminhos e meandros apontados por minhas interlocutoras, pois eles me parecem fundamentais para reflexões futuras sobre as experiências de violências vividas cotidianamente por inúmeras mulheres em situação de vulnerabilidade no Brasil. No recorte aqui problematizado a partir das trajetórias de Marcela e Beatriz, destaquei as possibilidades de resistências femininas pelo caminho da reconstrução de si, campo em que ambas vão produzindo novos modos de ser no mundo e construindo possibilidades de se reinventarem. Sei também, que muitas outras leituras e interpretações podem ser feitas a partir das trajetórias dessas mulheres, espero verdadeiramente que isso aconteça. Mas, neste momento estes foram os resultados das interpretações que consegui fazer dado o tipo de envolvimento e engajamento emocional que construí com essas mulheres no campo de pesquisa.

Ao pensar as práticas e as táticas empregadas pelas minhas interlocutoras, considero como novas formas de enfrentamento das desigualdades de gênero, o que torna possível considerar que outras mulheres também tenham inventado novas perspectivas de subversão à ordem machista, vigente há tanto tempo em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ABREU, Cesaltina. **Desigualdade social e pobreza: ontem, hoje e (que) amanhã**. Revista Angolana de Sociologia 2012, posto online no dia 11 dezembro 2013. URL: <http://journals.openedition.org/ras/440>; DOI: 10.4000/ras.440.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Feminismos plurais. Coordenação: Djamila Ribeiro. São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.

BALLONE, G. J. - **Síndrome de Don Juan e "Ficar com"** - In. PsiqWeb. Disponível em: <www.psiqweb.med.br>, revisto em 2004. Acesso em 10/07/2020.

BAUMAN, Zygmund. **Modernidade Líquida**. Ed. Zahar, 2001.

BENELLI, S. J. **Goffman e as instituições totais em análise**. In: **A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des) educativas** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014, pp. 23-62. ISBN 978-85-68334-44-7.

_____. **O Internato Escolar “O Ateneu”: produção de subjetividade na instituição total**. Psicologia USP, 2003, 14(3), 133-170.

BENELLI, S. J & A. COSTA-ROSA, A. **Geografia do poder em Goffman: vigilância e resistência, dominação e produção de subjetividade no Hospital Psiquiátrico**. Rev. Estudos de Psicologia, PUC-Campinas, v. 20, n. 2, p. 35-49, maio/agosto 2003.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Fatos e Mitos, 4ª Ed. Tradução de Sérgio Milliet, capa de Fernando Lemos. Difusão Europeia do livro, 1970.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luiz Felipe. **Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades**. Dossiê - Desigualdades e Interseccionalidades, o 39º Encontro Anual da Anpocs, em Caxambu (MG), em 27 de outubro de 2015.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. São Paulo: Edusp, 1987.

BOUAZZOUNI, Nora. **Fomenismo: quando o machismo se senta à mesa**. Editora Quintal, 2019.

BUENO, Belmira Oliveira. **O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1, p. 11-30, jan./jun. 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 6 de out. de 2019.

_____. **Decreto n.º 9.586**, de 27 de novembro de 2018, que institui o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres e o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9586.htm>. Acesso em: 04 de mar. de 2020.

_____. **Lei n.º 8742**, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm>. Acesso em: 8 de abr. de 2020.

_____. **Lei n.º 11.340**, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 9 de jul. de 2020.

_____. Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Presidência da República/Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília: 2007(a).

_____. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Presidência da República/Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília: 2005.

_____. Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em situação de risco e violência. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres/Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: 2011.

_____. Termo de Referência para a Implementação de Casas-Abrigo. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: 2008.

_____. Ministério da Saúde. Programa Nacional de DST/AIDS. 1999.

BRAUNSTEN, Helio R. **Ética do cuidado: das instituições de cuidado e pseudo cuidado**. Tese de doutorado. Departamento de Psicologia da USP, 2012.

Cartilha Estágio Supervisionado Meia formação não garante um direito. A supervisão direta de estágio em Serviço Social. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, ano 2011.

CAMARGO, M; AQUINO, S. de. **Redes de cidadania e parcerias- Enfrentando a rota crítica**. In:Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Programa de prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher- plano nacional. Brasília Secretaria, 2003.

BUENO, Belmira Oliveira. **O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1, p. 11-30, jan./jun. 2002.

CARNIEL, Fagner; RUGGI, Lennita; RUGGI, Júlia de Oliveira. **Gênero e humor nas redes sociais: a campanha contra Dilma Rousseff no Brasil**. Opin. Pública, Campinas v.24, n.3, p.523-546, Dec, 2018.

CARNIEL, Fagner; RAPCHAN, Eliane Sebeika. **Desigualdades entrelaçadas: figurações da animalidade no imaginário colonial-moderno**. Revista Latinoamericana de Estudos Críticos Animales, Volume II, dez. de 2020.

CARINO, Giselle, DINIZ, Debora. **A ética da solidariedade feminista**. Jornal Ell País, edição online de 07 de março de 2019.

CERQUEIRA, Teresa Cristina Siqueira (Org). **(Con) Texto em escuta sensível**. Brasília: Thesaurus, 2011.

CORDEIRO, Natália. **Ação governamental e direitos das mulheres: abrigo para mulheres ameaçadas de morte no Brasil**. Revista Brasileira de Ciência Política, no 23. Ano 2017.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas do poder - Mulher e política na Bahia**. Editora: Neim/UFBA. Ed. 1. 1998.

COUTINHO, Maria José; SANI, Ana Isabel. **Casa Abrigo: A Solução ou o Problema?** Psicologia: Teoria e Pesquisa out./dez. 2010, Vol. 26 n. 4, pp. 633-641.

COUTO, Berenice Rojas. **Assistência social: direito social ou bem-estar?** Revista Serviço Social e Sociedade, n.º 124, São Paulo, out. de 2015.

CRENSHAW, Kimberle. **Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 171-187, 2002.

CROSSELLI, Luis Eduardo. **Resenha da obra Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões**. Autor: Michel Foucault. Editora Vozes, São Paulo 2001, 262p. Revista Liberdades - nº 2 - setembro-dezembro de 2009.

DAS, Veena. **Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário**. Tradução: Bruno Gambarotto. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

DANIEL, Herbert; PARKER, Richard. **AIDS: a terceira epidemia**. São Paulo: Iglu Editora, 1991.

DEBERT, Guíta G; GREGORI, Maria Filomena. **Novas propostas, velhos dilemas**. revista brasileira de ciências sociais - vol. 23 nº. 66, ano 2008.

DELAJUSTINE, Ana C; NIELSON, Joice G. **O mandato de masculinidade em território brasileiro: morre quem está matando**. Evento: XXIV Jornada de Pesquisa, UNIJUI, 2019.

DINIZ, Gláucia R S; ANGELIM, Fábio P. **Violência doméstica - Por que é tão difícil lidar com ela?** Revista de Psicologia da UNESP, 2(1), 2003.

D'OLIVEIRA, A. F.; SCHRAIBER, L. B., 2000. **Violência doméstica como problema para a saúde pública: Capacitação dos profissionais e estabelecimento de redes intersetoriais de reconhecimento, acolhimento e resposta ao problema**. In: VI Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, *Anais*, CD-ROM, Salvador: ABRASCO.

ESTÉS, Clarissa Pinkola. **Mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem.** tradução de Waldéa Barcellos; consultoria da coleção, Alzira M. Cohen. – Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

FAERMANN, L. A. **A processualidade da entrevista no Serviço Social.** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 13, n. 2, p. 315 - 324, jul./dez. 2014.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social.** São Paulo, Ed. Cortez, 1997.

FERNANDES, Adriana. **Mulheres pobres que amam demais: a vida dos direitos e das políticas sociais.** Revista Contemporânea, v. 9, n. 3 p. 745-770, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** São Paulo: Elefante, 2017.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. Tradução: Raquel Ramallete. 20ª Edição.

FURTADO, Rita Simone Silveira. **Narrativas identitárias e educação: os surdos negros na contemporaneidade.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2012.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** Tradução: Dante Moreira Leite. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1974. (Original em inglês de 1961).

_____. **A representação do eu na vida cotidiana.** Tradução: Maria Célia Santos Raposo, 10ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

_____. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Tradução: Marcia Bandeira de Melo Nunes, 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 2008. (Original em inglês de 1963).

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais.** São Paulo: Cortez, 2010.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional.** Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais, CFESS, 2009. (Compilação composta a partir de fragmentos compilados na internet).

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas.** Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997.

IBGE. **Relatório de Pesquisa de Informações Básicas Municipais.** 2018.

IPEA. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019. Disponível em: < https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784>. Acesso em: 26 jun. 2020.

JESÚS, Bento Manoel de. **A (des)naturalização do gênero e da sexualidade:** algumas reflexões sobre o acesso das/dos transexuais à cidadania no Brasil. II Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais FCS; UFG. Novembro de 2011.

KALOUSTIAN, S. M. (Org.) **Família Brasileira:** a base de tudo. São Paulo: Cortez, 1994.

KOURROUSKI, M. F. C. **Adesão ao tratamento: vivências de adolescentes com HIV/AIDS.** Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. USP, 2008.

KRENKEL, S.; MORÉ, C. L. O. O. **Violência contra a Mulher, Casas-Abrigo e Redes Sociais: Revisão Sistemática da Literatura.** Psicologia: Ciência e Profissão Jul/Set. 2017 vol. 37 n°3, 770-783. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703000192016>>. Acesso em: 4 de ago. de 2020.

KRITSCH, Raquel; VENTURA, Raissa W. **Cuidado, justiça e autonomia: contribuições da teoria política feminista para os debates sobre gênero e democracia.** Revista de cultura jurídica, vol. 21, 2018, p. 97-124. ISSN: 1132-8975.

KUHNEN, Tânia A. **A ética do cuidado como teoria feminista.** Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248 Universidade Estadual de Londrina, 27 a 29 de maio de 2014, GT10 - Teorias Feministas – Coord. Márcio Ferreira de Souza e Silvana Mariano.

LARA, Juliane Rocha. **deGENEROU: A Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO), área de concentração Cultura, Poder e Instituições, linha de pesquisa Políticas Públicas e Desigualdade Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.

LAPLANTINE, F.; RABEYRON, P. L. 1989. **Medicinas paralelas.** São Paulo: Ed. Brasiliense.

LÉVY, André. **Ciências Clínicas e Organizações Sociais.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2001, p. 93.

LOWENKRO, Laura. **As várias faces do cuidado na cruzada antipedofilia.** Anuário Antropológico, 2015, p. 81-98.

MAGALDI, Felipe. **A unidade das coisas.** Tese de doutorado apresentada a Universidade Federal do Rio de Janeiro, ano 2019.

MAPA DA VIOLÊNCIA 2012. **Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil.**

MARINGÁ. **Descrição de Cargos do Quadro Geral da Prefeitura do Município de Maringá-PR.** Disponível em: <<http://venus.maringa.pr.gov.br:8090/portalthransparencia-api/api/files/arquivo/350959>>. Acesso em: 19 de fev. 2020.

MILLET, K. Sexual politics. Chicago: University of Illinois Press, 2000 [1969].

MINAYO, M. C.S. **Violência e saúde** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. Temas em Saúde collection. 132 p. ISBN 978-85-7541-380-7. Available from SciELO Books.

NADIER, J. Etiopatogenia. In: VERENESI, R.; FOCACCIA, R. **Tratado de infectologia**. São Paulo: Atheneu, 1997. p. 83-86.

Nogueira, Maria Luísa Magalhães; Barros, Vanessa Andrade de; Araujo, Adriana Dias Gomide; Pimenta, Denise Aparecida Oliveira. **O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração**. Pesquisas e Práticas Psicossociais 12 (2), São João del-Rei, maio-agosto de 2017. e1037.

NETTO, J. P. **III CBAS: algumas referências para a sua contextualização**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 100, p. 650-678, 2009b.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães; BARROS, Vanessa Andrade de; ARAÚJO, Adriana Dias Gomide; PIMENTA, Denise Aparecida Oliveira. **O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração**. Pesquisas e Práticas Psicossociais 12 (2), São João del-Rei, maio-agosto de 2017. e1037.

Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/pacto/documentos/norma-tecnica-centros-de-referencia.pdf/view>>.

NOVA ESCOLA. **Como funciona o Facebook?** Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/1486/como-funciona-o-facebook>>. Acesso em 5 de jan. de 2020.

NUNES, E. C. D. A., Silva, L. D., & Pires, E. P. O. R. (2011). **O ensino superior de enfermagem: implicações da formação profissional para o cuidado transpessoal**. Revista Latinoamericana de Enfermagem, 19(2), 01-09.

Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>>, acesso em 26 de jun de 2018.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; 1995.

_____. **A etnografia não é método**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional>> Acesso em: 26 de jun de 2018.

PRATES, Paula Licursi. **Violência doméstica e de gênero: perfil sociodemográfico e psicossocial de mulheres abrigadas**. São Paulo, 2007.

PROJETO PRÓ MULHER. Disponível em: <<https://www.facebook.com/projetopromulher/>>. Acesso em: 9 de nov. de 2020.

Protocolo para a prevenção de transmissão vertical de HIV e sífilis. Manual de bolsa, Série B. Textos Básicos de Saúde Série Manuais 80, Brasília - DF 2007.

RABINOVICH, E. P. **A Casa Como Símbolo: A Relação Mãe-Criança.** *Rev. Bras. Cresc. Desenv. Hum.*, S. Paulo, 7 (1), 1997.

RAGO, Luzia Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade.** Campinas/SP. Editora da Unicamp, 2013.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do bolsa família: autonomia, dinheiro e cidadania.** São Paulo: Editora Unesp, 2013.

RENÉ, Barbier. **Escuta sensível na formação de profissionais da saúde.** Conférence à l'École Supérieure de Sciences de la Santé - <http://www.saude.df.gov.br> Brasília, juillet 2002.

REIS, Elisabete Rodrigues dos. **LUGAR DO SENTIDO.** *Rev. Nufen: Phenom. Interd.* Belém, 9(2), 109-123, mai./ago., 2017.

SAFFIOTI, H. (1999). **Já se mete a colher em briga de marido e mulher.** São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação Seade, 13(4), p. 82-91.

_____. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo, 2011. Graphium. Fundação Perseu Abramo.

SANTOS, Emerson; ROVIDA, Bruna; CALLAZANS, Cristiane; SANT'ANA, Vânia; PAGEL, Wesley; Letícia LIMA, Letícia; MORAIS, Lorena. **A PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER POR MEIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.** Direitos Humanos e Justiça Coordenador da atividade: Nancy BERGAMI 1 Universidade Estadual de Maringá (UEM). SEURS 37 – Extensão e Inovação, 2018.

SÃO PAULO. **Decreto n.º 23.769**, de 6 de agosto de 1985, que cria a Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1985/decreto-23769-06.08.1985.html>> . Acesso em 14 de abr. de 2020.

SAVI, Aline Eyng; DISCHINGER, Marta; HESPANHOL, Lays Juliani. **Casa, doce lar? Revisão teórica sobre as representações materiais e imateriais do habitar doméstico.** Revista Iniciação Científica, Criciúma, v. 13, n. 1, 2015.

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementares de la violencia.** 1ª ed. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

_____. **Contra-pedagogías de la crueldad.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018a.

_____. **La guerra contra las mujeres** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018b.

_____. **Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez.** *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(2): 256, maio-agosto/2005.

_____. **Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres.** Revista Sociedade e Estado - Volume 29 Número 2 Maio/Agosto 2014.

_____. palestra proferida no Centro Cultural Recoleta, na Argentina, em 20 de março de 2019. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=HN8qR1NuPtw>>. Acesso em 10 de mai. 2020.

_____. Entrevista concedida a Revista IHU Online, 28 de fev. de 2020. <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/596618-uma-falha-do-pensamento-feminista-e-acreditar-que-a-violencia-de-genero-e-um-problema-de-homens-e-mulheres-aponta-rita-segato>> Acesso em 07 de jul. 2020.

_____. Entrevista concedida a Revista IHU Online, em 2020. <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/570524-a-base-politica-das-relacoes-de-violencia-de-genero-entrevista-com-a-antropologa-rita-segato>>

SCOTT, J. (1995). **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** *Educação & Realidade*, 20 (2), 71-99

SILVEIRA, Lenira Politano. **Serviço de atendimento a mulheres vítimas de violência.** (2006) – P. 22. Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. <www.observatoriodeseguranca.org>. Acesso, 23 de out. 2020.

TELES, M. A. A. **Do Silêncio ao grito contra a impunidade: caso Márcia Leopodi.** São Paulo: União das Mulheres de São Paulo, 2007, p. 143 a 183.

TEIXEIRA, Joana D’Arc. **Do perigo ao risco: A gestão e o controle da juventude no sistema socioeducativo de São Paulo.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

TOMAZ, M. A. **A QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO: uma análise do seu conceito na contemporaneidade.** VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, Cidade Universitária da UFMA, agosto de 2013.

THULER, Djalma; WOYDA, Duda. **O REI ESTÁ NU: desaprendendo e entendendo os tempos em que eu vivo.** Momento: diálogos em educação, E-ISSN 2316-3100, v. 28, n. 1, p. 179-194, jan./abr., 2019.

VASCONCELOS, Vania Nara Pereira. **“É um romance minha vida” a trajetória de Dona Farailda – uma “casamenteira” no sertão baiano: gênero, memória e construção de si.** Tese (Doutorado em História) – Universidade Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2014. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/341>>. Acesso em e de jul. de 2020.

VIEIRA, Suzane de Alencar. Resenha da obra de Veena Das 2007. ***Life and words: violence and the descent into the ordinary.*** California: University of California Press. 281pp. Mana vol. 16, n.º 2. Rio de Janeiro. Oct. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493132010000200015>. Acesso em 4 de mai. de 2020.